

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS
CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS, AMBIENTAIS E DE
TECNOLOGIAS

CAROLINA SUMAQUERO GUTMANN

**O VALOR PATRIMONIAL DOS ESPAÇOS PÚBLICOS:
ESTUDO DE CASO DO CENTRO DE VALINHOS-SP**

CAMPINAS

2011

CAROLINA SUMAQUERO GUTMANN

O VALOR PATRIMONIAL DOS ESPAÇOS PÚBLICOS:
ESTUDO DE CASO DO CENTRO DE VALINHOS-SP

Dissertação apresentada como exigência para obtenção do
Título de Mestre em Urbanismo, ao Programa de Pós-
Graduação em Urbanismo da Pontifícia Universidade
Católica de Campinas

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Maria Cristina da Silva Schicchi

PUC-CAMPINAS

2011

Ficha Catalográfica
Elaborada pelo Sistema de Bibliotecas e
Informação - SBI - PUC-Campinas

t711.4
G984v

Gutmann, Carolina Sumaquero.

O valor patrimonial dos espaços públicos: estudo de caso do centro de Valinhos-SP / Carolina Sumaquero Gutmann. - Campinas: PUC-Campinas, 2011.
167p.

Orientadora: Maria Cristina da Silva Schicchi.
Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Centro de Ciências Exatas, Ambientais e de Tecnologias, Pós-Graduação em Urbanismo.
Inclui anexos e bibliografias.

1. Espaços públicos. 2. Planejamento urbano - Valinhos (SP). 3. Patrimônio histórico. 4. Cidades e vilas - Arquitetura. I. Schicchi, Maria Cristina da Silva. II. Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Centro de Ciências Exatas, Ambientais e de Tecnologias. Pós-Graduação em Urbanismo. III. Título.

22. ed. CDD – t711.4

CAROLINA SUMAQUERO GUTMANN

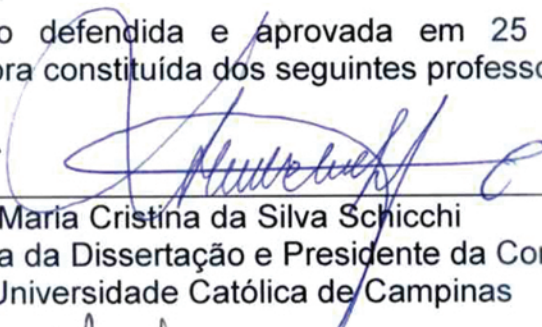
**"O VALOR PATRIMONIAL DOS ESPAÇOS PÚBLICOS:
ESTUDO DE CASO DO CENTRO DE VALINHOS-SP"**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Urbanismo do Centro de Ciências Exatas, Ambientais e de Tecnologias da Pontifícia Universidade Católica de Campinas como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Urbanismo.

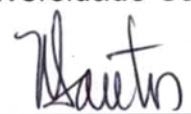
Área de Concentração: Urbanismo.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Maria Cristina da Silva Schicchi


Dissertação defendida e aprovada em 25 de fevereiro de 2011 pela Comissão Examinadora constituída dos seguintes professores:



Prof.^a Dr.^a Maria Cristina da Silva Schicchi
Orientadora da Dissertação e Presidente da Comissão Examinadora
Pontifícia Universidade Católica de Campinas



Prof. Dr. Wilson Ribeiro dos Santos Junior
Pontifícia Universidade Católica de Campinas



Prof.^a Dr.^a Angélica Aparecida Tanus Benatti Alvim
Universidade Presbiteriana Mackenzie

*Aos meus pais, Adolfo e Sandra, por apoiarem minhas
decisões, pelo amor e pelo exemplo.
A vocês dedico este trabalho.*

AGRADECIMENTOS

Foram muitas as pessoas com quem tive o privilégio de conviver, conhecer e aprender ao longo desta pesquisa, algumas destaco um agradecimento especial:

À Prof^a. Dr^a. Maria Cristina Schicchi, orientadora, que me guiou pela pesquisa de forma brilhante, com entusiasmo, idéias criativas e que há mais de 8 anos compartilho uma confiança e amizade;

À CNPq, pelo financiamento da pesquisa e do curso, tornando o sonho realidade;

Aos professores Dr. Wilson Ribeiro dos Santos Júnior e Prof^a. Dr^a. Angélica Benatti Alvim pelos valiosos conselhos e sugestões dados na banca de qualificação, fundamentais;

À Maria Amélia Devitte Ferreira D'Azevedo Leite (Mel), por compartilhar seu amor pela cidade de Valinhos e abrir as portas de seu escritório, fornecendo me material e novos pensamentos;

Aos funcionários: Alessandra Argenton Sciota, Rodrigo Busnardo (Secretaria de Cultura de Valinhos), Mara (Biblioteca Municipal de Valinhos), Rosana, Bruna e Rosa (Departamento de Urbanismo da PMV) José Maria Venturini (Museu de Valinhos) e André Luiz (Câmara Municipal), que me forneceram um amplo material e me autorizaram a buscar em seus arquivos;

Aos colegas de classe, em especial à Leticia, Mary e Larissa, pela amizade que se inicia;

Aos meus amigos, Diana, Daniel, Clarissa e Vivian, companheiros das horas boas e ruins, agradeço o apoio, o interesse, o incentivo, as risadas;

À Sarita, por ter sido a melhor companheira do mundo;

Às minhas irmãs, Isadora e Barbara, por suas filosofias de vida tão diferentes, que sempre contribuem para que as idéias se renovem;

Aos meus pais, Adolfo e Sandra, que sempre incentivaram e apoiaram minhas decisões, permitiram que eu as realizasse, pelo amor e carinho, pelos conselhos e pelo exemplo de vida e de caráter;

Ao meu marido André, companheiro e amigo, por me ajudar nas visitas em suas horas vagas e principalmente, por compartilhar minha vida.

“A esfera pública, enquanto mundo comum, reúne-nos na companhia uns dos outros e contudo, evita que colidamos uns com os outros...”

HANNAH ARENDT

RESUMO

GUTMANN, Carolina Sumaquero. *O Valor Patrimonial dos Espaços Públicos: Estudo de Caso do Centro de Valinhos-SP*. 2011. 167 f. Dissertação de Mestrado – Curso de Pós-Graduação em Urbanismo. Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Campinas, 2011.

As cidades que compõem a Região Metropolitana de Campinas vêm sofrendo nas últimas décadas com o processo de regionalização e metropolização das atividades, tendo conseqüências na estruturação de seu tecido urbano e na organização de sua população. A segregação urbana, a periferização, o intenso fluxo migratório e a conurbação física entre as cidades afetam principalmente a apropriação de seus espaços públicos.

Tendo em conta tais transformações e a crescente perda nas cidades dos modos de vida públicos, assim como do patrimônio urbano e edificado, vê-se nos espaços públicos a importância para manutenção de uma identidade e de um convívio social, bem como elemento essencial na requalificação de centros urbanos, já que vem se esvaziando de sua função cívica e recreativa devido a processos históricos de especulação imobiliária e segregação espacial.

Através de buscas, levantamentos e análises comparativas de dados concretos sobre os espaços públicos de valor patrimonial do município de Valinhos, pretende-se investigar as principais transformações e impactos que estes espaços sofreram com o avanço do processo de urbanização contínua e dispersa e a desvalorização do tecido urbano original.

Termos de indexação: espaços públicos, patrimônio urbano, políticas de preservação, gestão urbana, Valinhos, urbanismo histórico

ABSTRACT

GUTMANN, Carolina Sumaquero. *The Patrimonial Value of the Public Spaces: Case Study of Valinhos Town Center – São Paulo State*. 2011. 167 f. Dissertação de Mestrado – Curso de Pós-Graduação em Urbanismo. Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Campinas, 2011.

The cities that comprise the Campinas Metropolitan Region have been suffering over the last decades from the process of regionalization and metropolization of activities, with impacts on its urban fabric structure and on the organization of its population. The urban segregation, the move towards the outskirts, the intense migratory flow and the physical conurbation among the towns, affect mainly the appropriation of their public spaces.

Considering such transformations and the growing loss of the public way of living in the cities, as well as the urban and buildings patrimony, it is in the public spaces where the importance of the identity preservation and the social contacts are observed. The public spaces are also an essential element for the urban centers re-qualification, for they are being depleted from their civic and recreational functions, due to historical processes of real estate speculation and space segregation.

Through research, surveys and comparative analyses of actual data about the Valinhos municipality's public spaces with patrimonial value, it is intended to investigate the main transformations and impacts that these spaces experienced with the continuous and disperse onward march of the urbanization process and the devaluation of the original urban fabric.

Terms of indexing: public spaces, urban patrimony, preservation policies, urban administration, Valinhos, historical urbanism.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Vista Aérea da Rodovia Francisco Von Zuben (áreas vazias) e da.....	72
Figura 2. Ilustrações do P.D.D.I. (1971).....	76
Figura 3. Largo São Sebastião, 2010.	87
Figura 4. Largo São Sebastião (1935)	88
Figura 5. Construção da Igreja Matriz (sem data)	88
Figura 6. Largo São Sebastião (1943).....	88
Figura 7. Largo São Sebastião (sem data)	89
Figura 8. Largo São Sebastião (1948)	89
Figura 9. Vista Aérea da Área Central de Valinhos (1952).....	89
Figura 10. Largo São Sebastião vista da Igreja (1999)	90
Figura 11. Desenho esquemático do Projeto Centro, Município de Valinhos (1991).....	92
Figura 12. Projeto Original de Requalificação do Largo São Sebastião (1990) – Planta Executiva	94
Figura 13. Projeto Original de Requalificação do Largo São Sebastião (1990) - Cortes .	94
Figura 14. Largo São Sebastião - Planta de Análise de usos e fluxos em dias.....	98
Figura 15. Largo São Sebastião no período da manhã: local de encontro	98
Figura 16. Largo São Sebastião no período da manhã: encontro e passagem	98
Figura 17. Largo São Sebastião – Planta de Análise de usos e fluxos nos finais de semana (período do dia)	100
Figura 18. Largo São Sebastião ao entardecer: movimento reduzido (2010).....	100
Figura 19. Vistas da Praça Washington Luiz (2010)	101
Figura 20. Praça Washinton Luiz na década de 70.....	102
Figura 21. Vista terreno antes da construção	103
Figura 22. Vista aérea do loteamento	103
Figura 23. Vista Aérea da Praça Washington Luiz após construção (Déc 60)	103
Figura 24. Praça Washington Luiz vista aérea (1999)	105
Figura 25. Planta Projeto Reviver Praça Washington Luiz (1999).....	106
Figura 26. Uso do Solo da entorno da Praça Washington Luiz (2010).....	108

Figura 27. Gabarito do entorno da Praça Washington Luiz (2010)	109
Figura 28. Estado de Conservação da entorno da Praça Washington Luiz (2010)	109
Figura 29. Praça Washington Luiz – Planta de Análise de usos e fluxos	111
Figura 30. Praça Washington Luiz – Planta de Análise de usos e fluxos	111
Figura 31. Fim-de-semana entardecer: crianças brincando na praça	112
Figura 32. Fim-de-semana na manhã: praça vazia	112
Figura 33. Praça Washington Luiz em dia de semana: pouca atividade	112
Figura 34. Centro de Convivência Brasil 500 Anos (2010).....	113
Figura 35. Desenho esquemático do Novo Centro Cívico e Centro Esportivo	114
Figura 36. Praça linear Centro de Convivência Brasil 500 Anos (2002).....	117
Figura 37. Desenho esquemático da verticalização induzida pelo P.D.D.I. (1971)	118
Figura 38. Uso do Solo no entorno do Centro de Convivência Brasil 500 Anos (2010).	119
Figura 39. Gabarito no entorno do Centro de Convivência Brasil 500 Anos (2010)	119
Figura 40. Estado de Conservação no entorno do Centro de Convivência	119
Figura 41. Centro de Convivência Brasil 500 Anos – Planta de Análise de usos e fluxos em dias comerciais (período dia)	121
Figura 42. Centro de Convivência Brasil 500 Anos – Planta de Análise de usos e fluxos em finais de semana (período dia)	121
Figura 43. Centro de Convivência Brasil 500 Anos nos domingos: mesas espalhadas pela praça	122
Figura 44. Junção do mapa atual do município de Valinhos de 2010 com mapa de localização das fazendas do Município de Campinas de 1929.....	124

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Evolução dos componentes do crescimento populacional.....	50
Tabela 2. Imigração e Emigração, segundo modalidades e períodos,	51
Tabela 3. Percentual da PEA que realiza o movimento pendular na Região Metropolitana de Campinas, municípios selecionados (1980 e 2000).....	52
Tabela 4. Lista de Fazendas localizadas no Município de Valinhos	126

LISTA DE MAPAS

Mapa 1. Responsáveis por domicílios com renda mensal acima de 20 salários mínimos, Município de Valinhos (2000)	49
Mapa 2. Fluxos Migratórios Intrametropolitanos.....	54
Mapa 3. Fluxos acima de 2000 de PEA ocupada fora do município de residência Região Metropolitana de Campinas (1980 e 2000).....	54
Mapa 4. Fluxos de estudantes segundo município de estudo	55
Mapa 5. Volume de AIHs segundo origem e destino.....	55
Mapa 6. Mapa de Vila de Valinhos (1939).....	60
Mapa 7. Mapa de localização de condomínios, loteamentos fechados e bolsões de segurança, Município de Valinhos (2004).....	65
Mapa 8. Mapa de localização de condomínios, loteamentos e bolsões, comércio, serviços e escola na Rua Paiquerê	66
Mapa 12. Mapa de localização dos eixos destacados na pesquisa.....	68
Mapa 9. Zoneamento do Município de Valinhos de 1973.....	73
Mapa 10. Zoneamento do Município de Valinhos de 2007.....	75
Mapa 11. Áreas especiais de proteção do patrimônio histórico, turístico, paisagístico, cultural e ambiental (2004)	81
Mapa 13. Mapa de Áreas Verdes x Localização de condomínios e loteamentos fechado, Município de Valinhos (2004)	83
Mapa 14. Mapa de localização das praças selecionadas para estudo	85
Mapa 15. Uso do Solo da área central do Município de Valinhos (1990).....	96
Mapa 16. Uso do Solo da área central do Município de Valinhos (2010).....	96
Mapa 17. Gabarito da área central do Município de Valinhos (2010)	97
Mapa 18. Estado de Conservação da área central do Município de Valinhos (2010)	97
Mapa 19. Mappa fornecido ao Cartório de Vallinhos pela Câmara Municipal de Campinas para fazer o recenseamento em 1920.....	125
Mapa 20. Mapa de Evolução Urbana, Município de Valinhos.....	127

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AIH	= Autorização para internação hospitalar
CIAM	= Congresso Internacional de Arquitetura Moderna
CLT	= Centro de Lazer do Trabalhador
CONDEPHAAT	= Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico
CPQd	= Centro de Pesquisa e Desenvolvimento em Telecomunicações
DAE	= Departamento de Águas e Esgotos de Valinhos
EMDEVAL	= Empresa de Desenvolvimento de Valinhos S.A.
GP	= Gabinete do Prefeito
IBGE	= Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICOMOS	= Conselho Internacional de Monumentos e Lugares de Interesse Artístico e Histórico
IPHAN	= Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
NEPO	= Núcleo de Estudos de População
P.D.D.I.	= Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado
PEA	= População Economicamente Ativa
PNMT	= Programa Nacional de Municipalização do Turismo
PMV	= Prefeitura Municipal de Valinhos
REPLAN	= Refinaria do Planalto Paulista
RMC	= Região Metropolitana de Campinas
SCT	= Secretaria de Cultura e Turismo
SEL	= Secretaria de Esportes e Lazer
SF	= Secretaria da Fazenda
SNPC	= Sistema Nacional do Patrimônio Cultural
SOSU	= Secretaria de Obras e Serviços Urbanos
SPMA	= Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente
SS	= Secretaria de Saúde
SUS	= Sistema Único de Saúde
UNESCO	= Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura
UNICAMP	= Universidade Estadual de Campinas

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
1. CAPÍTULO I – O VALOR PATRIMONIAL DOS ESPAÇOS PÚBLICOS	21
1.1. O conceito de Espaço Público	22
1.2. O impacto da globalização nos espaços públicos nas cidades contemporâneas.....	27
1.3. Discussões sobre o valor patrimonial de áreas urbanas	31
1.4. O papel dos espaços públicos em estratégias urbanas	39
2. CAPÍTULO II – A INSERÇÃO DE VALINHOS NA REGIÃO METROPOLITANA DE CAMPINAS	
2.1. Valinhos na formação e caracterização da RMC	45
2.2. A população forasteira de Valinhos: mobilidade interna e externa	48
3. CAPÍTULO III – O MUNICÍPIO DE VALINHOS: CONTEXTO E FORMAÇÃO URBANA	
3.1. Valinhos: origem e expansão urbana até 1970	57
3.2. Cidade fragmentada: 1970 – 1990	61
3.3. Novas formas de urbanização - Os condomínios fechados : 1990 – 2010	64
3.4. Os eixos de crescimento	67
3.5. As transformações urbanas e os espaços públicos na legislação do Município: estudo dos zoneamentos e planos diretores	69
3.5.1. Os zoneamentos do Município de Valinhos	71
3.5.2. Os Planos Diretores do Município de Valinhos	76
4. CAPÍTULO IV - ESPAÇOS PÚBLICOS DE VALINHOS: TRADIÇÃO E RENOVAÇÃO	
4.1. Espaços Públicos x Espaços Coletivos Privatizados	82
4.2. Largo São Sebastião	87
4.3. Praça Washington Luiz	101
4.4. Centro de Convivência Brasil 500 Anos	113
4.5. O Valor Patrimonial: as praças de Valinhos como unidades de Preservação	123
5. CONCLUSÃO	130
6. BIBLIOGRAFIA	
6.1. Referências Bibliográficas	135
6.2. Bibliografia Consultada	141
7. ANEXOS	
7.1 Jornais	145
7.2 Mapas	153

INTRODUÇÃO

Atualmente, temos à disposição uma vasta bibliografia a respeito dos espaços públicos em grandes cidades, os quais são tratados sob vários aspectos: econômico, territorial, social e cultural. A maior parte desta literatura trata das recentes transformações nos espaços públicos de cidades globais e áreas metropolitanas, e aponta para seu declínio. Mas, podemos realmente afirmar isto? A observação empírica e a vivência na cidade nos mostram que esta condição deve pelo menos ser relativizada. Outro aspecto que nos animou na escolha do objeto de estudo foi a ausência de bibliografia relativas a cidades de pequeno e médio porte. Podem-se enquadrar tais cidades nos mesmos processos das cidades capitais?

O objetivo central da pesquisa é discutir a importância patrimonial que estes espaços possuem, ou seja, o valor patrimonial destes espaços diante da construção simbólica e de uma identidade, especialmente no caso de cidades de pequeno e médio porte. Outros objetivos se desdobram a partir da discussão dos fatores que levam às transformações do tecido urbano das cidades (incluindo os espaços públicos), tais como os fenômenos da regionalização, urbanização dispersa, urbanização fragmentada, periferização de atividades, movimentos pendulares, etc.

De acordo com Carrión (2010: 31), o centro histórico de uma cidade é um espaço público por excelência, e, portanto, um elemento articulador da cidade. Ele deve se tornar um local de inovação da cidade e um objeto de desejo. São várias as ações que podem acarretar o fim dos centros históricos, como a saída de representações políticas e de sedes administrativas, a homogeneização de atividades e a falta de acessibilidade. E para que isso não aconteça, deve-se fortalecer a centralidade histórica, assumindo sua condição pública a partir da reconstrução de sua dupla dimensão: como espaço público, que permita a renovação não só dele mesmo como de toda cidade, e como objeto público de gestão, para que recupere e reverta a deterioração histórica da função pública.

Conforme apresenta este autor, o centro histórico é um espaço público por ser de domínio público, onde se expressam as vontades coletivas, e a cidade é um conjunto de pontos de encontro ou um sistema de lugares significativos. Estes pontos de encontro, os espaços públicos, possuem três componentes fundamentais: o simbiótico, o simbólico e a polis. É simbiótico no sentido que gera uma integração e o encontro de distintos; é simbólico, pois contem um patrimônio de símbolos que gera identidades múltiplas,

coletivas e simultâneas; e está relacionado no âmbito da polis, por ser o lugar da cidade de maior disputa.

Por isso, conclui Carrión, o centro histórico é um espaço de encontro por excelência, tanto por sua condição de centralidade como pela condição de possuir um passado que permite lhe agregar um valor de história, um valor patrimonial. Por sua dupla qualidade, espacialidade (centralidade) e temporalidade (história), que permite o encontro da pluralidade de espaços, de tempos e de sujeitos patrimoniais, introduzindo o conceito de "*cidadania derivada*", já que nela se encontram sociedades distintas de períodos diversos.

Hoje, as cidades se organizam mais na esfera privada do que na pública. O espaço público passa de um espaço estruturante para um espaço a ser estruturado, perdendo suas funções originais. Sob estes aspectos, temos nos espaços públicos, como as praças, um ponto articulador da cidade que deve ser preservado para que o centro, e a cidade no geral, mantenham sua centralidade e sua temporalidade.

Podemos assim, ver as praças como pontos a serem preservados, que representam a identidade de diferentes períodos e gerações, e configuram também o urbanismo histórico. São marcas no tecido urbano que fizeram parte da urbanização de um determinado período, e por serem pontos de encontro, criam identidades.

Compreender as relações de identidade presentes no Município de Valinhos, a partir do estudo dos três principais espaços públicos da cidade: Largo São Sebastião, Praça Washington Luiz e Centro de Convivência Brasil 500 Anos é, portanto, o principal objetivo desta pesquisa. Por meio deste estudo, procura-se identificar e ressaltar, entre outros atributos destes espaços, em que consiste o seu valor patrimonial. Estes espaços sofreram transformações em sua estrutura urbana, nas formas de apropriação pela população e de gestão como decorrência de sua inserção em processos de metropolização, sujeitos a fatores de indução externos, como os processos de regionalização das atividades e de conurbação física.

A partir de levantamentos, análises comparativas de indicadores, e um levantamento de campo empírico dos espaços públicos selecionados, buscou-se evidenciar a importância e o papel que estes espaços tiveram na formação e consolidação de bairros, na criação de uma identidade local, sua condição de apropriação pela população nos dias atuais e de que forma a segregação urbana e social se reflete no uso dos mesmos.

Além disso, este estudo pretende reunir dados e bases históricas consistentes, que permitam justificar a importância de se preservar este tipo de espaço, uma vez que Valinhos quase não possui mais vestígios de seu patrimônio histórico construído. Assim, espera-se que esta análise possa servir como referência para a definição de critérios de preservação na cidade e em outras cidades que também tiveram seu patrimônio descaracterizado, criando assim, um novo parâmetro de preservação de espaços, tendo em vista que os espaços públicos se tornam, às vezes, a única referência dentro de um tecido urbano descaracterizado por ações públicas e privadas.

O trabalho teve como ponto inicial o levantamento documental em arquivos e órgãos públicos de Valinhos, principalmente tendo em vista a escassa bibliografia sobre a cidade. Foi realizado um levantamento geral de dados históricos, de população e características urbanas, a fim de contextualizar o município na Região Metropolitana de Campinas e obter uma maior compreensão sobre a forma como se deu o processo de urbanização da cidade.

A partir desta primeira leitura e caracterização foi realizada uma pesquisa de caráter exploratório e empírico para identificar, dentre os espaços públicos da cidade, quais os mais relevantes para a leitura que se pretendia e verificar a possibilidade de inseri-los num contexto de valorização como espaços patrimoniais.

Foram levantados três espaços públicos de valor patrimonial, situados na área central de Valinhos, tendo como critério para sua seleção e análise os seguintes elementos:

- importância na formação da cidade
- permanência de usos ao longo do tempo
- presença de edifícios históricos próximos
- valor referencial para os cidadãos

Outro viés trabalhado e necessário, sob o ponto de vista de uma análise histórica, foi a pesquisa explicativa, no sentido de reunir informações e criar nexos entre fatos e evidências encontradas no espaço urbano, de tal forma que possam revelar as transformações urbanas ocorridas.

O conceito de valor patrimonial foi trabalhado a partir da bibliografia e da discussão sobre valores de preservação: histórico, estético, funcional, pela singularidade e/ou

continuidade arquitetônica, pela diversidade ambiental, e também da discussão crítica recente, que conduziu a uma ampliação do conceito de valor, com a adoção geral de um termo mais recente: o de paisagem cultural.

A partir da definição e seleção destes espaços foram realizadas leituras sobre seus aspectos físicos contemporâneos, pesquisa sobre a criação e transformação de suas áreas envoltórias. Foram analisados os planos e programas oficiais de intervenção existentes, planos para áreas centrais dos quais estes espaços são parte e formas de apropriação e uso pela população.

Como resultado final, a dissertação foi dividida em quatro capítulos. No Capítulo 01, será tratada e discutida a base teórica da pesquisa: as mudanças nos conceitos de espaços públicos; a representação dos espaços em novas estratégias e na vida urbana; os espaços coletivos privatizados; e serão apresentadas as discussões sobre os centros históricos e preservação.

No Capítulo 02, apresentamos a Região Metropolitana de Campinas: sua estruturação, os movimentos de imigração e movimentos pendulares, que fizeram com que os limites municipais se dissolvessem em meio aos fenômenos de indução da urbanização, e se firmasse a tendência de migração dos espaços públicos para espaços coletivos privatizados, dentro de grandes empreendimentos imobiliários.

O Capítulo 03 é uma apresentação da história do município, desde o surgimento do povoado até o estado de urbanização atual. Foi necessária na medida em que pouco se conhecia sobre a gênese dos espaços públicos analisados. Apresentamos também a forma como os planos diretores e zoneamentos influenciaram na configuração das áreas estudadas, os elementos que contribuíram para o surgimento dos dois principais eixos de crescimento da cidade, e, mais tarde, a origem dos condomínios e loteamentos fechados.

No Capítulo 04, são analisados os espaços públicos do município de Valinhos, por meio de uma análise histórica, de ocupação e de usos anteriores e atuais das três praças selecionadas. Sob este aspecto, a pesquisa apresenta os efeitos da herança da divisão e propriedade fundiária na forma de urbanização da cidade, o papel dos espaços públicos na identificação do urbanismo histórico, a descaracterização do patrimônio edificado e o valor patrimonial dos conjuntos urbanos hoje formados essencialmente pelos espaços públicos.

Como resultado espera-se, além do conhecimento mais aprofundado da natureza de cada um dos espaços, à luz da discussão sobre o conceito de valor patrimonial, contribuir com a criação de um acervo organizado de informações sobre os espaços públicos das cidades paulistas, com o estudo da cidade de Valinhos, e o intuito de oferecer novos parâmetros para a recuperação e preservação destes espaços às gestões municipais da RMC, aos pesquisadores e ao (re)conhecimento geral da população.

CAPÍTULO I:

O VALOR PATRIMONIAL DOS ESPAÇOS PÚBLICOS

A discussão sobre os espaços públicos na cidade contemporânea pode ser vista de diversas maneiras: do ponto de vista social e cultural, dos planos estratégicos e econômicos ou em função da estruturação de uma identidade urbana. O espaço público nesta pesquisa é considerado como um espaço de possibilidades de ações políticas, assim como um local de representação simbólica e cultural da sociedade.

Nas últimas décadas, cidades em todo o mundo têm tratado estes espaços como aliados no marketing cultural e o espaço público se tornou um ponto chave em estratégias e planos de requalificação, na competição pelo *status* de cidade global. É o foco principal do marketing urbano, que responde à demanda de um tipo específico de forma de entender a cidade pelos poderes políticos e econômicos, cujo elemento fundamental é a valorização do solo urbano. Além disso, o turismo associado à espetacularização¹ do patrimônio histórico, um dos desdobramentos possíveis deste processo, transforma os espaços públicos em locais de consumo e lazer. Festas típicas e tradicionais são exploradas em seus aspectos mais específicos e simbólicos como mercadorias, visando o consumo cultural de massa.

Porém, como tratar estes espaços diante destas transformações sociais, econômicas e culturais? Como podemos fazer uma leitura da transformação da apropriação destes espaços, uma vez que as tendências globais não se restringem somente a estratégias urbanas, mas se estendem também ao modo de vida segregado, às novas formas de vivência, comércio e lazer? O fenômeno pode ser generalizado para cidades de grande, médio e pequeno porte?

Neste capítulo, serão discutidas as bases teóricas que fundamentam tais fenômenos, ou seja, os conceitos de espaço público, o papel destes espaços ao longo do tempo e sua inserção destes nos projetos de reabilitação e requalificação urbana. Entretanto, serão aprofundadas principalmente, questões relacionadas aos objetivos específicos do

¹ De acordo com SERPA (2007: 107) a espetacularização do espaço público ocorre quando transformam festas e manifestações populares em “festa-mercadoria” para o consumo cultural de massa. As praças se tornam palco destes eventos e ponto chave no planejamento de cidades “reinventadas” para o consumo turístico. Os conceitos de “cidade-festiva”, “festa-mercadoria” e “consumo cultural” entram no desenvolvimento e planejamento das cidades.

trabalho, que visa o entendimento de seu valor patrimonial e sua participação na construção de identidades locais e regionais. Serão discutidas as bases da preservação da paisagem histórica e de que forma os espaços públicos se enquadram nestes parâmetros na atualidade.

1.1. O CONCEITO DE “ESPAÇO-PÚBLICO”

Para compreender as transformações culturais da vida cotidiana e das novas formas de apropriação de espaços da cidade, podemos iniciar por compreender as mudanças do sentido das palavras “público” e “privado” ao longo da história. De acordo com Sennett (1998: 30), as primeiras ocorrências da palavra “público” em inglês, em 1470, tinham o sentido do bem comum na sociedade. Em 1542, Edward Hall, em sua *Chronicle*, acrescenta ao sentido de público “aquilo que é manifesto e está aberto à observação geral”, mencionando e mesclando locais públicos e privados. Já por volta do século XVII o “público” representava algo “aberto à observação de qualquer pessoa” enquanto “privado” significava “uma região protegida da vida, definida pela família e pelos amigos”. Os sentidos de público e privado foram comumente associados a locais geográficos, quando utilizado pela primeira vez o termo “Sair em público” em revistas da época².

Na França o conceito de “público”, ou “*le public*” apresenta significado semelhante ao termo inglês. No Renascimento, a palavra “público” possuía um sentido amplo em termos de bem comum e do corpo político, e foi gradualmente se tornando também uma região especial de sociabilidade. O “público” aparece pela primeira vez na França em meados do século XVII para designar o público-plateia das peças teatrais.

Tanto em Londres quanto em Paris o sentido do que era o “público” e de quem era o “público” se espalha no início do século XVIII. Com o rápido crescimento da classe burguesa, estes já não tentavam mais encobrir suas origens sociais e as cidades apresentavam um numero grande de grupos diversos. O “publico” não tinha apenas o sentido atual de “região da vida social localizada em separado do âmbito da família e dos amigos íntimos”, e sim como domínio público de conhecidos e estranhos que incluía uma diversidade grande de pessoas.

² SENNETT, Richard. *O Declínio do Homem Público: as tiranias da intimidade*. Tradução: Lygia Araújo Watanabe — São Paulo; Companhia das Letras, 1988.

Surge também em 1738 um registro francês da palavra “cosmopolita”, que se referia ao homem que se desloca despreocupadamente em meio à diversidade. Este mesmo sentido da palavra surge em inglês antes do francês, embora não fosse muito usado até o século XVIII. Devido ao novo hábito de estar em público, o cosmopolita se torna uma figura que representa o público perfeito, e é enfatizado por Sennett:

Dessa maneira, “público” veio a significar uma vida que se passa fora da vida da família e dos amigos íntimos; na região pública, grupos sociais complexos e díspares teriam que entrar em contato inelutavelmente. E o centro dessa vida pública era a capital. (SENNETT, 1998: 32)

Com o crescimento das cidades, as “cosmópolis” do século XVIII, desenvolveram-se redes de sociabilidade independentes, já que crescia o número de lugares onde estranhos podiam se encontrar regularmente, como nos locais de lazer, os cafés e os teatros. É neste período que surgem os parques urbanos e as primeiras tentativas de adequar as ruas ao passeio dos pedestres. Os hábitos de passeios nos jardins privados da elite se estendem para toda a sociedade. Além disso, houve um conflito entre as exigências de civilidade – o cosmopolita – e as exigências da natureza – a família. O homem se *fazia* em público, enquanto *realizava* sua natureza em domínio privado.

De acordo com Arendt (2001: 37) a diferença entre a esfera da vida privada e a esfera da vida pública corresponde à existência das esferas da família e da política como entidades diferentes e separadas desde o surgimento da antiga cidade-estado, mas a ascendência de uma esfera social, que não é nem privada nem pública, é um fenômeno relativamente novo, que tem origem com o surgimento da era moderna.

Segundo Hannah Arendt, o termo “público” está ligado a dois fenômenos. Em primeiro lugar, significa que “tudo o que vem a público pode ser visto e ouvido por todos e tem a maior divulgação possível”. Para nós, a aparência - o que é visto e ouvido pelos outros e por nós mesmos – constitui a realidade. A presença de outros para garantir a realidade do homem e do mundo jamais foi considerada antes da era moderna e o declínio da esfera pública. Portanto, a nossa percepção da realidade depende da aparência, e para que isso aconteça, da existência de uma esfera pública.

Estas tensões e conflitos entre a vida pública e a vida privada constituem uma luta pela ordem pública na cidade. No período analisado por Sennett (1998: 35) até meados da década de 1750 (chamado de Antigo-Regime), existia uma fronteira entre o domínio de uma vida privada, íntima, e uma vida pública. No entanto, houve um período em que a

vida pública foi enfraquecida e houve uma mudança entre as idéias do público e do privado. Sennett descreve dois fatores ligados a esta mudança. Primeiramente, as transformações ocasionadas pelo capitalismo no comércio de produtos. No século XIX, a indústria aumenta a oferta de produtos manufaturados, o que acabava com o papel dos vendedores, pois os objetos constituíam atrativos por si próprios e tornavam-se um fetiche. A produção em massa influencia na concepção da cidade, que agora deve ser funcional para permitir o acesso dos compradores às mercadorias.

O segundo fator responsável pela transformação da vida pública relatado por Sennett é a secularidade instaurada no século XIX, diferente na relação entre as coisas e os homens. Os fatos, quaisquer que sejam, tinham significados em si e para si, ou seja, tudo tem uma importância em termos de sentido e significado. Isso levou ao efeito de que as aparições na vida pública revelariam o que a pessoa era, a sua personalidade. Cada atitude levava o sujeito a perceber traços do seu eu, sendo inevitável assim, um desencaixe entre o mundo público e um domínio privado. Sennett ressalta:

É assim que surge uma das maiores e mais enriquecedoras contradições do século XIX: mesmo quando as pessoas queriam fugir, fechar-se num domínio privado, moralmente superior, temiam que classificar arbitrariamente sua experiência em, digamos, dimensões públicas e privadas poderia ser uma cegueira auto-infligida. (SENNETT, 1998: 37)

Estes dois fatores descritos por Sennett mostram o declínio da vida pública. As pessoas agora se defendem dos estranhos, pois qualquer contato é sempre um contato íntimo. A diferença passa a ser um perigo com a entrada da personalidade no domínio público, e a vida pública só é possível em termos de uma comunidade com a criação de uma personalidade coletiva, sem muitas diferenças.

Estas transformações ocorridas nos séculos passados, somadas à nova crença de que todas as experiências podem ter um valor igual para a formação do “eu”, nos leva a pensar qual é o papel do espaço público nas cidades contemporâneas. Os grandes parques urbanos, os projetos de vias para pedestres, os pontos de encontro, foram substituídos por outros lugares de vida pública, como áreas verdes dentro de condomínios fechados e o lazer nos *shopping-centers*. O que muda nesta esfera pública é a ausência de diversidade de grupos, cada vez mais homogêneos nestes novos espaços coletivos privativos, já que seu uso é seletivo e controlado.

Este novo comportamento também foi descrito por Arendt (2001: 68). Para um indivíduo viver inteiramente de forma privada, significa que este seria destituído inteiramente da essência da vida humana, pois seria privado da realidade. O mundo não conhece este indivíduo, e este não conhece o mundo, portanto o indivíduo nunca existiu. Assim, o que percebemos não é o fim da esfera pública, mas sim sua transformação.

O estudo das transformações dos espaços públicos ao longo da história nos mostra esta nova forma de apropriação dos espaços e relacionamento pessoais, econômicos e culturais característicos da cidade contemporânea. No entanto, conforme Queiroga (2001: 06) aponta, os espaços públicos, as praças, “enquanto espaço ao ócio e mesmo do comércio, potencializa a razão comunicativa e uma noção de identidade urbana que dificilmente o lazer na esfera de vida privada poderia propiciar”. E, segundo o autor, o enfraquecimento da esfera de vida pública na sociedade contemporânea, em sintonia com os interesses do capital global, para o qual não interessa a formação do cidadão e sim o do consumidor, torna-se evidente um declínio no valor atribuído pelos atores hegemônicos às praças públicas.

Para Arantes³, os espaços urbanos, ao serem incorporados à experiência e à memória, fornecem um referencial cênico e cartográfico às práticas sociais. Porém, a experiência social contemporânea propiciou a formação de lugares sociais efêmeros, particularmente nas praças e ruas. Segundo o autor, os habitantes de uma cidade deslocam-se e situam-se no espaço urbano, e neste espaço comum, vão sendo construídas coletivamente as fronteiras simbólicas que ordenam os grupos sociais em suas mútuas relações, com isso, as praças, ruas e monumentos tornam-se suportes físicos de significações compartilhadas. Os lugares sociais são superpostos formando espaços liminares. São ambientes que podem ser entendidos como zonas de contato, que aproximam mundos que se encontram irremediavelmente separados (ARANTES, 1994: 191).

O espaço liminar também é definido por Zukin (apud ARANTES, 2000: 84) como o espaço que incita e imita a ambigüidade, faz a mediação entre o uso público e o valor privado, mercado global e valor específico, seria então um espaço de transição. Isso dificulta a construção de uma identidade espacial.

³ Antônio Arantes tem como tema central, em seus textos, a cidade contemporânea em sua escala metropolitana com suas múltiplas dimensões: poder, cultura, cidadania e os espaços públicos. Em seu livro “O Espaço da Diferença”, Arantes reúne textos de autores diversos, de reflexões teóricas sobre a mesma temática, como o caso de ZUKIN (2000) que trata dos espaços liminares e os conceitos de paisagem.

As diferenças podem ser vistas nos espaços públicos, pois são locais onde há visibilidade de algumas das principais tensões e conflitos sociais, e se expõe publicamente a falta de direitos de cidadania da grande maioria da população da cidade, que se identificam nos assaltos, na pobreza, na falta de moradia e emprego. Ao mesmo tempo, as instituições assistenciais com práticas salvadoras assumem um policiamento de forma ritualizada e ostensiva. A sensação de risco causa o aspecto de que “tudo pode acontecer” (ARANTES, 1994: 192).

Ainda que não se possa transpor para o objeto de estudo (centro de Valinhos) à complexidade de relações e conflitos sociais e culturais descritos por Arantes para o caso da cidade de São Paulo, a liminaridade pode ser observada de forma mais amena. Os lugares públicos como as ruas e as praças, se enquadram em sua importância como lugares de manifestação das diferenças e espaços referenciais das práticas sociais, tradicionais ou cotidianas. As cidades são marcadas por estas práticas e eventos, que ocorrem de forma planejada ou inesperada, agindo sobre os seus edifícios e sua população. Pode-se entender que é a partir destas relações que se estabelece a história de uma cidade. Conforme descrito por Arantes, os espaços públicos se tornam símbolos construídos de significações compartilhadas, uma vez que diversos grupos podem presenciar um evento, cada um com seu ponto de vista e significado.

O autor sugere que estes espaços sejam estudados e abordados de forma empírica, e vários pontos de vistas devem ser considerados devido à dinâmica dos espaços e a superposição de mundos distintos. O seu conjunto constitui um referencial concreto de reflexões e percepções variadas, de acordo com a vivência individual. Devido aos encontros e desencontros sociais, as experiências vividas são únicas e a incerteza quanto à possibilidade do reencontro deve ser levada em conta na pesquisa.

De acordo com Zukin (apud ARANTES, 2000: 81), embora nenhum critério separe as cidades modernas das pós-modernas, algo mudou na maneira de como organizamos o que vemos: o consumo visual do espaço e do tempo obriga à dissolução das identidades espaciais tradicionais e à sua reconstituição sobre novas bases. Conseqüentemente, o processo social de construção de uma paisagem pós-moderna depende da fragmentação econômica de antigas dependências urbanas e de uma reintegração, fortemente matizada pelas novas formas de apropriação cultural.

1.2. O IMPACTO DA GLOBALIZAÇÃO NOS ESPAÇOS PÚBLICOS DAS CIDADES CONTEMPORÂNEAS

De acordo com Harvey (2004: 80), “o capitalismo não pode sobreviver sem seus ajustes espaciais”. O capitalismo sempre recorre a uma reorganização de seu território a fim de resolver suas crises, e constrói e reconstrói-se à sua imagem e semelhança. A comunicação, os meios de transporte, a infra-estrutura e a organização espacial formam uma paisagem que facilita a acumulação do capital em uma dada fase da história. Se, como afirma Harvey: “a palavra globalização significa alguma coisa relativa à nossa geografia histórica recente, é bem provável que designe uma nova fase de exatamente esse mesmo processo intrínseco da produção capitalista de espaço”.

As reflexões, estudos e propostas para as atuais questões das metrópoles podem ser apoiadas nas críticas do capitalismo industrial do século XIX. A crescente industrialização inglesa, as degradadas condições urbanas e o mal-estar nas cidades já começavam a ser descritas em obras críticas, como nas de Friedrich Engels e Charles Baudelaire, sempre revelando o sofrimento do homem moderno e abrindo caminho para uma interpretação e observação do que seria a experiência metropolitana. As primeiras questões levantadas desde os primórdios da cidade industrial permanecem até os dias atuais nas grandes aglomerações urbanas: o rápido crescimento populacional, a permanente expansão do território, a congestão, escassez de água e de transporte coletivo e a importância dos espaços públicos para a manutenção da esfera pública.

A metrópole industrial desde sua consolidação no século XIX já abrigava uma vida metropolitana moderna. Segundo Meyer (2000: 05), a sociedade foi organizada em classes, emergindo uma massa populacional como uma forma de cosmopolitismo, nascendo assim o indivíduo moderno. Esta metrópole também proporcionou condições para o desenvolvimento econômico introduzido pela revolução industrial, abrigando os operários, o mercado consumidor e a instalação de grandes indústrias.

O capitalismo industrial alavancou um padrão de modernização, e este seguiu impulsionando o crescimento e as transformações até o século XX, onde a materialização dos novos padrões de modernização oferece até hoje nova face para a metrópole. A transição da metrópole moderna para a metrópole contemporânea é decorrente do avanço de uma tecnologia informacional e de uma economia mundializada, onde as conseqüências podem ser vistas na reestruturação do espaço e do território metropolitano, incluindo as novas formas de apropriação de espaços públicos e privados.

Esta apropriação social pode ser percebida nas diferentes escalas do espaço. Na análise dos espaços públicos, podemos perceber sua interação de usos sociais – na escala do local – e suas relações culturais e econômicas – na escala da metrópole.

De acordo com Meyer (2000: 04), a metrópole pode ser vista como uma expressão, e não um reflexo do modo de produção, assumindo assim um papel de agente das transformações do próprio sistema capitalista. Sua organização física responde a exigências econômicas, funcionais, simbólicas e estratégicas. O desenvolvimento das metrópoles nos séculos XIX e XX tem papel fundamental na consolidação do modelo de produção industrial, e a partir dos diversos modelos urbanísticos é visível a forma de organização espacial dessa sociedade. As grandes cidades de todo o mundo criam padrões de imagem urbana, formas de crescimento e de relação com a natureza que exprimem a lógica do sistema produtivo e de seus passados históricos. Assim, a metrópole possui sempre a necessidade de ser eficiente, de centralizar as forças econômicas e de ser o centro das manifestações sociais, artísticas e culturais.

A constante remoção dos limites físicos é um atributo fundamental na reestruturação da metrópole contemporânea. O processo de metropolização e de estrutura da metrópole estão voltados para o desenvolvimento do grande capital contemporâneo.

Esta forma de economia global, segundo Sassen (2008), consiste em um grande número de circuitos globais muito característicos, alguns especializados, alguns de nível mundial, alguns de nível regional. Cada circuito é composto por grupos diferentes de cidades e de países. A proliferação destes circuitos ocorre devido a forças econômicas globais, migração, trabalho cultural e na luta pela justiça social e preservação do meio ambiente.

Segundo Sassen (2008) os circuitos globais variam entre cada cidade, de acordo com suas características específicas, o que indica que as particularidades são importantes. Este reconhecimento do valor das diferenças entre diferentes regiões urbanas na economia global demonstra como a história da economia de um lugar influencia no tipo de economia que ela virá a desenvolver. A globalização homogeneiza os padrões (de administração, contabilidade), mas requer ainda diversificação das capacidades econômicas.

Como aponta Meyer (2000: 07) diversos autores como Touraine e Castells mostram que não houve uma substituição da atividade industrial pela de serviços e sim a emergência de um modelo tecnológico informacional que condiciona a produção, a distribuição, o

consumo e a administração, levando a uma transformação urbana, os espaços de fluxo e a continuidade física do território. Inicia-se os processos de conurbação entre cidades e até entre metrópoles.

De acordo com Ascher (2001: 59) não existe um único modelo de desenvolvimento das cidades. A globalização, as transformações das cidades globais, o espalhamento de empresas multinacionais pelo mundo, resultam em mesmas lojas, mesmo modo de se vestir, mesmos fast-foods, mesma arquitetura e mesmas atitudes. Podemos acreditar em uma mesma forma de apropriação dos espaços públicos? Seriam as novas tendências de incorporação de espaços públicos para a recuperação de áreas urbanas uma forma de homogeneização? Seria ainda uma forma de adequar a cidade ao mercado global e as novas exigências da modernidade?

Para Ascher não existe uma única modernidade nem um modelo único e insuperável de cidade. As transformações das cidades a partir do modelo americano do capitalismo não são inelutáveis. Deve-se conhecer e medir o peso destas tendências mundiais, pois elas não produzem o mesmo efeito em todos os lugares. Podem ter conseqüências diferentes, já que a evolução urbana depende tanto do que preexistia quando das políticas implementadas.

Podemos definir as metrópoles como grandes aglomerações urbanas, multifuncionais, que mantêm relações econômicas com várias outras aglomerações e possuem milhares de habitantes. O termo metropolização é definido por Ascher (2001: 61) como a concentração crescente de população, atividades e riquezas das grandes aglomerações urbanas. Em alguns casos a aglomerações formam conurbações com outras, chamadas de megalópoles. Algumas destas são também cidades globais, que constituem os pontos-chave do sistema econômico internacional. As megalópoles são apresentadas por Queiroga (2001: 07) como um território de alta densidade técnica, informacional e comunicacional, permitindo que “mesmo moradores de pequenas cidades de seu território estabeleçam uma maior troca de experiências”.

A internacionalização da economia privilegia as cidades que são mais diretamente conectadas com estas redes internacionais de trocas e de comunicação. As unidades administrativas e unidades de produção que não necessitem de tantas conexões internacionais podem localizar-se fora da metrópole, em cidades medias e pequenas, onde as redes de telecomunicações já são suficientes.

As grandes metrópoles passam cada vez mais por uma concorrência urbana com outras metrópoles mundiais, pois precisam atrair investimentos internacionais, empresas estrangeiras e mão-de-obra qualificada. Para isso devem dispor de um ou mais centros bem conectados aos sistemas internacionais.

O centro é por definição o meio, onde as atividades de maior acessibilidade estão agrupadas. Devido ao seu adensamento, a evolução dos meios de transporte e o desenvolvimento das periferias, novas centralidades urbanas começam a surgir. A tendência é dos novos centros e dos antigos a se tornarem cada vez mais especializados.

As grandes operações de requalificação de áreas centrais se esforçam para combinar o reforço das funções econômicas estratégicas e dos serviços muito qualificados com as empresas, a presença de zonas comerciais e de lazer e a volta das camadas sociais mais abastadas para as zonas pericentrais. Também é possível verificar o caso de zonas multifuncionais ao redor dos centros comerciais periféricos, chamados de *edge-cities*, como é o caso de Alphaville em São Paulo. A tendência da evolução das centralidades e a metropolização é o fim dos limites, que serão cada vez menos nítidos e integrarão territórios cada vez mais afastados.

A valorização do *face-to-face* nas estratégias econômicas torna indispensável a disponibilidade de áreas de negócios ao redor de uma metrópole. Esta mesma valorização do contato se estende no campo do lazer e da educação, tornando necessários espaços públicos metropolitanos de qualidade sensorial global (ASCHER. 2001: 67).

Tendo em vista estas questões, a metrópole contemporânea é definida pelos sistemas de infra-estrutura, pelos pólos que dão suporte às atividades e pelos deslocamentos diários no interior do território e dos espaços. Por isso, pontos precisos no território podem ecoar transformações de forma mais eficaz. As intervenções no espaço urbano expressam formas de agir sobre o território, que podem ser tanto por meio de normas e legislações como por grandes projetos urbanos. O valor estratégico destes projetos está na sua capacidade de gerar transformações urbanas em níveis locais e regionais.

Estas análises servem como base para o entendimento de questões contemporâneas sobre as formas de urbanização, as redes, as relações entre espaço e fluxos, que podem ser visíveis no nosso objeto de estudo. No Capítulo 02 iremos tratar de que forma se

deram estas transformações urbanas regionais na Região Metropolitana de Campinas. No entanto, sem minimizar a importância que estes fenômenos acarretam na gestão dos espaços urbanos atuais, para mantermos o foco do trabalho proposto, que é a análise do valor patrimonial dos espaços estudados, a discussão da preservação dos espaços de identidade a partir da paisagem cultural formada, do centro histórico e do patrimônio memorial, requer a nossa concentração na criação de bases teóricas específicas as quais apresentamos a seguir.

1.3. VALOR PATRIMONIAL DE ÁREAS URBANAS

A maioria das cidades caracteriza-se por ser um agrupamento de construções realizadas ao longo do tempo articuladas por seus espaços públicos ou livres. Além disso, a cidade se forma e se transforma em seu percurso por meio das intervenções realizadas no tecido urbano, as quais, por sua vez, produzem novos elementos construídos. Portanto, a maioria das cidades constitui-se de vestígios acumulados ao longo da história.

Os espaços públicos ensejam uma diversidade de pontos dentro da malha urbana de uma cidade, tais como os parques, praças, jardins, ruas e largos. Estes estão interligados e formam uma rede de percursos diversos, onde as rotinas criadas pelos seus cidadãos definem as rotinas da cidade. Além disso, cada espaço possui uma função, forma, dimensão, significado, elementos que lhe outorgam valor patrimonial específico, constituem referência e identidade de uma determinada cidade.

De acordo com Mesentier (2006: 03) o patrimônio cultural edificado, ou seja, edifícios e áreas urbanas de valor patrimonial podem ser tomados como um ponto de apoio da construção da memória social. É um estímulo externo que ajuda a reativar e reavivar certos traços da memória coletiva em uma formação sócio-territorial. A preservação de áreas urbanas de valor patrimonial favorece a construção de identidades regionais e locais; identidades étnicas e religiosas, desde que preservados os suportes da memória a elas correspondente.

A memória coletiva é socialmente construída e a preservação do patrimônio cultural representa um conjunto de ações do poder público, que contribuem para a construção da memória e do esquecimento social. A preservação do patrimônio se faz pela escolha dos suportes que serão preservados (MESENTIER, 2006: 03).

Esta escolha do que seria preservado passa por diversas mudanças ao longo da história. Para entendermos a forma como se deram as discussões sobre a preservação do patrimônio arquitetônico, histórico e cultural e as diferentes posturas de cada período, nos remetemos a Vargas & Castilho (2006), que entendem que recuperar centros urbanos nos dias atuais significa manter a imagem da cidade e, ao perpetuar a imagem da cidade, criar-se um espírito de comunidade e pertencimento.

As autoras destacam um modelo recente de estratégias de atuação na cidade, o que chamam de “período da Reinvenção Urbana” entre 1980 e 2000. Este modelo é um reflexo dos novos meios de produção, mais flexíveis, e do avanço dos meios de comunicação e informática, conforme vimos anteriormente. A homogeneidade da produção industrial foi substituída pela diversidade de estilos de vida, aumentando assim a necessidade de diversificação, a segmentação do mercado, em conjunto com técnicas mais sofisticadas de propaganda. Com isso, se ganha visibilidade do espaço, e a maior capacidade de comunicação permite que o território se transforme em mercadoria para ser consumida (VARGAS & CASTILHO, 2006: 32).

O capital imobiliário e o poder público local se tornaram grandes parceiros nesse processo, o capital imobiliário foi responsável pela criação de localizações privilegiadas e por induzir demandas, enquanto o poder público buscava uma valorização da imagem da cidade para a captação de investimentos externos. Juntos adotam o planejamento de mercado e introduzem as técnicas do marketing urbano. Com isso, um dos principais objetivos do período foi criar ou recuperar a base econômica das cidades, gerando renda e emprego.

Em termos de inovação, o que mudou foi a dimensão dos projetos, o foco da intervenção, a forma de gestão e a propagação desses feitos decorrente da sua ampla e intensa divulgação, conduzindo a proliferação de grupos e associações que passaram a se envolver nessas intervenções. As ações passam a ser mais amplas, em áreas obsoletas como estruturas industriais, portuárias, ferrovias, etc. Se por um lado as questões da preservação histórica se mantêm nas demais há a busca pelo novo e inusitado. Para isso, algumas ferramentas foram aperfeiçoadas como o uso dos princípios do *city marketing* (VARGAS & CASTILHO, 2006: 34).

Como resultado, o que se observa é o interesse cada vez maior do poder local pela melhoria da imagem dos centros das cidades. As áreas desvalorizadas são alvos do poder público aliadas ao capital imobiliário. Estas ações sugerem que a arquitetura e o

planejamento urbano também vieram a ser regidos por estratégias de marketing como forma de mudança da economia urbana. Problemas como a *gentrificação* são mascarados pela imagem de um urbanismo espetacular que simula a requalificação do centro, legitimando a atuação do poder público e minimizando oposições.

No mundo contemporâneo os centros se transformam em uma espécie de vitrine urbana que sintetiza sua imagem, garantindo uma vantagem competitiva entre as cidades (VARGAS & CASTILHO, 2006: 46). No geral, uma conclusão desses processos indica que grande parte das intervenções urbanas tem estado distante das demandas locais. Estas deveriam ser definidas mediante a discussão e avaliação dos diagnósticos e deveriam ser a base das políticas de *city marketing*, refletindo a veracidade de suas estruturas. A ausência de capacidade técnica para agir nesse novo momento, o desinteresse público e a desconsideração do caráter de processo e suas constantes reavaliações tendem a enfraquecer as intervenções urbanas na busca dos devidos resultados. De acordo com Vargas & Castilho, o caminho mais promissor seria mudar as intervenções urbanas que partem exclusivamente de um grande projeto arquitetônico, para um processo de gestão do espaço urbano, comandado principalmente pela sociedade civil.

Este fenômeno urbano contemporâneo também foi analisado por Muñoz (2008: 50) que aponta que o que ocorre atualmente é a clonagem de um sistema de produção de paisagem que tem como objetivo gerar morfologias, atmosferas e ambientes urbanos paradoxalmente sem temporalidade nem espacialidade reais. Esta forma de produção urbana globalizada vem se concretizando em uma série de paisagens urbanas comuns orientadas não pelo consumo de seu lugar, mas pelo consumo de sua imagem, independentemente de onde se encontra fisicamente o visitante consumidor.

Munõz descreve uma ordem visual homogênea das cidades, apoiada neste consumo de imagens. Através da definição do termo “urbanização”, que seria a criação de paisagens urbanas limpas, seguras e divertidas, prontas para o consumo visual turístico. Estas paisagens podem ser observadas não só em parques temáticos, centros comerciais como os *shopping-centers*, mas também nos projetos de renovação de centros históricos e frentes marítimas ou áreas portuárias. A cidade “urbana”, segundo o autor, se apóia em quatro requerimentos que mantêm e alimentam o processo de “urbanização”:

- a imagem como o primeiro fator de produção de cidade;
- a necessidade de condições suficientes de segurança urbana;

- a utilização de alguns elementos morfológicos da cidade como espaço público para fins de lazer;
- o consumo do espaço urbano em tempo parcial, que implica no predomínio de comportamentos vinculados à experiência de visitante mais do que de habitantes locais (MUÑOZ, 2008: 67).

Esta valorização do visitante sobre o habitante local também foi analisada por Simão. Para a autora (2001:15) a preservação dos valores culturais e ambientais caracteriza-se, crescentemente, como uma tendência da atualidade. A valorização das coisas locais, em contraposição à globalização da economia e da comunicação, reveste de importância a manutenção de identidades específicas, que garantem às pessoas a referência do seu lugar. Começa-se a sentir, novamente, necessidade de entender o passado como um referencial para a construção do futuro e como um processo contínuo de fruição, em contraste ao pensamento iluminista que desvincula o passado e vislumbra o futuro sob o ideal da modernidade. A proteção do patrimônio cultural e, especificamente, dos núcleos urbanos ainda íntegros, extrapola as fronteiras do estado e alcança a sociedade. Porém, o assunto tem retornado à tona dos interesses políticos, culturais e sociais, sob óticas diferenciadas, resultando em ações diversas e, muitas vezes, contraditórias, revestindo-se de nova roupagem e integrando-se às novas preocupações do novo milênio. Nas últimas décadas, vem crescendo a tendência de valorização do acervo cultural, sobretudo, entendendo a sua preservação como uma oportunidade para introdução da atividade econômica que mais cresce na atualidade: o turismo. Assim, pesquisar sobre a preservação cultural implica não somente desvendar as características culturais de um local, mas sim avaliar as possibilidades de ampliar o leque de atividades econômicas dos núcleos urbanos possuidores de acervo cultural. O entendimento de que a própria atividade turística pode funcionar como motivadora da manutenção da identidade local coloca o turismo como uma das grandes alternativas econômicas atuais para os núcleos urbanos preservados, segundo as autoras.

Sob outro enfoque, o da preservação de acervos a fim de resgatar a autenticidade das áreas urbanas, Zancheti (et al, 2008: 07)⁴ aponta que para pensar a cidade em sua condição de autenticidade, deve-se admiti-la como um artefato do gênio humano; singular, específico e não-ordinário; de representatividade local e potencialmente universal. Em primeiro lugar, a cidade deve se constituir em um artefato humano coletivo.

⁴ ZANCHETI, Sívio Mendes; DOURADO, Catarina; CAVALCANTI, Fábio; LIRA, Flávia; PICCOLO, Rosane. *Da autenticidade nas cartas patrimoniais ao reconhecimento das suas dimensões na cidade*. Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada. Olinda, 2008.

Em segundo lugar, a cidade deve revelar uma singularidade e especificidade que a difere de tantos outros exemplares. E por último, a cidade deve ser compreendida enquanto referência fundamental para a percepção tanto de particularidades locais quanto de sua universalidade potencial, mesmo que não reconhecida.

De acordo com este autor, em alguns casos é possível identificar a autenticidade da cidade em sua totalidade física, mas de maneira geral, o que se observa é a existência de determinados recortes urbanos portadores de sua condição singular e representativa. Para se verificar a autenticidade destes espaços delimitados, deve-se refletir sobre seu espaço enquanto criação, por transmitir um estado relacionado à sua formação; verificar o processo construtivo na história; e a capacidade expressiva atual. Ou seja, deve-se analisar a importância na dimensão material, dimensão construtiva e dimensão expressiva.

O reconhecimento das dimensões materiais e construtivas está intimamente ligado à capacidade expressiva dos atributos físicos dos processos de criação e recriação do espaço urbano no tempo. A autenticidade está na correlação entre a percepção e a condição de ser do objeto. Acredita-se que a experiência deve ser construída no âmbito da consciência, e de acordo com Zancheti (et al, 2008:11):

(...) a capacidade expressiva da autenticidade é admitida na direção objeto-sujeito, onde se coloca como questão principal a capacidade da cidade em expressar para os habitantes ou visitantes um determinado modo de vida do passado, intrinsecamente relacionado ao espaço que o delimita, e que se mantém em sua essência, tornando-se compreensível de forma intersubjetiva.

Portanto, de acordo com o autor, a autenticidade é uma questão de reconhecimento e cabe a cada sociedade reconhecê-la de sua própria forma, o que pode variar culturalmente e socialmente de acordo com cada lugar. Ou seja, a autenticidade não pode ser adicionada ao objeto; ela é por ele expressa e cabe ao sujeito o seu reconhecimento.

Tendo em vista as discussões aqui apresentadas no contexto das atuais transformações econômicas e territoriais, o patrimônio passa a representar para a política urbana, um conjunto de estruturas simbólicas que alimenta a dinâmica cultural produtiva na contemporaneidade e um fator de atração local para todas as atividades produtivas que agregam ao valor dos bens de serviços a qualidade ambiental da área onde os comercializam. Ocorre então a super valorização do caráter artístico-cultural do

patrimônio que possibilita que as intervenções urbanísticas venham a negligenciar o caráter de suporte da memória social das áreas urbanas de valor patrimonial (MESENTIER 2006: 15).

A conservação de espaços públicos como bens patrimoniais não é uma prática adotada pelos órgãos responsáveis pela preservação. Para a compreensão das mudanças nos parâmetros de preservação do patrimônio adotados ao longo do tempo, podemos recorrer às cartas patrimoniais. Estas, durante a primeira metade do século XX, enfatizaram a preservação de conjuntos arquitetônicos e espaços vazios, apenas quando relacionados a um bem arquitetônico construído, ou seja, quando compunham as áreas envoltórias.

Ao se estudar a Carta de Atenas de 1933⁵, constatamos que ela aponta a importância de vida pública e privada do homem e mostra a importância de traçados e construções da cidade como forma de identificação e personalização de um lugar, avançando questões em relação à Carta de Atenas de 1931 que recomenda respeitar, na construção dos edifícios, o caráter e a fisionomia de monumentos históricos e sua vizinhança. Porém, é a Recomendação de Paris de 1962⁶ que inicia a discussão de paisagens e sítios tanto em áreas rurais quanto urbanas, ainda que se limitasse a enfatizar o valor das paisagens envoltórias de monumentos. A Carta de Florença de 1981⁷ menciona apenas a importância de preservação de jardins históricos.

A primeira referência ao espaço público como espaço patrimonial aparece na Declaração do México de 1985⁸, onde se afirma que, com o crescimento, as transformações e a facilidade de comunicação entre as cidades, cada vez mais se torna necessária a preservação de um patrimônio cultural como forma de identificação de um povo, conceito que inclui o patrimônio intangível, que não é físico, mas constituído de relações sociais específicas de bairros e espaços públicos.

No caso das cidades latinoamericanas, as Normas de Quito (1667) apresentam a necessidade de conservação diante de um processo de empobrecimento que os países

⁵ Carta de Atenas. CIAM – Congresso Internacional de Arquitetura Moderna. Novembro de 1933.

⁶ Recomendação Paris Paisagens e Sítios. Sociedade das Nações – Recomendação da Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. 12 de Dezembro de 1962.

⁷ Carta de Florença. Conselho Internacional de Monumentos e Sítios – ICOMOS. Comitê Internacional de Jardins e Sítios Históricos – ICOMOS / IFLA. Maio de 1981.

⁸ Declaração do México. Conferência Mundial sobre as Políticas Culturais. ICOMOS. 1985.

americanos sofreram. Uma das principais considerações é a idéia do espaço inseparável do conceito de monumento, e estende-se ao contexto urbano que o emoldura.

No âmbito nacional, atualmente, o IPHAN está constituindo o Sistema Nacional do Patrimônio Cultural (SNPC), que deve propor formas de relação entre as esferas de governo que permita estabelecer diálogos e articulações entre escalas diversas para a gestão do patrimônio cultural. Até o momento, a proposta pode avançar em três eixos: o de coordenação, onde serão definidas instancias coordenadoras para garantir ações articuladas e mais efetivas; o de regulação, onde deve se estabelecer conceituações comuns, princípios e regras gerais de ação; e o de fomento, onde incentivos serão direcionados principalmente para o fortalecimento institucional. Assim, o IPHAN está realizando a mobilização dos governos municipais em parceria com o Estado. De acordo com a definição do próprio órgão, será possível assim constituir uma base de ação efetiva para a consolidação de uma política e um sistema nacional de patrimônio cultural⁹.

No relatório Síntese “Preliminar das Discussões (2010)”, fruto do I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural (2009), foi discutida a necessidade de instituição de uma nova figura de preservação: a Paisagem Cultural Brasileira e, respectivamente, um novo setor dentro da estrutura do IPHAN. De forma geral, as discussões apontam para os seguintes desafios da formulação de uma política nacional:

- a integração e diálogo entre diferentes órgãos e esferas governamentais e a sociedade;
- sensibilização dos diversos setores que intervêm na paisagem quanto à sua importância e à necessidade de uma otimização qualitativa dos projetos que afetem a paisagem;
- transmissão do valor da Paisagem Cultural à sociedade sob o ponto de vista da memória e da história do Planeta, da vida e da humanidade.

Desta forma, o relatório¹⁰ indica que dentre os desafios para a estruturação do Sistema Nacional se coloca a importância de promover ações para que os Estados e Municípios assimilem o conceito de paisagem cultural, no que se refere à sua abrangência e complexidade. Há necessidade de integrar os diferentes protagonistas governamentais e

⁹ Disponível em http://portal.iphan.gov.br/portal/montarDetalheConteudo.do?id=1499_7&sigla=Noticia&retorno=detalheNoticia

¹⁰ Síntese Preliminar das Discussões, Subsídios para a II CNC I FÓRUM NACIONAL DO PATRIMÔNIO CULTURAL, *Sistema Nacional do Patrimônio Cultural: Desafios, estratégias e experiências para uma nova gestão*. Brasília, março 2010

da sociedade civil em questões referentes à paisagem. Apontou-se também a premente exigência de se definir gestores da paisagem, considerando a deficiência de especialistas, a descontinuidade política e a importância de se prever e assegurar fontes de recursos.

Dentre as potencialidades para a formulação de uma política nacional no que tange a paisagem cultural, se destacam:

- a necessidade de proteger valorizar e promover o reconhecimento de paisagens banais;
- de criar uma forma holística de percepção do mundo que não se limite de forma convergente a um objeto cultural, mas que se estenda a todo o contexto paisagístico no qual ele se inclui.
- de revelar novos aspectos da paisagem cultural.

Também de acordo com o relatório, no âmbito das parcerias estratégicas para a formulação da política nacional, é importante ressaltar que no contexto da Paisagem Cultural as políticas variam e são definidas segundo os valores predominantes de cada paisagem, respeitando-as na dinâmica de seu movimento, o que pode implicar no fato de que muitos significados da paisagem possam ser substituídos, acrescentados de novos ou suplantados por outros que surgem ao longo de suas incessantes transformações. Para a estruturação do Sistema Nacional acredita-se ser de grande valia a realização de parcerias internacionais com órgãos de pesquisa ou setores governamentais de países que tenham experiências na política e na gestão de suas paisagens, criando convênios e intercâmbios com o intuito de trocar experiências e desenvolver o conhecimento.

Dentre todas as propostas que estão sendo elaboradas para os próximos dois anos, as que nos interessam pela proximidade com nosso objeto de estudo são:

- os inventários de jardins históricos, muitos deles desenhados como praças, de forma a promover o resgate histórico de praças e jardins de uma maneira geral, investigando outros autores desses projetos até agora ignotos.
- promover encontros regionais e nacionais de gestores de jardins históricos.

Tendo isso em vista, apresentamos a seguir uma discussão sobre os projetos de requalificação urbana, de forma geral, e de que forma os espaços públicos tem sido pensados em tais intervenções nas últimas décadas, a partir da adoção de estratégias de *city marketing*, da super valorização do turismo e da exploração do patrimônio cultural como recurso econômico.

1.4. O PAPEL DOS ESPAÇOS PÚBLICOS EM ESTRATÉGIAS URBANAS

A homogeneização decorrente dos processos de globalização pode ser vista também nas táticas e políticas adotadas pelos poderes públicos para a requalificação de áreas urbanas. No entanto, estas tendências não dão o mesmo resultado em todos os lugares em que são implantadas, da mesma forma como, por exemplo, a criação de bulevares em alguns casos impulsionou o comércio, em outras o mataram, ou as medidas de limitação de acesso ao automóvel particular na área central em alguns casos requalificaram a região, em outros deixaram o centro fragilizado.

A partir dos anos 70 inicia-se a realização de grandes projetos em algumas importantes cidades européias, que adquiriram imagens competitivas de comunicação, porém sem argumentos urbanísticos significativos.

Nos grandes planos de expansão e requalificação de tecidos urbanos, bem como nas operações urbanas, a implantação de parques urbanos está sempre presente. Os parques urbanos, grandes espaços públicos, não são questionados pela população local, pois não são vistos como nocivos. Uma vez que representam algo positivo, um bem público para todos - como negá-los? Conforme descreve Serpa (2007: 62), o parque público no contexto urbano é uma não escolha, imposta de cima para baixo para o bem de todos habitantes. Manipula-se a forma urbana para curar a sociedade da cidade ruim, mal acabada, desnaturada. Se de um lado, os discursos oficiais evidenciam sempre as virtudes dos parques urbanos, de outro, por trás de sua concepção estão escondidas estratégias de valorização do solo urbano e de representação política.

O parque público transformou-se em um objeto de consumo vendido pelas administrações locais e por seus parceiros empresários como forma de estratégias segregacionistas de requalificação urbana. Os parques cumprem um papel representativo do poder, pois demandam recursos públicos para sua concepção e implantação. Antes de se tornarem ambições arquitetônicas e paisagísticas, os parques traduzem uma demanda política. São projetos que permitem a organização de prestigiados concursos de arquitetura, promovendo o “marketing urbano” de seus presidentes e prefeitos.

Segundo Serpa (2007: 62), o verdadeiro problema está nos discursos políticos por trás da implantação dos parques urbanos. As intervenções são cada vez mais pontuais e restringem-se a produzir cenários, destinado aos futuros usuários, transformando os espaços públicos em imagens publicitárias das administrações locais, sem a continuidade

de práticas sociais que pudessem dar-lhe algum conteúdo ou significado. Além disso, as operações urbanas e a implantação de parques como forma de requalificar bairros degradados podem gerar uma expulsão dos moradores para áreas mais distantes do centro da cidade, uma vez que estes projetos valorizam o solo urbano ao seu redor. Este fenômeno de substituição de população, ou processo de *gentrification*, também pode ser observado quando projetos públicos estão aliados à especulação imobiliária.

Este processo de gentrificação pode ser observado em diversas cidades, resultantes de projetos de requalificação de áreas centrais, como é o caso da área central de Nova York, que de acordo com Smith (apud ZACHARIASEN, 2006:66) é decorrente de uma especulação e *boom* imobiliário. A gentrificação também pode ser um processo marginal, como no caso de Londres, onde a especulação do mercado residencial é uma consequência e não algo intencional para a valorização de áreas urbanas. Em São Paulo, o plano de requalificação da área central criado por Martha Suplicy em 2000 buscou restaurar espaços de interesse histórico, favorecer atividades de turismo, lazer e cultura, além da implantação de programas habitacionais para famílias de diferentes tipos de renda, reciclando antigos edifícios. Para este plano foram utilizados financiamentos públicos, privados e trabalho de ONGs, preocupadas com a melhor forma de apropriação dos espaços. Da mesma forma estas políticas, ainda que tivessem por intenção a inclusão da população mais pobre e sua fixação em áreas centrais, por terem ocorrido de forma pontual, acarretaram na valorização do solo e com isso, a não inclusão de grande parte da população de menor renda da área central.¹¹

Em Paris, a partir dos anos 70 grandes parques públicos urbanos foram implantados como elementos de valorização do espaço urbano. São substituídas áreas de perfil operário e popular por novos bairros de escritórios e complexos residenciais de alto padrão, como é o caso dos parques Javel-Citröen e Bercy. Junto com os parques são criados apartamentos, hotéis, escritórios e comércio, escolas, creches e ateliês. Com isso, ocorre a valorização do solo, conforme mostram estudos realizados pelos Cartórios de Paris¹².

¹¹ De acordo com D'ARC (2006: 265), houve dois programas promovidos em parceria pela prefeitura. Um é o Programa de Arrendamento Residencial (PAR), que trabalha com a reforma de edifícios vazios na área central, com linha de crédito pela Caixa Econômica Federal e recursos do FGTS. O outro programa é o PAC (Programa de Ação em Cortiços), cujos recursos vêm do governo estadual e do BID e envolve operações em unidades residenciais para venda subsidiada.

¹² SERPA, Ângelo. *O Espaço Público na cidade Contemporânea*. Ed. Contexto, São Paulo, 2007.

Já em Salvador, a localização dos projetos mais recentes de criação ou requalificação de parques públicos coincide com localização da classe mais alta e média. Foram implantados novos parques na orla atlântica que alimentaram um processo de valorização imobiliária das áreas nobres da cidade, acrescentando novas melhorias físicas aos bairros que já possuem melhor infra-estrutura de comércio e serviços, bem como vias expressas para circulação de veículos particulares. Além disso, a lógica da localização dos parques em Salvador obedeceu também ao princípio de priorizar áreas com interesse turístico, próximas a grandes equipamentos como o aeroporto, centro de convenções e os *shopping centers*. Ficou evidente, assim, que os programas e intervenções estavam relacionados com estratégias de valorização do solo urbano. Estas estratégias seguem a tendência mundial de embelezamento urbano, como uma estratégia de marketing, onde o desenho reforça o caráter mercadológico. (SERPA, 2007: 53)

Dentro das políticas de requalificação urbana os espaços públicos desempenham importante papel na costura de tecidos urbanos residuais. No entanto o seu papel não é fazer do espaço público um protagonista simbólico, e sim refletir sobre os espaços privados fazendo deles patrimônio coletivo. Segundo Solà-Morales (2001: 103), deve-se dar o caráter urbano, público aos edifícios e lugares privados, urbanizando o privado e convertendo-o em parte do público.

Conforme afirma o autor, são os lugares em que a vida coletiva se desenvolve onde estão as riquezas civis, arquitetônicas e urbanísticas. Os espaços coletivos se dão em shopping-centers, mercados, hotéis, restaurantes, discotecas e bares. O desafio da cidade contemporânea seria, então, tornar estes lugares intermediários, que não são nem públicos nem privados, em espaços não estéreis e publicitários, e sim partes estimulantes do tecido urbano.

Ao analisarmos as diferentes visões aqui apresentadas, a tendência seria concluirmos que os espaços públicos tradicionais remanescentes estariam obsoletos e esvaziados, já que o encontro hoje se dá nos lugares semi-públicos e coletivos privados, como os shopping centers. No entanto, outros autores estudados apontam que esse fato não pode ser generalizado.

Em pesquisa realizada sobre quatro praças de Belo Horizonte (Praça J.K., Praça Lagoa Seca, Praça X e Área de Esporte e Lazer da Via Expressa), Andrade, Jayme & Almeida (et al, 2009:149) apontam que é possível relativizar as reflexões recentes que apontam

para a morte do espaço público. Há que se considerar significativas mudanças nas formas de apropriação dos espaços públicos e de sociabilidade entre seus usuários. As praças analisadas são hoje mais utilizadas para exercícios físicos, ainda que certos valores e estilos de vida sejam explicitados por meio desses usos. Outro aspecto dessas recentes transformações é o cuidado com a segurança, presente no comportamento dos usuários, nas ações das associações de bairro, do poder público e dos grupos de usuários. Nota-se também um comportamento mais segregacionista.

A conclusão a que os autores chegam é que as praças são bastante freqüentadas, mas busca-se cada vez mais a convivência entre iguais e a segregação sócio-espacial que se observa nos espaços públicos é a mesma que se observa para toda a cidade. Ou seja, não há uma recusa à praça, mas uma recusa em interagir com as diferenças. Dessa forma, uma das qualidades dos espaços públicos, a possibilidade do encontro entre diferentes, vem sendo evitada pelos novos usuários dos espaços públicos.

A partir dos conceitos de Carrión (2010), é possível resgatar o sentido de representação dos espaços públicos necessário para a construção de nossa hipótese inicial: o valor patrimonial destes espaços diante da construção simbólica e de uma identidade para a cidade.

O espaço público, conforme aponta o autor (2010: 31), tem sua definição mais plena na definição de centro histórico. Segundo o autor, o centro histórico é um espaço público por excelência, e, portanto, um elemento articulador da cidade. Ele deve se tornar um local de inovação da cidade e um objeto de desejo de uma cidade possível; a centralidade deve ser entendida como princípio (SCHICCHI, 2003) e não somente como memória.

Para Carrión, há uma série de ações que podem acarretar no fim dos centros históricos: a saída das representações políticas da área central, pois reduzem sua condição de construtor de identidades, integração e imaginários sociais, se perde a centralidade e a representação do próprio centro histórico; a saída de sedes administrativas para outras centralidades; a homogeneização e a gentrificação de atividades; a redução de acessibilidade e articulação do centro com a cidade; e por ultimo, a implementação de políticas urbanas incorretas. Para que isto não ocorra, deve-se fortalecer a centralidade histórica, assumindo sua condição pública a partir da reconstrução de sua dupla dimensão: como espaço público, que permita a renovação não só dele mesmo como de toda cidade, e como objeto público de gestão, para que recupere e reverta a deterioração histórica da função pública.

A cidade é um espaço público (BAHIGAS, 2003 apud CARRIÓN, 2010), pois é de domínio público, um espaço onde se expressam e se formam vontades coletivas para que a sociedade se represente em seus direitos e deveres (cidadania). É um lugar de encontros diversos que formam um conjunto de pontos de encontro. Para Borja (2003, apud CARRION 2010: 38) a cidade é um conjunto de pontos de encontro ou um sistema de lugares significativos, em suas partes ou em sua totalidade. A cidade possui estes pontos de encontro e lugares significativos para que possa existir como tal.

Conforme vimos anteriormente, estes locais de encontro são os espaços públicos, por reunirem três componentes fundamentais: o simbiótico, o simbólico e a polis. É simbiótico na medida em que gera uma integração, articulação, encontro e conectividade de distintos e o faz a partir de duas determinações: a primeira, a que dá sentido e forma a vida coletiva através da integração da sociedade, e a segunda, a que estabelece uma ordem e unidade a uma cidade através de sua qualidade articuladora estratégica.

O centro histórico como espaço público é um espaço simbólico, pois contém um patrimônio de símbolos que gera identidades múltiplas, coletivas e simultâneas. A carga simbólica é gerada pela dupla condição de centralidade e acumulação histórica, a qual conduz uma carga de identidade que faz com que a cidadania se identifique e se represente a partir de sua qualidade funcional (centralidade) e seu sentido de pertencimento (história). O centro histórico também está relacionado no âmbito da polis, por ser o lugar da cidade de maior disputa, tanto do poder simbólico quanto das políticas de modernização do estrado, entre o público e o privado. As centralidades urbanas e históricas são os elementos fundamentais de todos os espaços públicos (CARRIÓN, 2010: 39).

Hoje, as cidades se organizam mais na esfera privada do que na pública. O espaço público passa a ser um espaço residual ou marginal, perdendo suas funções originais. Desta maneira, os espaços públicos, como as praças, acabam sendo, de um lado, desperdícios da lógica econômica de maximizar os lucros, e por outro, um mal necessário para cumprir as normas do urbanismo (CARRIÓN, 2010: 40).

Veremos, nos Capítulos 03 e 04, de que forma as questões destacadas – a metropolização, a segregação sócio-espacial, o público *versus* o privado, as relações de identidade, a preservação do patrimônio, os processos de requalificação e a transformação da área central - interagem no caso de uma cidade de médio porte, que

não possui um patrimônio arquitetônico monumental, e de que forma seus espaços públicos entram como elementos que agregam um valor patrimonial às suas áreas urbanas.

CAPÍTULO II:

A INSERÇÃO DE VALINHOS NA REGIÃO METROPOLITANA DE CAMPINAS

2.1. FORMAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DA RMC

Abrangendo um conjunto de dezenove municípios, a Região Metropolitana de Campinas – RMC – foi instituída oficialmente pela Lei Complementar Estadual 870 de 19 de Junho de 2000. As cidades que a compõem vem sofrendo uma série de modificações em suas estruturas urbanas e em seus espaços públicos e históricos devido ao surgimento de um complexo intercâmbio de pessoas, informações, economias e políticas. Desde sua criação, a RMC vem apresentando um duplo processo de desenvolvimento urbano: intensos pontos de conurbação¹³, por um lado e, por outro, urbanização dispersa¹⁴, assim como o surgimento de aglomerados de condomínios, simultaneamente a um forte êxodo rural, tornando difícil a visualização da identidade e apropriação de espaços públicos em cada cidade.

Originalmente, por ser o mais importante núcleo do complexo cafeeiro paulista, foram herdadas as bases para o dinamismo da agricultura, infra-estrutura de transporte e qualidade de rede urbana do que viria a ser a atual RMC, tendo Campinas desde o início como capital regional. A abertura da Via Anhanguera nos anos 40 afirma uma linha de expansão e articulação física e econômica interioranas.

Diversas políticas governamentais em níveis federal, estadual e municipal, como o Programa de Metas (1956-1960), e o Proálcool induziram a interiorização do

¹³ De acordo com VILLAÇA (1998), Os processos de conurbação têm origem na intensa troca de informações, energia, capital, trabalho e pessoas. Uma cidade passa a absorver outra e ambas sofrem transformações em seus núcleos urbanos

¹⁴ Esse fenômeno de dispersão urbana, fruto da especulação imobiliária e fundiária, produz a fragmentação do território e a segregação sócio-espacial. De acordo com REIS (2006), na RMC as partes urbanizadas dos pólos centrais dos vários municípios não são emendadas. Entre elas, isolados do campo, formam-se bairros com fábricas e com loteamentos fechados, *shoppings*, supermercados, campos universitários e centros de lazer. Já não se sabe onde é o campo, onde é a cidade. Por um lado, há tendências de fusão porque as áreas com vários pontos de dispersão de um município mostram-se como um tecido contínuo com os territórios de seus vizinhos. Mas ao mesmo tempo, devemos reconhecer que há um processo de dispersão, de esgarçamento, pois nas áreas de expansão os trechos urbanizados são descontínuos, interrompidos por áreas não urbanizadas, que conservam algumas características rurais. Na escala regional, a imagem é de continuidade; na escala urbana é de descontinuidade.

desenvolvimento, principalmente em Campinas e região, dando abertura para investimentos públicos em infra-estrutura de transportes, comunicações, ciência e tecnologia, como o caso do surgimento da Unicamp, Replan, CPqD, CTI etc.. Com isso a região atraiu a implantação de grandes empresas modernas e ampliou a rede de pequenas e médias empresas, intensificando assim as relações com o setor agropecuário e terciário e diversificando a estrutura produtiva. Como consequência a mancha urbana se expande e forma notáveis processos de conurbação, seguindo os eixos viários das rodovias Anhanguera, Santos-Dumont, Dom Pedro I, Campinas-Paulínia e Campinas-Mogi-Mirim (CANO; BRANDÃO, 2002).

Além disso a RMC é bastante articulada com a Região Metropolitana de São Paulo, Região Metropolitana de Santos e outros centros regionais em estados limítrofes, e de acordo com Queiroga (2006: 124 – 129) se insere no conceito de megalópole. Este processo de megalopolização tem origem na dispersão concentrada da indústria da Região Metropolitana de São Paulo a partir dos anos 70, que impulsionou o crescimento urbano. Migrantes de outros Estados que se fixavam na metrópole paulistana, foram atraídos também para grandes núcleos urbanos, sobretudo Campinas. A expansão da megalópole, que se inicia na dispersão do setor industrial e de atividades do terciário, envolve de forma complementar áreas voltadas ao lazer de camadas de renda média e alta, no campo e no litoral, urbanizando faixas do litoral paulista e parcelando glebas em pequenas chácaras em diversos municípios. Neste quadro de produção dos espaços, o processo de expansão territorial da megalópole se dá ao longo dos principais eixos rodoviários, que irradiam principalmente da capital paulista, passando pelos principais núcleos urbanos das áreas onde já se vinha estabelecendo a macrometropolização paulista, e afora articulando com municípios do sul de Minas e Rio de Janeiro.

De acordo com estudos de Caiado & Pires (2006), que realizaram uma análise recente da expansão e organização intra-urbana na região, o processo de urbanização apresenta maior intensidade dos novos padrões de ocupação, refletindo em maior escala o fenômeno da dispersão. A conurbação urbana existe, porém, em menores dimensões, sendo mais evidente ao longo da Rodovia Anhanguera. No entanto, a dispersão é o processo mais evidente e abrange um extenso território além das 19 cidades, em direção a Piracicaba, Jundiaí, Salto e Sorocaba, fato também apontado por Queiroga.

Estes processos aumentaram a complexidade das atividades nos centros urbanos das cidades paulistas com “interações multifacetadas, multidirecionadas e de intensidade variada, que geram uma rede urbana cada vez mais complexa” (CANO; BRANDÃO,

2002)¹⁵. É uma região que agrega municípios com situações desiguais de urbanização e industrialização, cada um com singularidades.

Atualmente, a RMC possui 2.633.523 ¹⁶ habitantes distribuídos nas seguintes cidades: Americana, Artur Nogueira, Campinas, Cosmópolis, Engenheiro Coelho, Holambra, Hortolândia, Indaiatuba, Itatiba, Jaguariúna, Monte Mor, Nova Odessa, Paulínia, Pedreira, Santa Barbara D'Oeste, Santo Antonio de Posse, Sumaré, Valinhos e Vinhedo. Apresenta ainda traços de heterogeneidade social, produtiva e espacial. O intenso fluxo migratório de pessoas de outras regiões não foi absorvido de forma adequada, gerando processos de periferização com extremos de classes altas e baixas, diminuindo a força dos centros urbanos e criando cidades polinucleadas.

Além disso, o crescimento de oportunidades de empregos e educação da RMC acarretou em um significativo processo de migração de pessoas de outras cidades e regiões, o que gerou a perda de identidade e a dissolução de particularidades de cada uma delas. De acordo com Caiado & Pires (2006), dados sobre os deslocamentos pendulares indicam que a movimentação diária entre municípios da região é intensa, com grande número de pessoas circulando em carros particulares, vans, ônibus fretados, para ir a universidades, para os seus locais de trabalho e para consumir em shoppings e outros grandes estabelecimentos comerciais.

Com a expansão e reorganização funcional da RMC, houve um processo de abandono das áreas centrais pelas camadas de renda mais elevada e do comércio e serviços destinados a esta população. Os grandes empreendimentos de comércio, serviços e habitação de médio e alto padrão ao longo das principais rodovias são articuladores do abandono do espaço público e favorecem a privatização do espaço coletivo, criando novas centralidades principalmente no sentido Campinas-Jaguariúna, Campinas-Indaiatuba, Campinas-Valinho-Vinhedo (CAIADO & PIRES, 2006: 302).

As novas formas de lazer, como é o caso dos *shopping-centers* no eixo da Rodovia Dom Pedro I, os novos empreendimentos comerciais que surgem em cidades de seu entorno, como em Itupeva (Shopping Outlet Premium) e em Jundiaí (Shopping Iguatemi), e parques temáticos, como o *Hopi Hari* e o *Wetn'Wild* na Rodovia dos Bandeirantes, em conjunto com o surgimento de inúmeros condomínios e loteamentos, constituem um reforço da alienação e isolamento de uma parte da população em relação à vida na

¹⁵ Sobre a regionalização do desenvolvimento paulista ver também: Cano (coord., 1988 e 1992).

¹⁶ Fonte: IBGE 2007.

cidade. Esta perda das origens trouxe evidentes conseqüências de mudança de uso e apropriação dos espaços públicos, principalmente em áreas centrais, que perderam o significado diante de novas formas de lazer, cada vez mais individualizado.

2.2. A POPULAÇÃO FORASTEIRA DE VALINHOS: MIGRAÇÃO E MOBILIDADE

A caracterização da população residente do município de Valinhos tem suas origens no processo migratório e a dinâmica da cidade pode ser vista através da mobilidade urbana. Para a realização destas análises, nos baseamos em estudos realizados pelo NEPO, destacando os trabalhos de Caiado & Pires (2006), sobre as transformações na estrutura urbana da RMC, e Miglioranza (2006), sobre o movimento pendular de Valinhos, além de dados sócio-espaciais disponibilizados pelo núcleo.

Segundo Caiado & Pires (2006: 276) as evidências de alteração na organização funcional das cidades e metrópoles contemporâneas podem ser observadas a partir das mudanças na distribuição da população e da localização das atividades econômicas, que parecem indicar uma reestruturação do espaço urbano metropolitano. Após um estudo específico sobre esta mobilidade urbana no caso de Valinhos, Miglioranza (2006: 540) analisa alguns aspectos relativos à dinâmica de ocupação e envolve também as suas relações com outros municípios, no que se refere às trocas populacionais e à imigração direcionada ao município, fazendo com que a cidade possa ser considerada como um “município dormitório de luxo”¹⁷.

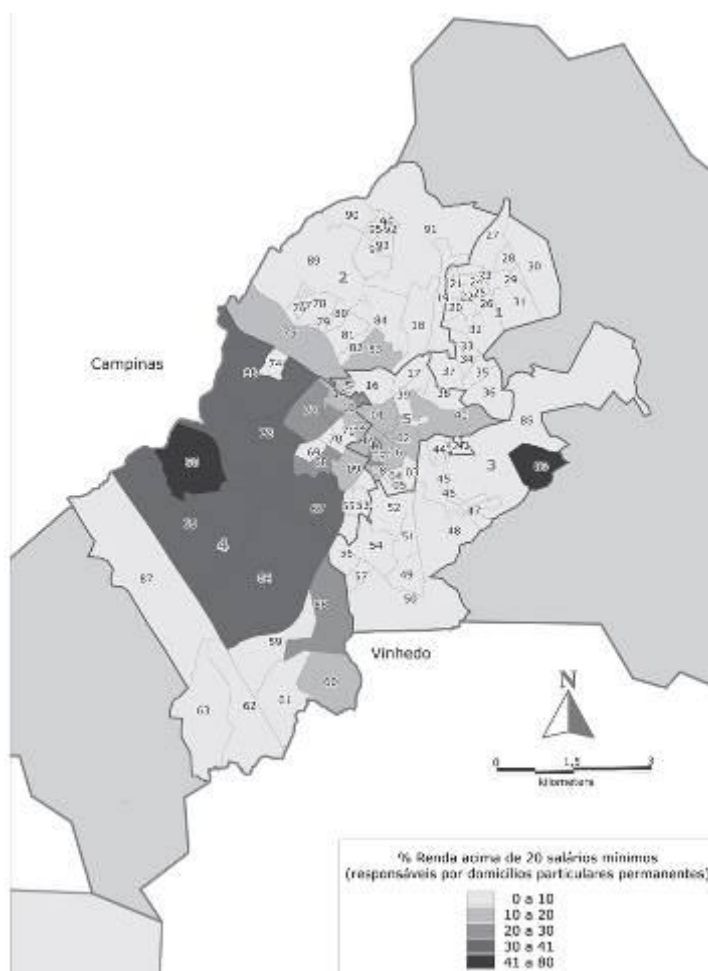
A influência da imigração no processo de urbanização da cidade pode ser visto na substituição de fazendas com atividades agrícolas e terras cultiváveis por condomínios fechados para atender a nova demanda de imigrantes abastados. Com isso, a partir da década de 1990, a baixa densidade de ocupação foi sendo modificada pelo novo tipo de moradia.

Entre outros aspectos, este grupo específico de migrantes com alta renda, não chegou ao município com finalidade de trabalho, uma vez que continua mantendo laços profissionais com a cidade de origem. Por utilizarem pouco a cidade, contribuem apenas para gerar

¹⁷ O Censo Demográfico de 2000 do IBGE confirma este título, pois apresenta que o movimento pendular corresponde a 20,7% da população economicamente ativa, e a maior parte da pendularidade é feita pela camada com renda mais alta.

um fluxo de deslocamento pendular característico do município. Para os moradores destes condomínios que trabalham em outras cidades, o importante é a segurança e a qualidade de vida da família, e além disso a convivência com pessoas de mesmo nível social, realizada nas áreas de lazer do condomínio, confirmada por uma série de entrevistas aos moradores realizados por Miglioranza em sua pesquisa.

Mapa 1. Responsáveis por domicílios com renda mensal acima de 20 salários mínimos, Município de Valinhos (2000)



Fonte: Censo Demográfico 2000 (IBGE). Projeção Cartográfica: UTM, apud MIGLIORANZA, 2006

Esta situação deu um caráter de “cidade-dormitório” ao município, porém, de forma inversa do usual. As cidades-dormitórios e os movimentos pendulares entre cidade de trabalho e cidade de residência são comumente observados dentro de uma faixa de população com menos renda, uma vez que os deslocamentos são impostos pela falta de condição financeira. No caso de Valinhos, o movimento pendular de uma classe de renda mais alta caracteriza o município como “cidade dormitório de luxo”. A classe com mais renda, opta pelo deslocamento, em busca de uma melhor qualidade de vida em sua cidade de residência.

Outra conclusão da autora (MIGLIORANZA, 2006: 544) é a de que Valinhos apresenta uma segregação sócio-espacial significativa, constatada a partir da análise da distribuição espacial segundo a renda. Através do Mapa 1, pode-se perceber a concentração de chefes com alta renda no sudoeste do município, área em que predominam os condomínios e loteamentos fechados. Por outro lado os extratos mais pobres encontram-se ao norte e nordeste da cidade, pelo fato de estarem mais distantes das principais vias de acesso que ligam aos grandes centros, como Campinas e São Paulo. Miglioranza conclui, então, que o grande número de imigrantes que chegam à cidade se instala em condomínios de fácil acesso, pelo fato de ainda manterem um relacionamento com sua cidade de origem.

Desde a década de 1960, a população de Valinhos apresentou um crescimento demográfico muito rápido, tendo seu auge nos anos 1960 e 1970, quando a população cresceu mais de 4% ao ano. Neste processo, a migração sempre desempenhou um importante papel como componente do crescimento demográfico do município (ver Tabela 1). Com exceção do período de 1980 a 1991, a migração respondeu por um crescimento populacional mais significativo.

Tabela 1. Evolução dos componentes do crescimento populacional Município de Valinhos (1960 – 2000)

Períodos	Crescimento Absoluto			Peso relativo no crescimento	
	Total	Vegetativo	Migratório	Vegetativo	Migratório
1960/70	12.473	5.615	6.858	45,02	54,98
1970/80	18.174	6.298	11.849	34,65	65,2
1980/91	18.945	10.147	8.811	53,56	46,51
1991/00	15.087	7.032	8.055	46,61	53,39

Fonte: Fundação Seade, apud Baeninger, R.; Maia, P.B. (1992), para 1960/70 e 1970/80, Nepo/Nesur (2004), para 1980/91 e 1991/00, apud MIGLIORANZA, 2006.

Os dados apresentados indicam o padrão e a natureza do crescimento da população de Valinhos nas últimas décadas. Mas outro aspecto analisado por Miglioranza é a migração segundo a origem dos movimentos, o que possibilita entender melhor como vai se posicionando Valinhos no cenário regional. Com este levantamento é possível ver a origem dos ganhos populacionais da cidade e a predominância de uma determinada modalidade sobre outras nos diferentes períodos.

Tabela 2. Imigração e Emigração, segundo modalidades e períodos, Município de Valinhos (1986-1991 e 1995-2000)

		1986-1991		1995-2000	
		número	%	número	%
Imigrantes	Intrametropolitanos	2.061	23%	4.344	37%
	Intra-estaduais	3.184	36%	4.079	35%
	Interestaduais	3.574	41%	3.248	28%
Emigrantes	Intrametropolitanos	2.094	54%	2.354	50%
	Intra-estaduais	1.229	32%	1.519	32%
	Interestaduais	560	14%	831	18%

Fonte: IBGE, Censos Demográficos 1991 e 200, apud MIGLIORANZA, 2006.

Segundo a Tabela 2, quanto à imigração, é possível destacar um aumento nas origens de intrametropolitanos na década de 1990, que passa para 37% do total dos movimentos recebidos por Valinhos contra 23% no período anterior. Isso se deve ao fato de ter havido uma perda de força nos movimentos interestaduais durante os anos 1990, que segundo Miglioranza é um:

(...) comportamento que reflete não apenas sua inserção no processo de metropolização, mas também sua nova feição, como área de destino para a população de mais alta renda, que busca novos lugares, ao mesmo tempo próximos dos maiores centros e suficientemente longe destes, para usufruir de uma melhor qualidade de vida. (MIGLIORANZA, 2006: 550)

No caso da emigração, as estatísticas não sofrem alterações significativas. No geral, pode-se dizer que os movimentos interestaduais foram perdendo em favor dos movimentos intrametropolitanos, tendência ocorrida com o estado de São Paulo e na RMC (BAENINGER, 1992; CUNHA, 2005 apud MIGLIORANZA, 2006). Os movimentos intra-estaduais mantiveram seu peso praticamente inalterado, fato que espelha o peso da migração da Região Metropolitana de São Paulo para o município.

Estes processos alteram o padrão de ocupação que vem ocorrendo em Valinhos, uma vez que parte expressiva dos imigrantes é de classe alta, de acordo com dados do Censo Demográfico de 2000 do IBGE. A maior parte desta população, residentes dos condomínios e loteamentos fechados, se encontra próxima aos principais eixos de deslocamento que ligam Valinhos com outros municípios. A área com maior concentração é no entorno do Colégio Porto Seguro, local onde atualmente grandes investimentos foram feitos, como a implantação de um *shopping center*, a consolidação

do comércio e implantação de torres de escritório especializados para atender esta demanda.

Além do Colégio Porto Seguro, a cidade passou a receber a implantação de diversas unidades educacionais particulares, como o Colégio Etapa, Objetivo, Coc e Anglo. Estes equipamentos de educação acabam sendo âncoras de formação de centralidades locais de vários graus, configurando desde pequenas aglomerações de serviços locais a concentrações de equipamentos de grande porte e serviços diversificados, além de atraírem a imigração para a cidade.

Podemos perceber então, que o processo de imigração da cidade não só influencia na forma da ocupação e urbanização da cidade, como também modifica seu caráter sócio-ocupacional.

Tabela 3. Percentual da PEA que realiza o movimento pendular na Região Metropolitana de Campinas, municípios selecionados (1980 e 2000)

Município	1980	2000
Americana	9,5	11,9
Campinas	6,5	6,0
Hortolândia	-	49,2
Indaiatuba	11,5	8,5
Itatiba	5,0	6,1
Jaguariúna	10,5	10,7
Monte Mor	20,9	23,8
Paulínia	8,5	11,4
Santa Barbara d'Oeste	34,2	30,4
Sumaré	36,6	39,2
Valinhos	13,7	20,7
Vinhedo	9,7	15,5

Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 1980 e 2000, apud MIGLIORANZA (2006).

Outro dado importante para entender a dinâmica do município em relação à Região Metropolitana de Campinas e outras regiões mais afastadas, são os deslocamentos pendulares¹⁸. A pendularidade pode revelar distintos processos que levam a sua intensificação, e se por um lado, o movimento pendular é característico de camadas de

¹⁸ Movimentos diários ou rotineiros realizados pelas pessoas para desenvolverem suas atividades em cidades distintas daquelas onde residem, que refletem tanto uma incoerência entre espaço de moradia e concentração de atividades, quanto o grau de permeabilidade espacial em uma determinada região (MIGLIORANZA, 2006: 553).

baixa renda, devido à dificuldade de moradia acessível próxima ao local de trabalho, este processo também pode ser visto nas escolhas pessoais e familiares, que privilegiem a qualidade de vida em detrimento de um tempo menor de deslocamento. Este último exemplo é o caso das cidades de Valinhos e Vinhedo, na RMC, mas outras cidades-dormitórios como Hortolândia e Sumaré, apresentam este processo significativo na população com renda mais baixa (MIGLIORANZA, 2006: 554).

No entanto, de acordo com a Tabela 3, percebe-se que no caso de Valinhos é um fenômeno recente, sendo intensificado em 2000, e a movimentação não é exclusiva da cidade, podendo ser visto nos demais municípios da RMC. Miglioranza aponta que em 2000, a população economicamente ativa de Valinhos era de 38 mil pessoas, sendo que destas, 20,6% trabalhavam em outro município. Destes, 45% realizavam suas atividades em Campinas, 30% em Vinhedo, 10% em São Paulo e os demais em outros municípios. Isto indica a interação metropolitana, já que 80% dos destinos de trabalho eram na própria RMC. Estes dados se contrapõem com o senso comum de que os deslocamentos para São Paulo eram mais significativos, mesmo tendo aumentado de 0,9% em 1980 para 2% em 2000.

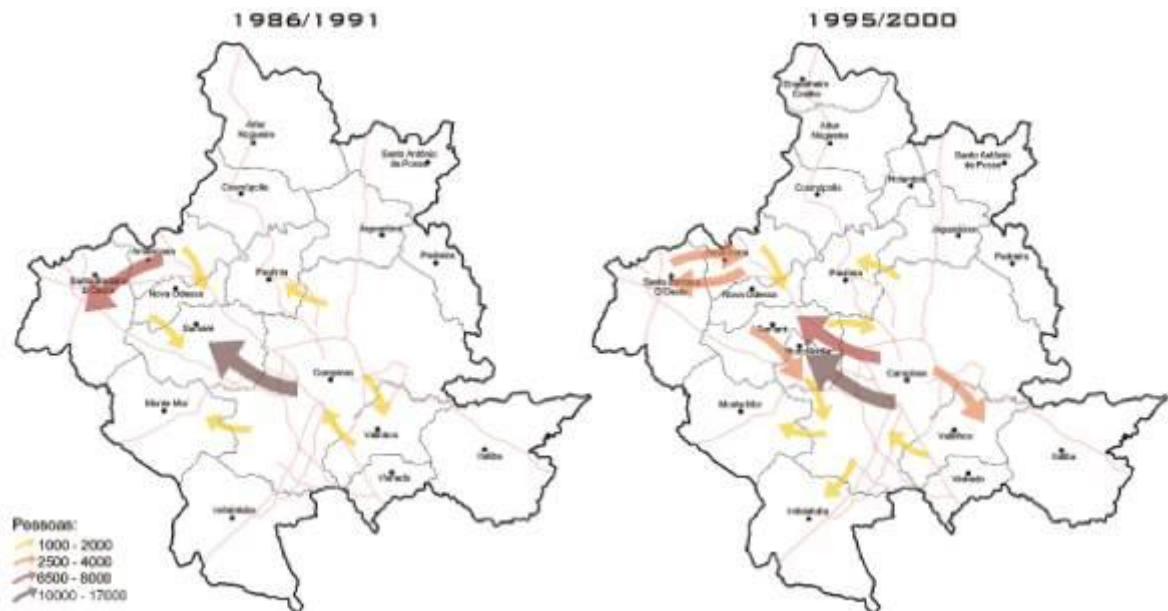
Alguns dados mapeados pelo NEPO¹⁹ mostram os fluxos entre as diversas cidades da RMC. No mapa de fluxos migratórios, ficam evidentes algumas cidades com maior índice de migração, como entre as cidades de Campinas, Valinhos, Indaiatuba, Hortolândia, Sumaré, Paulínia e Monte Mor, e entre as cidades Santa Barbara D'oeste e Americana. Percebemos que são cidades cortadas pela Rodovia Anhanguera ou próximas, o que indica a rodovia como um aliado dos movimentos de população. O mesmo pode ser observado nos mapeamentos de fluxos da população economicamente ativa e no fluxo de estudantes, onde as cidades na faixa da Rodovia Anhanguera e Bandeirantes apresentam um movimento pendular mais forte. Em 2000, todos os municípios incluídos na mancha metropolitana e mais Itatiba estavam envolvidos em fluxos pendulares com a finalidade de estudos de mais de 100 pessoas, sendo apenas Campinas, Americana e Valinhos cidades de destino.

No entanto, isto não ocorre no movimento de pacientes que recebem do SUS “Autorização para Internação Hospitalar (AIH)” em município diferente de seu local de moradia. Neste caso, a concentração é quase total em Campinas, uma vez que

¹⁹ Núcleo de Estudos de População da Unicamp, Atlas da Região Metropolitana de Campinas. Campinas Metropolitana: diversidades sócio-espaciais. 2000.

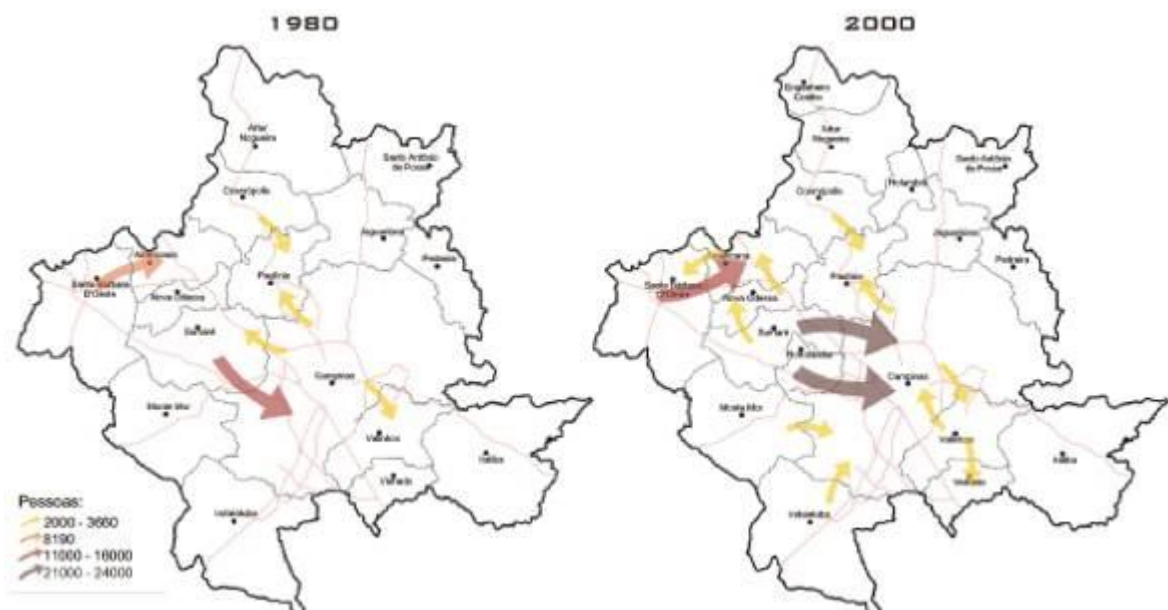
concentra mais de 40% dos leitos hospitalares contratados pelo SUS na região²⁰, sendo este serviço um importante fator de atração de movimentos para a cidade.

**Mapa 2. Fluxos Migratórios Intrametropolitanos
Região Metropolitana de Campinas (1986/1991 e 1995/2000)**



Fonte: Núcleo de Estudos de População da Unicamp, Atlas da Região Metropolitana de Campinas. Campinas Metropolitana: diversidades sócio-espaciais. 2000

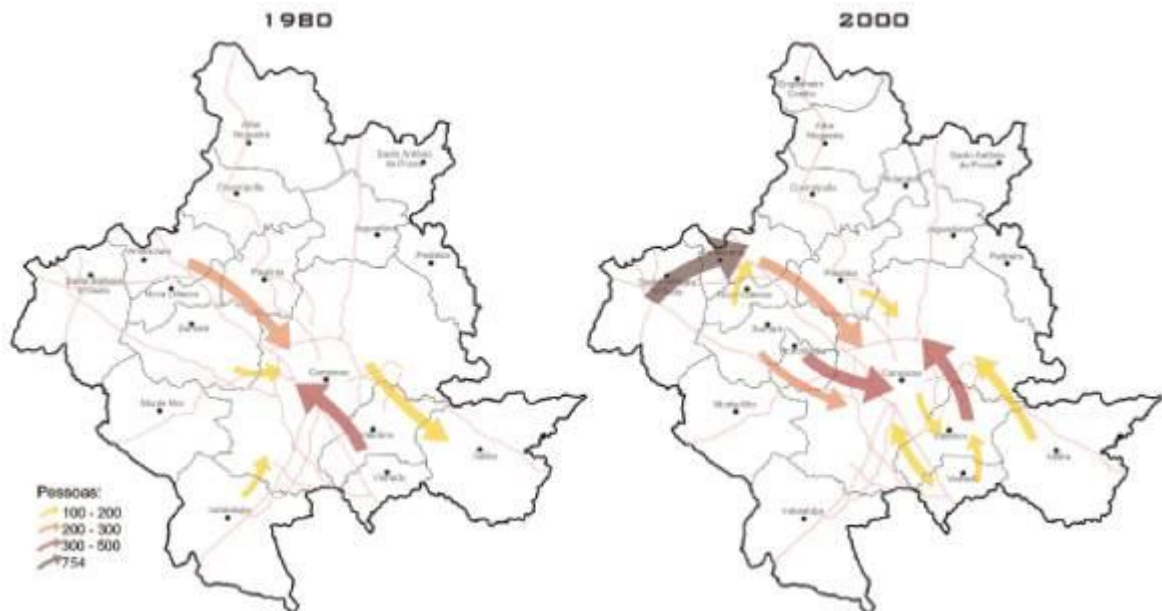
**Mapa 3. Fluxos acima de 2000 de PEA ocupada fora do município de residência
Região Metropolitana de Campinas (1980 e 2000)**



Fonte: Núcleo de Estudos de População da Unicamp, Atlas da Região Metropolitana de Campinas. Campinas Metropolitana: diversidades sócio-espaciais. 2000

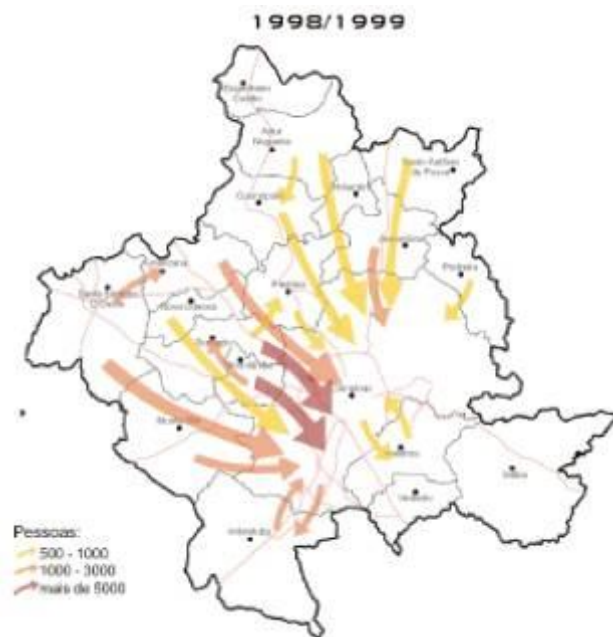
²⁰ Idem.

**Mapa 4. Fluxos de estudantes segundo município de estudo
Região Metropolitana de Campinas (1980 e 2000)**



Fonte: Núcleo de Estudos de População da Unicamp, Atlas da Região Metropolitana de Campinas. Campinas Metropolitana: diversidades sócio-espaciais. 2000

**Mapa 5. Volume de AIHs segundo origem e destino
Região Metropolitana de Campinas (1998/1999)**



Fonte: Núcleo de Estudos de População da Unicamp, Atlas da Região Metropolitana de Campinas. Campinas Metropolitana: diversidades sócio-espaciais. 2000

Finalmente, devido às novas formas de acessibilidade proporcionadas pela implantação de rodovias e melhorias nas vias de acesso a partir do final da década de 1940, as facilidades de comércio, oferta de escola tradicional e por possuir grandes áreas livres remanescentes de fazendas e chácaras, Valinhos foi se transformando em uma cidade-dormitório de alto padrão, diferente das demais cidades da RMC, onde o movimento pendular ocorre por falta de opção. A consolidação do padrão de moradia de condomínios e loteamentos fechados, a falta de planejamento e o alto índice de imigração resultam em problemas de infraestrutura, que vão desde congestionamentos em algumas regiões devido à falta de permeabilidade de vias à sobrecarga do abastecimento de água e redes de esgoto.

A intensa movimentação pendular na cidade, principalmente da camada mais alta que reside nos condomínios fechados, caracterizando uma parte da cidade como “cidade-dormitório de luxo”, intensifica o processo de alienação dos espaços públicos tradicionais por esta camada elitizada, que opta pelos espaços coletivos privatizados, oferecidos nos próprios condomínios e nos *shopping-centers*.

Assim, podemos ver que o padrão de segregação social e espacial na habitação, vistos pelas atuais formas de moradia em condomínios, loteamentos fechados e bolsões de segurança, se repete também nas formas de consumo e lazer. No caso de Valinhos, isso pode ser visto na utilização do *shopping-center* instalado na cidade como local para realização de compras diárias - como supermercado, farmácia e padaria – e como local de encontro e lazer – cafés, bares, restaurantes e cinemas.

Por sua vez, os espaços públicos tradicionais dependem dos fluxos intra-urbanos para manterem sua função de ponto de encontro de diversos. Veremos no Capítulo 04 de que forma a pendularidade afeta os espaços públicos selecionados como objeto de estudo.

CAPÍTULO III: O MUNICÍPIO DE VALINHOS - CONTEXTO E FORMAÇÃO URBANA

Valinhos é uma cidade do interior paulista com 107.481 habitantes²¹, localizada na longitude 46° 59' 50" oeste e na latitude 22° 58' 25" sul, ocupando uma área territorial de 148,9 km². Valinhos dista 90 km de São Paulo e 7 km de Campinas, formando uma conurbação com esta última. De acordo com Lei Complementar Estadual 870 de 19 de Junho de 2000, faz parte da Região Metropolitana de Campinas. A cidade é atravessada por duas das principais rodovias do estado, a Rodovia Dom Pedro I e a Rodovia Anhanguera. Por sua localização estratégica, houve um rápido crescimento populacional nos últimos anos, proveniente da imigração de pessoas que buscam fácil acessibilidade com outras cidades e melhor qualidade de vida. Por esse processo, Valinhos pode ser chamada de “cidade-dormitório”, como veremos no decorrer deste capítulo.

3.1. VALINHOS: ORIGEM E EXPANSÃO URBANA ATÉ 1970

Pouco se tem publicado sobre a origem da cidade de Valinhos, sendo as principais fontes bibliográficas os livros do historiador Mário Pires (2000) e do ex-prefeito José Spadaccia (1985; 1988; 1990). Mário Pires relata uma história baseada em documentos e publicações principalmente sobre a história do Estado de São Paulo e do Município de Campinas, enquanto Spadaccia publica contos, lembranças e memórias de sua relação e vivência com a cidade. Ambos foram utilizados como base histórica da pesquisa, para traçar a forma como ocorreu a transformação e o crescimento urbano.

A cidade de Valinhos, até seu desmembramento em 1953, era um antigo bairro do Município de Campinas. Tem sua história ligada ao ciclo das bandeiras. De acordo com Pires (2000: 01) os bandeirantes tinham como rota de penetração até os sertões de Mato Grosso, Goiás e Minas Gerais, passando por Jundiá e os “campinhos de mato grosso” (o que viria a ser a cidade de Campinas). Abriu-se então o caminho dos goiases que partia de São Paulo e passava por Jundiá, Campinas, Mogi Guaçu, entre outras. Muitos traçados dos antigos caminhos dos bandeirantes serviram para as estradas de ferro, como a Mogiana e a Sorocabana.

²¹ Dados do IBGE de 2009.

No caminho dos goiases, a primeira sesmaria que se estabeleceu nos “campinhos de mato grosso” foi a de Antônio da Cunha de Abreu, concedida a ele em 17 de maio de 1728 pela Coroa. Desde então, inúmeros pousos vão surgindo no caminho dos goiases, sendo um deles localizado na sesmaria de Cunha de Abreu, onde se estabelece em 1739, Francisco Barreto Leme, fundador de Campinas. Pires descreve outro sesmeiro, Alexandre Simões Vieira, que recebe a sesmaria “Ribeirão do Pinheiro” em 02 de Dezembro de 1732, terra atualmente localizada na cidade de Valinhos.

Temos assim a figura de dois sesmeiros, Cunha de Abreu e Simões Vieira, que não podem ser considerados os fundadores de Campinas e Valinhos, respectivamente, porém foram homens que com as cartas de sesmarias logo trataram de construir um pouso e formar umas “roças”, deixando-as e obtendo outras sesmarias, com o objetivo de arrecadar lucros. O “pouso do pinheiro” é o primeiro marco da origem do município de Valinhos, e de acordo com Pires, sua localização exata seria provavelmente o bairro Capuava, a “célula-mater” de Valinhos. A partir de então, os dois pousos passam a desenvolver-se em torno da agricultura, principalmente do açúcar e do café.

Desde 1819, Campinas contava com cerca de 100 engenhos de açúcar que tinham como base o trabalho escravo, e algumas décadas depois outro produto viria concorrer com o açúcar: o café. Já em 1850, Campinas produzia mais café do que açúcar, e ambos eram transportados até o porto de Santos pelos tropeiros em mulas. Campinas se torna o ponto chave do transporte do café em 1860 e já contava com uma população de 18 mil pessoas, fato que impulsiona a chegada da estrada de ferro. Valinhos, até a instalação dos trilhos, era um aglomerado de grandes fazendas de cana-de-açúcar e café.

Com a chegada da Cia Paulista de Estradas de Ferro em 1872, Valinhos começa a se desenvolver. Um dos indícios de que o pouso original da cidade seria o bairro da Capuava, é a orientação da estação de trem, voltada para o bairro, pois acreditava-se que era neste sentido que a cidade cresceria, o que não aconteceu. Com a inauguração da linha férrea e da estação, encerra-se o ciclo dos tropeiros, pois não eram mais necessários no transporte de mercadorias.

Em 1887, um ano antes da Abolição da Escravatura, intensifica-se a imigração européia no Estado de São Paulo. Valinhos, com o grande número de importantes fazendas de café, beneficia-se da imigração e a maior parcela se constitui de italianos. Em 1889 a febre amarela atinge a cidade de Campinas e expulsa seus moradores, sendo que muitos

se mudam para Valinhos. Com isso, instala-se a Sexta Seção Eleitoral (PIRES, 2000: 50).

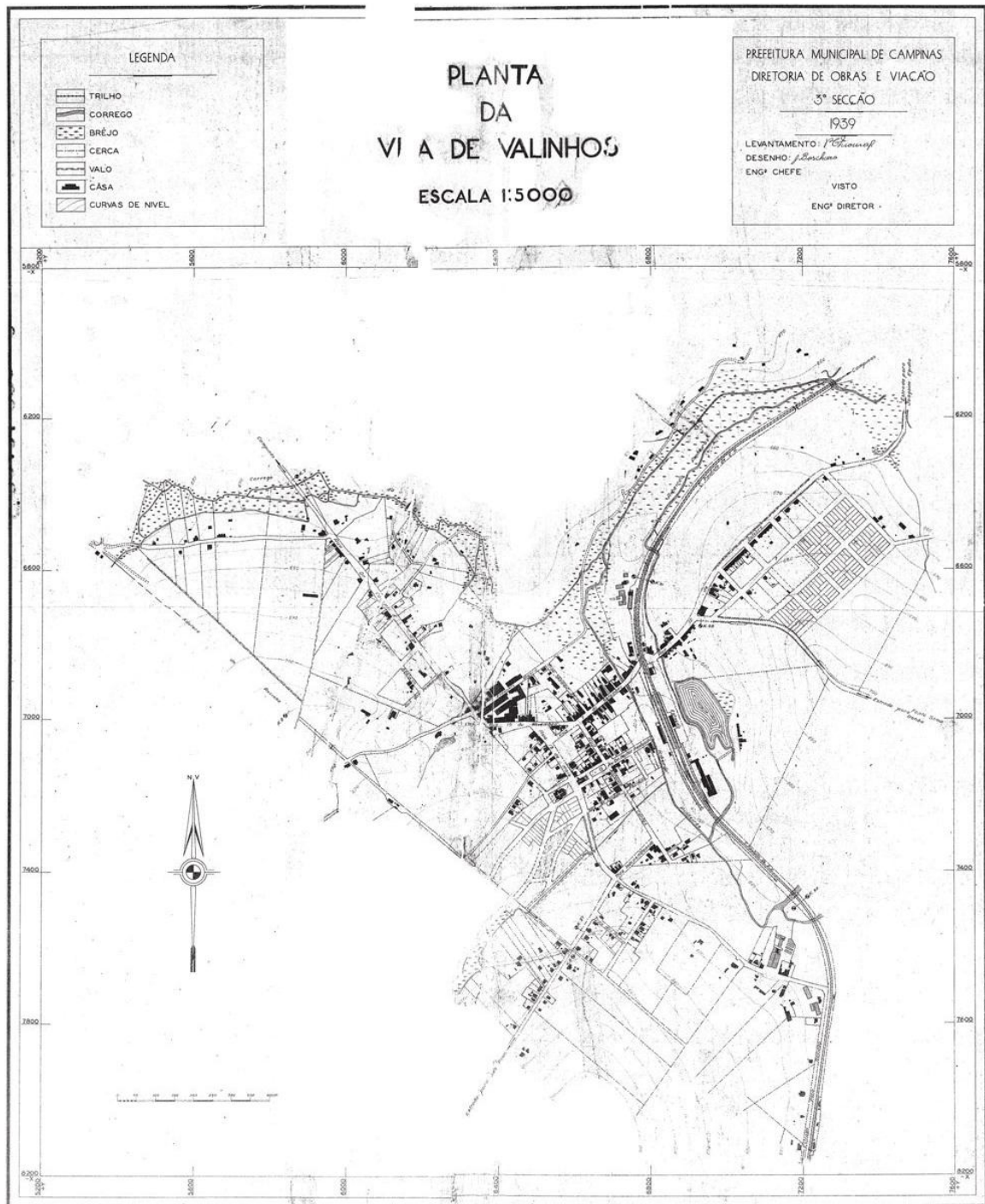
Em volta da estação da Paulista surgiram as primeiras casas e ali se tornou o centro da cidade. Ergue-se também na década de 1880 a capela de Santa Cruz, e ao longo do tempo, tornam-se tradicionais as Festas de Santa Cruz. Até 1896, já havia sido formada uma comissão pró-construção da igreja matriz, e a cidade continuava a aumentar seu número de casas residenciais e comerciais ao redor da estação e os novos bairros vão surgindo (como o bairro dos Ortizes e Ponte Alta), exigindo mais cuidados da sede Campinas. Neste mesmo ano, cria-se o Distrito de Paz de Valinhos, pela Lei 383 de 28 de Maio de 1896. Ao mesmo tempo, inicia-se a construção da Igreja de São Sebastião. Um ano depois, em 1897, instala-se o Cartório de Registros. De acordo com Pires, até o final deste século, a cidade contava com os seguintes dados:

(...) prédios, 70 – ruas ,8 – praças, 1 – naturalmente, a da igreja da matriz – fazendas, 22 grandes e 70 pequenas – igrejas, 1, sem incluir a capela de Santa Cruz – escolas, 3 masculinas e 3 femininas, estaduais e 1 masculina municipal. Teria, então, a Vila, uns poucos milhares de habitantes. (PIRES, 2000)

Até este período, a população de Valinhos era composta de 90% de italianos e os restantes 10% de portugueses e brasileiros. No início do século XX, os mais capacitados começaram a deixar as fazendas para instalarem-se na vila com casas de comércio, vendas, botequins, ferrarias, selarias, carpintarias e olarias. É neste período também que colonos compram áreas vendidas pelos fazendeiros e iniciam o cultivo de café, cereais e árvores frutíferas, surgindo então o figo, o que se tornaria mais tarde uma das maiores fontes de riqueza do município (SPADACCIA, 1988: 21). A agricultura do café segue em ascensão até 1929, e com a quebra da bolsa de Nova York seu valor e importação caem para quase zero. Com isso, a cultura do figo, introduzida em 1901 pelo italiano Lino Busatto, toma um impulso substituindo o algodão, os cereais e a cultura do café.

As indústrias também começam a dar seus primeiros passos na região, com a instalação de engenhos nas fazendas que plantavam cana para a produção do açúcar e da aguardente. Porém o desenvolvimento industrial propriamente começa com a instalação das olarias para a produção de tijolos e telhas utilizados na construção das casas, no início do século XX. Com o grande desenvolvimento da cidade vizinha Campinas, houve uma grande procura destes produtos. As olarias se instalam então ao longo do Ribeirão Pinheiros, devido à presença de um grande manancial de argila e pela proximidade da linha férrea.

Mapa 6. Mapa de Vila de Valinhos (1939)



Fonte: Arquivo Prefeitura Municipal de Valinhos

É também no início do século que surge uma das maiores indústrias da cidade. O imigrante italiano, José Milani, monta uma fábrica de sabão que mais tarde seria adquirida pela multinacional Gessy Lever, e atualmente, a Unilever, instalada no centro da cidade. Em 1934 se instala a primeira fábrica de papel, próxima à estação ferroviária, que tomou o nome de Cartonifício Valinhos, sendo seu proprietário o Sr. Ferruccio Celani.

Conforme enumera Spadaccia (1988: 35), em 1936, cinquenta anos após a elevação a distrito, Valinhos possuía o seguinte parque industrial: 02 fábricas de sabão (Cia. Gessy e Francisco Antoniazzi e Irmãos), fábrica de macarrão, fábrica de papéis e papelão (Cartonifício Valinhos), fábrica de vassouras, fábrica de bebidas, 06 pedreiras de paralelepípedos e 24 olarias.

Além das indústrias, a vida social, cultural e religiosa da cidade tomava novos rumos. Em 1939, inicia-se a construção da nova igreja Matriz, situada no terreno atrás da antiga igreja, doado pelos irmãos Vicente e Vítório Bissoto. A inauguração da igreja se dá em 1944, cinco anos após o início das obras. O padre Bruno Nardini da paróquia São Sebastião, lança em 1939 a primeira Festa do Figo, com dois objetivos: promoção da fruta e conseguir fundos para a construção da nova matriz. A festa foi oficializada em 1949 pela Secretaria de Agricultura.

O avanço da cidade continua em 1942, com a compra do terreno próximo ao centro do que viria a ser outra fábrica de papel, a Rigesa S/A, uma das maiores do Estado de São Paulo no ramo. Em 1950 Valinhos sofre uma transformação política e em 1953 ocorre a emancipação do distrito, que se desmembrou de Campinas, passando a município com da Lei nº 2456, e a cidade já nasce com os bairros Capuava, Fonte Sônia, Ortizes, Capivari, Pinheiros, Santa Cruz, Jurema, Lenheiro e Serrote.

A partir de 1960, Valinhos experimentou um enorme crescimento. Nas margens da Via Anhanguera, era construída a Equipamentos Clark (atual Eaton), produtora de material utilizado na fabricação de automóveis e caminhões, enriquecendo o parque industrial. Estas duas empresas, junto com a Unilever, constituem as três potências do parque industrial de Valinhos, que impulsionaram a vinda de centenas de pessoas e a proliferação de bairros da cidade.

3.2. CIDADE FRAGMENTADA: 1970 – 1990

A partir de 1970, a cidade de Valinhos passa a apresentar uma nova modalidade de ocupação urbana que resultou na paisagem atual do município: uma paisagem fragmentada e dispersa. Os grandes lotes remanescentes das fazendas de café são subdivididos, de onde surgem as chácaras de final de semana proporcionadas pelo alto padrão de vida, resultando mais tarde no surgimento de uma grande quantidade de condomínios e loteamentos horizontais fechados como um novo padrão de moradia e uma nova forma de se relacionar com a cidade. Como referência bibliográfica para

analisar a transformação do território de Valinhos, a partir da década de 1970, tomamos como base as dissertações de mestrado de Alessandra Sciota (2002), que nos pareceu importante por ter sido também ex-funcionária da Secretaria de Planejamento da Prefeitura de Valinhos, e da pesquisadora Eliana Miglioranza (2005). Como fontes primárias para a análise das transformações do território da cidade, foram utilizados os seguintes mapas: Mapa no Município de Campinas de 1929, Mapa da Villa de Valinhos de 1939, Mapa de Valinhos da Câmara Municipal de Campinas para o recenseamento de 1920, Mapas anexos ao zoneamento de 1971 e 2007 e os Mapas anexos do Plano Diretor de 2004.

Como já dissemos no Capítulo 02, Valinhos pode ser definida como uma “cidade-dormitório” por sua posição estratégica, próxima à capital São Paulo e pelo seu vínculo com a Região Metropolitana de Campinas. Estes vínculos se dão por grandes vias de escoamento, como a Rodovia Anhanguera e a Rodovia Dom Pedro I, que cortam a cidade. A consolidação destas rodovias possibilitou a proliferação de um novo tipo de urbanização dispersa. A partir da inauguração da via Anhanguera, a cidade passa a ser vista como um local estratégico para aquisição da segunda-residência, as chácaras de finais de semana. Estas chácaras marcaram fortemente a imagem da cidade como de um alto padrão de vida, já que representavam uma ocupação de baixa densidade (SCIOTA, 2002: 60).²²

A segurança, os baixos índices de violência e criminalidade e a grande quantidade de áreas verdes, proporcionam um alto nível de qualidade de vida que não pode ser obtida nas grandes cidades. Valinhos passa a ser um local atrativo para se morar. Além disso, o desenvolvimento do interior paulista atraiu diversas políticas governamentais em níveis estaduais e municipais, interiorizando o desenvolvimento na região. Como consequência dos investimentos públicos em infra estrutura de transportes, comunicações, ciências e tecnologia, surgem grandes empreendimentos, como a Unicamp, a Replan, CPqD, e atraem a implantação de grandes empresas modernas. Por isso, a atratividade de Valinhos em conjunto com as novas oportunidades geradas pela situação econômica da RMC, atrai uma grande população forasteira para a cidade.

De acordo com uma análise da urbanização de Valinhos apresentada por SCIOTA (2000: 60) o pico de urbanização que ocorreu nas décadas de 1950, 1960 e 1970, não ocorreu

²² De acordo com a autora estas chácaras são significativas na forma de ocupação da cidade. Elas responderam por 28.58% do número de unidades urbanas geradas na década de 1950, por 49.67% na década de 1960 e por 28.81% na década de 1970.

na década de 1980 e 1990. Nas décadas de 1950, 1960 e 1970, não era rentável manter fazendas extensas e sim o parcelamento do solo sob forma de chácaras de recreio fora da malha urbana, com lotes entre 1.000 a 28.000 m², que demandavam pouca infraestrutura e tinham baixa densidade populacional. Na década de 1980 o baixo crescimento pode ser atribuído à situação econômica do país no período. Nos anos 1990, o atributo “qualidade de vida” do município, consequência da implantação das chácaras, atraiu os condomínios e loteamentos de luxo que, por sua vez, valorizaram o solo de Valinhos. Desta forma, o crescimento de unidades urbanas na década de 1990 foi maior que nos períodos anteriores, já que os condomínios comercializaram lotes menores, que resultaram em um adensamento e consolidação da área urbanizada.

TABELA 01. Parcelamento do Solo - Nº de Unidades Criadas no Município de Valinhos (1951 – 2000)

PERÍODO	Nº de Unidades Urbanas	Chácaras de Recreio	
		Nº de Unidades	Porcentagem
Até 1950	1736	-	-
1951 a 1960	7648	2186	28,58%
1961 a 1970	2712	1347	49,67%
1971 a 1980	7289	2100	28,81%
1981 a 1990	3886	13	0,03%
1991 a 2000	10221	-	-

Fonte: Seção de Urbanismo e Projetos, PMV, dez/2000 (apud SCIOTA, 2002)

De acordo com a Tabela 01 pode-se verificar que nas décadas de 1950 e 1970 houve um aumento grande na criação de unidades urbanas, em comparação com as décadas de 1960 e 1980. O crescimento da década de 1950 pode ser justificado por um processo de industrialização e o crescimento da década de 1970 teve sua origem no milagre econômico que viabilizou maiores investimentos no país, inclusive no setor imobiliário. O baixo crescimento da década de 1980 está relacionado a um período de recessão econômica no Brasil (SCIOTA, 2002).

O crescimento de unidades urbanas é ainda maior na década de 1990 (10.221 unidades) e é o período onde se encerra a criação de unidades de chacara de recreio, dando inicio a um adensamento urbano e mudando de forma definitiva o processo de urbanização da cidade de Valinhos. Entretanto, podemos perceber pelos dados da Tabela 01 que as chácaras de recreio tiveram papel significativo na forma de ocupação da cidade. Elas

responderam por 28,58% do número de unidades urbanas geradas na década de 1950, por 49,67% na década de 60 e 28,81% na década de 1970. Temos, então, três décadas de uma forte tendência da cidade como local para aquisição de chácaras de final de semana.

Podemos concluir, portanto, que o município passa por três fases de transformação em sua condição fundiária, as quais definiram o caráter da urbanização da cidade. Na primeira fase, temos a divisão do território em fazendas, com delimitações definidas pelo relevo e hidrografia da região. Em uma segunda fase, estas fazendas começam a ser parceladas em chácaras de fim-de-semana. Estas chácaras, por proporcionarem uma baixa densidade de povoamento, contribuem para uma imagem de cidade com boa qualidade de vida, um atrativo para pessoas que buscam novas formas de moradia. A terceira fase da transformação se inicia quando as chácaras de recreio começam a ser parceladas em condomínios e loteamentos fechados, aumentando assim o adensamento populacional.

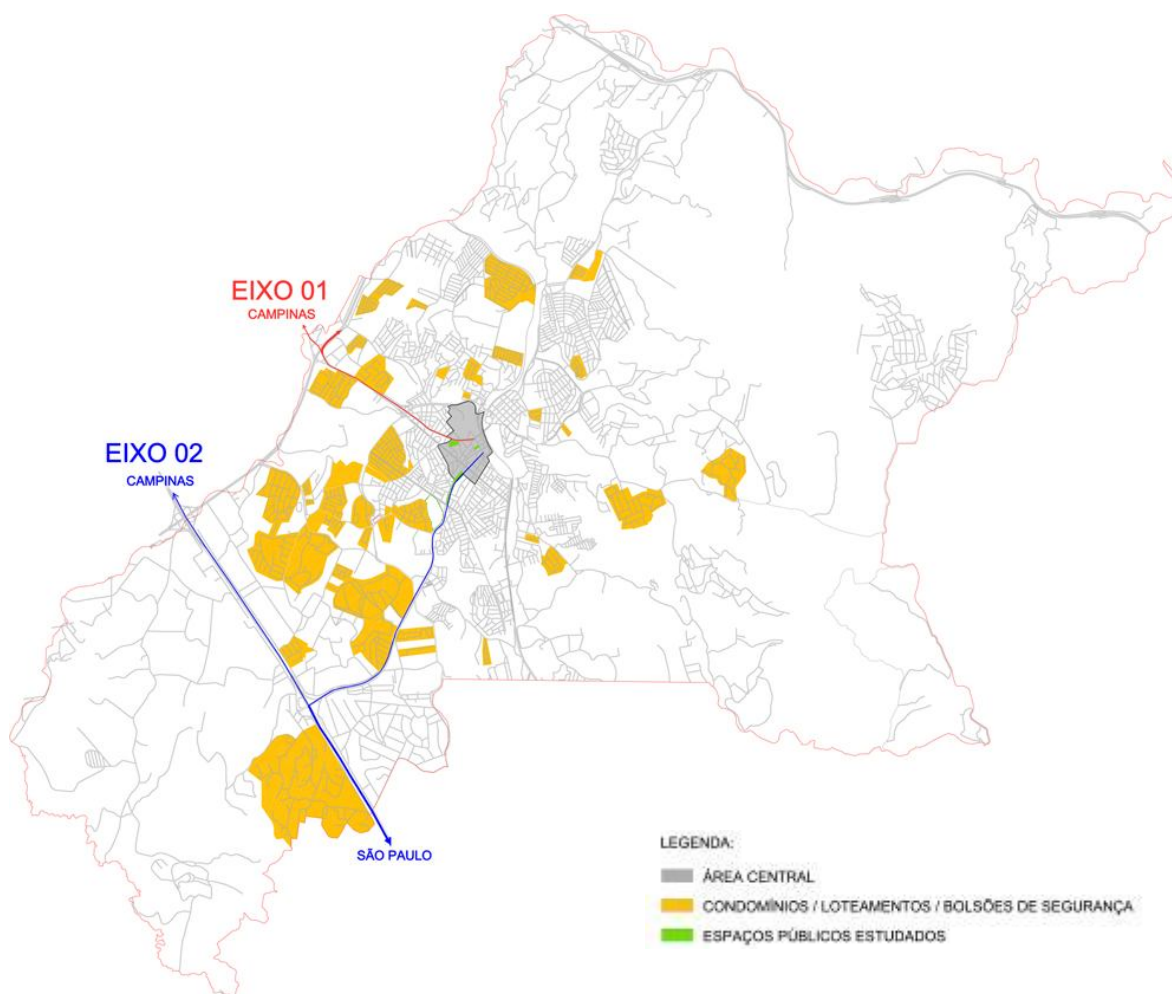
Apesar das tendências e do reflexo do processo de urbanização advindo de fatores externos da economia do país, o planejamento não exerceu o controle sobre o crescimento e adensamento da cidade, a partir de uma política de parcelamento, uso e ocupação do solo que favorecesse a ocupação das áreas adjacentes ao núcleo principal. Ao contrário, permaneceu a reboque do interesse de empreendedores privados e da especulação imobiliária que definiram uma nova paisagem com a transformação de chácaras e fazendas em condomínios fechados, afastados e isolados da área urbana consolidada.

3.3. NOVAS FORMAS DE URBANIZAÇÃO – OS CONDOMÍNIOS FECHADOS: 1990 - 2010

Para entender a forma como se deu a expansão urbana em Valinhos, é importante analisar o papel que os condomínios e loteamentos fechados tiveram neste processo. Eles foram responsáveis por atrair novos moradores em busca de qualidade de vida, residências de alto padrão e segurança para a família. A partir da década de 90, transforma-se o processo urbano. Uma proliferação de condomínios fechados, induzida pelo *status* de qualidade de vida, marca a forte tendência que caracteriza os empreendimentos imobiliários na cidade. Desta vez, surgem os condomínios e loteamentos com unidades (lotes) que variam de 200m² a 500m², aumentando assim, a densidade urbana.

De acordo com Sciota (2002: 61) devido à existência das chácaras de recreio, a cidade tornou-se atraente sob o aspecto habitacional para a população com perfil de maior poder aquisitivo, classes média e alta, que emigrou maciçamente de distintos pontos da região em busca da segurança nestes enclaves distantes de favelas, além do apelo ao padrão estético urbano-arquitetônico²³.

Mapa 7. Mapa de localização de condomínios, loteamentos fechados e bolsões de segurança, Município de Valinhos (2004)



Fonte: Informações inseridas pela autora sobre mapa de condomínios e loteamentos cedido pela PMV, última atualização em 2004.

Esta nova tendência, como já foi dito, tem a especulação imobiliária como grande aliada, ficando nas mãos dos empreendedores imobiliários a direção do crescimento urbano. Esta iniciativa privada muitas vezes vai de encontro ao planejamento da cidade. Muitos

²³ SCIOTA apresenta também índices do IBGE que mostram que em 1970, 49,35% da população residente não era natural de Valinhos, e em 1980 este número aumentou para 60,04%.

destes condomínios foram implantados longe da área central urbanizada e fora da malha urbana consolidada. O avanço da área urbana em direção à área rural causa diversas conseqüências para o município, desde impactos nas finanças municipais com altos custos de extensão de infraestrutura até estes locais, até a diminuição de áreas para a agricultura. Para resolver alguns destes problemas, foram criados perímetros urbanos isolados nos locais destes loteamentos, numa tentativa de regularização destas construções que antes estavam em área rural.

Ao analisar o mapa com a localização destes condomínios (Mapa 07), podemos perceber a concentração de condomínios e loteamentos de alto padrão entre a Rodovia Anhanguera e a área central. Grande parte destes loteamentos surgiu após a implantação do Colégio Porto Seguro em 1983. O colégio possui padrão idêntico à unidade I localizada no Morumbi em São Paulo, e se tornou um elemento de valorização da região. Pode-se perceber a presença de condomínios e loteamentos fechados em todo entorno do colégio, o que gerou um adensamento e uma urbanização também dos bairros próximos.

Mapa 8. Mapa de localização de condomínios, loteamentos e bolsões, comércio, serviços e escola na Rua Paiquerê



Fonte: Informações inseridas pela autora sobre vista aérea Google Maps, 2010.

Legenda: laranja (condomínios e loteamentos fechados), amarelo (bolsões de segurança)

Por sua vez, a avenida que liga o centro ao colégio Porto Seguro, a Av. Paiquerê, se transformou em local de comércio e serviços. Foram instalados “malls” de comércio (Itamaracá Mall) e recentemente inaugurado o Shopping Valinhos (Julho de 2007). O shopping conta com supermercados, lojas diversas, academias e salas de cinema, suprimindo as necessidades dos “novos” moradores locais (Mapa 8). Além disso, em 2009 foi inaugurado um conjunto de três torres de escritórios, com comércio no térreo na área atrás do shopping. De acordo com a pesquisa realizada por Miglioranza (2005), estes novos moradores ²⁴, ou este grupo específico de imigrantes que chega à cidade de Valinhos não vem com a finalidade de trabalho e sim de moradia.

Com os estudos realizados pelo NEPO ²⁵ podemos observar estes fluxos diários que ocorrem em Valinhos e na RMC. De acordo com os dados de 2000, os principais fluxos migratórios diários são de estudantes, tanto como local de destino como de origem. Valinhos recebe estudantes principalmente de Campinas e Vinhedo, e moradores de Valinhos que estudam em outras cidades têm como principal destino Campinas.

Além desse movimento pendular, os condomínios contribuem para transformações sociais decorrentes da busca pela exclusividade. Os empreendedores imobiliários, além de segurança, vendem a idéia de facilidade de lazer nos condomínios. A socialização, antes feita em praças, clubes e na rua, agora é proposta dentro dos muros, e entre classes semelhantes. A segregação da socialização pode ser vista nos espaços coletivos, já que atualmente um dos principais pontos de encontro e da realização do *footing* ocorre na entrada do Shopping de Valinhos, no período noturno e nos finais de semana, o qual está localizado estrategicamente no centro da região dos condomínios fechados de alto padrão da cidade.

3.4. OS EIXOS DE CRESCIMENTO

Conforme apresentado anteriormente, de acordo as análises realizadas sobre a organização dos condomínios e loteamentos, pode-se perceber dois eixos viários fortemente marcados no município. Estes eixos são: Rodovia Francisco Von Zuben, que faz a ligação com o centro de Campinas (chamaremos de Eixo 01) e a Rodovia Comendador Guilherme Mamprim - Av, dos Esportes, que faz a ligação com a Rodovia Anhanguera (chamaremos de Eixo 02).

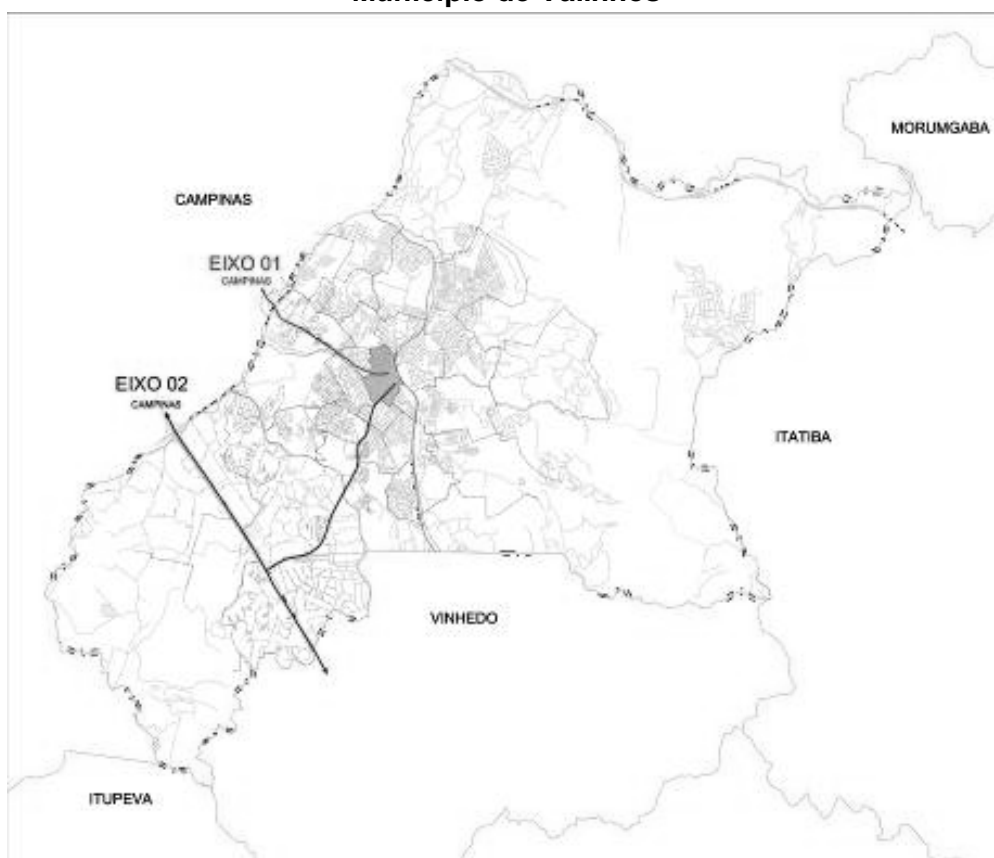
²⁴ Também de acordo com estudos realizados pelo NEPO (Núcleo de Estudos de População da Unicamp) a Região Metropolitana de Campinas recebeu entre 1995/2000 291.370 imigrantes, dos quais 11.671 tiveram como destino Valinhos.

²⁵ Núcleo de Estudos de População da Unicamp.

Estes dois eixos viários cruzam a cidade em dois sentidos (perpendiculares entre si). Ao analisarmos o mapa de responsáveis por domicílios com renda mensal acima de 20 salários mínimos (Mapa 01) e o mapa de localização dos condomínios fechados na cidade (Mapa 07), podemos perceber que estes se localizam entre os dois eixos, e que o crescimento de unidades urbanas de alto padrão se dá exatamente nesta área. A própria implantação dos espaços públicos próximos a estes eixos contribuem para marcar a importância destas ligações que têm caráter metropolitano e regional, como é o caso da implantação do Centro de Convivência Brasil 500 Anos em 2000.

Os eixos, por terem uma relação efetiva no surgimento e nas transformações dos espaços públicos analisados, serão sempre indicados nos mapas apresentados. No Capítulo 04, onde trataremos dos espaços públicos selecionados para estudo, apresentaremos de que forma os Eixos 01 e 02 surgiram e se relacionam com as praças e projetos implementados na cidade.

**Mapa 9. Mapa de localização dos eixos destacados na pesquisa.
Município de Valinhos**



Fonte: Informações inseridas pela autora sobre mapa base do município fornecido pela PMV, 2010.

3.5. AS TRANSFORMAÇÕES URBANAS E OS ESPAÇOS PÚBLICOS NA LEGISLAÇÃO DO MUNICÍPIO: ESTUDO DOS ZONEAMENTOS E PLANOS DIRETORES

As cidades são marcadas por eventos tradicionais e cotidianos, que promovem a interação entre os seus edifícios e sua população. Pode-se entender a história de uma cidade de diversas maneiras, por meio da história social e dos sujeitos que a constituem, dos fatos da história oficial, ou diretamente das manifestações que formam sua cultura. Outra forma de compreender a cidade é através da história de sua arquitetura e urbanismo, que funciona como uma dimensão física das intervenções feitas pelo homem. De qualquer forma, de acordo com Rolnik (2003: 13), está presente uma teia poderosa, invisível e silenciosa: a *legalidade urbana*. Esta legalidade é formada por um conjunto de leis, decretos e normas urbanísticas e de construção que regulam a produção do espaço na cidade.

A legislação urbana, além de definir formas de apropriação do espaço e regular a produção da cidade, age como um marco delimitador de fronteiras de poder. A lei organiza e classifica os territórios urbanos, dá significados e gera noções de civilidade e cidadania diretamente correspondentes ao modo de vida dos grupos que estão mais envolvidos em sua formulação. Funciona como um referente cultural forte na cidade, mesmo quando não é capaz de determinar sua forma final. No entanto, a lei funciona como um molde da cidade ideal ou desejável. No caso da maioria das cidades latino-americanas, ela determina a menor parte do espaço construído, uma vez que o produto (a cidade) não é fruto da aplicação inerte do próprio modelo contido na lei, mas da relação que esta estabelece com as formas concretas de produção imobiliária na cidade. Com isso, mesmo quando a lei não opera no sentido de determinar a forma da cidade, é aí onde ela é mais poderosa no sentido de relacionar diferenças culturais com sistemas hierárquicos (ROLNIK, 2003).

O estudo do zoneamento e das alterações do uso do solo permite a compreensão do crescimento urbano, da relação urbano e rural, das repercussões e impactos no espaço urbano da aplicação da legislação (a expansão das cidades brasileiras mediante estratégias de solução da moradia à margem da legislação) (FELDMAN, 2005) e principalmente, a relação entre a legislação e a valorização imobiliária, que pode ser percebida na verticalização (multiplicação do solo urbano) e nas mudanças de usos e do perímetro urbano.

De acordo com Feldman (2005: 26), o zoneamento conceituado por Basset (1931, apud FELDMAN, 2005) se refere ao zoneamento compreensivo, abrangendo o conjunto da cidade e divide o território em zonas, nas quais se articulam diferentes parâmetros urbanísticos. Nos Estados Unidos, o *Regional Plan of New York and its Environs* é representativo das principais inovações do urbanismo americano dos anos 20, e é o início do planejamento estadual e metropolitano, com a rápida ascensão e imensa popularidade do zoneamento, tornando o zoneamento “um sinal de graça” para o planejamento americano. A difusão do urbanismo americano não se dá como fato isolado no contexto paulistano. As idéias americanas são colocadas em pauta nos anos de 1930 por meio da divulgação de planos, instrumentos e métodos e por profissionais ativos, como os engenheiros Francisco Prestes Maia e Luís de Anhaia Mello.

A década de 1930 pode ser considerada o momento decisivo na difusão do urbanismo americano entre os profissionais brasileiros que atuam em diferentes cidades. Estudos realizados mostram a separação das práticas de planejamento das questões sociais e o papel assumido pelo zoneamento como protetor das áreas mais valorizadas, a serviço dos interesses imobiliários (FELDMAN, 2005). Segundo Feldman (2005: 29), o autor Walker (1941, apud FELDMAN, 2005) aponta que tanto o *planning* quanto o *zoning* desenvolvidos nos Estados Unidos, passam a partir dos anos 20 a se voltar para justificativas econômicas, para o lucro e para a especulação. No caso brasileiro, a partir da década de 60, o zoneamento transforma-se em uma das principais estratégias do planejamento de cidades.

Outra forma de se orientar o planejamento das cidades são os Planos Diretores. De acordo com a Constituição Federal de 1988, a gestão da cidade compete ao Município: este deve através da política de desenvolvimento urbano, garantir a função social da cidade e o bem-estar de seus habitantes. Prevê também que o plano diretor deve ser o instrumento básico para assegurar a função social da propriedade urbana, e o torna obrigatório para cidades com mais de 20 mil habitantes. Para auxiliar legalmente os Municípios no cumprimento de suas atribuições, a Constituição introduz novos instrumentos urbanísticos cuja aplicação visa concretizar a função social da propriedade (artigos 182 e 183). Além disso, a Constituição atribui ao Município a competência legislativa sobre matérias de interesse local (SCHNEIDER, 2002).

Em 2001 o Estatuto de Cidade (Lei nº 10.257 de 2001) tornou obrigatório o Plano Diretor para cidades com mais de 20 mil habitantes ou integrantes de regiões metropolitanas,

como instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana. Além disso, deve ser revisto a cada dez anos e englobar o território do Município como um todo.

A transformação dos espaços públicos (tradicionais ou novos) e dos dois principais eixos viários da cidade de Valinhos (Eixo 01 e Eixo 02) é resgatada pela análise cronológica da legislação urbana do município, no caso, o estudo dos Zoneamentos Urbanos em conjunto com os Planos Diretores. Desta forma pode-se compreender as intenções urbanísticas propostas em diretrizes e projetos, o desenrolar da cidade influenciada pela regionalização do município e as novas formas de apropriação do espaço. Além disso, é possível analisar se houve ação de legislação sobre as áreas estudadas.

3.5.1 - OS ZONEAMENTOS DO MUNICÍPIO DE VALINHOS

A cidade de Valinhos teve três leis de zoneamento: em 1973, 1996 e 2007. O primeiro zoneamento da cidade foi decretado pela **Lei nº 1.142 de 1973**. Nele são delimitadas as zonas: Zona de Alta Densidade e Atividade Terciária (ZAT), Zona de Baixa Densidade (ZBD), Zonas Industriais (ZI – ZI11, ZI12, ZI13), Zona Verde e de Recreação (ZV) e o Centro Comunitário Educacional e Esportivo (CCEE). Com a leitura do mapa de zoneamento, pode-se perceber a ZAT, uma faixa linear, descontínua, onde se permite o estabelecimento de atividades centrais de comércio, recreação, prestação de serviços e habitação sob regiões de alta densidade. É especificado no Capítulo V, artigo 18, parágrafo 01 da Lei que *“(...) Dado e importância da ZAT em relação à estrutura urbana proposta quanto a sua eficiência e quanto a determinação do caráter da cidade e de sua paisagem, deverão ser elaborados projetos específicos, indicando seus limites precisos e o melhor desenvolvimento urbano para a Zona”*.

No entanto este plano não foi executado, e as normas vigentes para a área são dos usos permitidos (comerciais, serviços e institucionais) e para a habitação. A paisagem que se percebe nesta região atualmente é outra. A faixa localizada na Rod. Francisco Von Zubern é de loteamentos fechados e terrenos vazios dispersos. A faixa ao longo da Av. Joaquim Alves Correa é de habitação misturada com comércio, também dispersos.

Além destas, a planta de zoneamento mostra outras duas faixas de ZAT, ao longo da Av. Independência e na área central. Atualmente estas áreas mantêm estas características, áreas de alta densidade de habitação, comércio e serviços. Pode-se então concluir que a intenção de adensamento dos eixos que ligam Campinas (Rod. Francisco Von Zubern) e

Vinhedo (Joaquim Alves Correa) não ocorreu, apesar do fortalecimento viário destes eixos (Figura 01).

Figura 1. Vista Aérea da Rodovia Francisco Von Zuben (áreas vazias) e da Av. Joaquim Alves Corrêa (habitação e comércio).

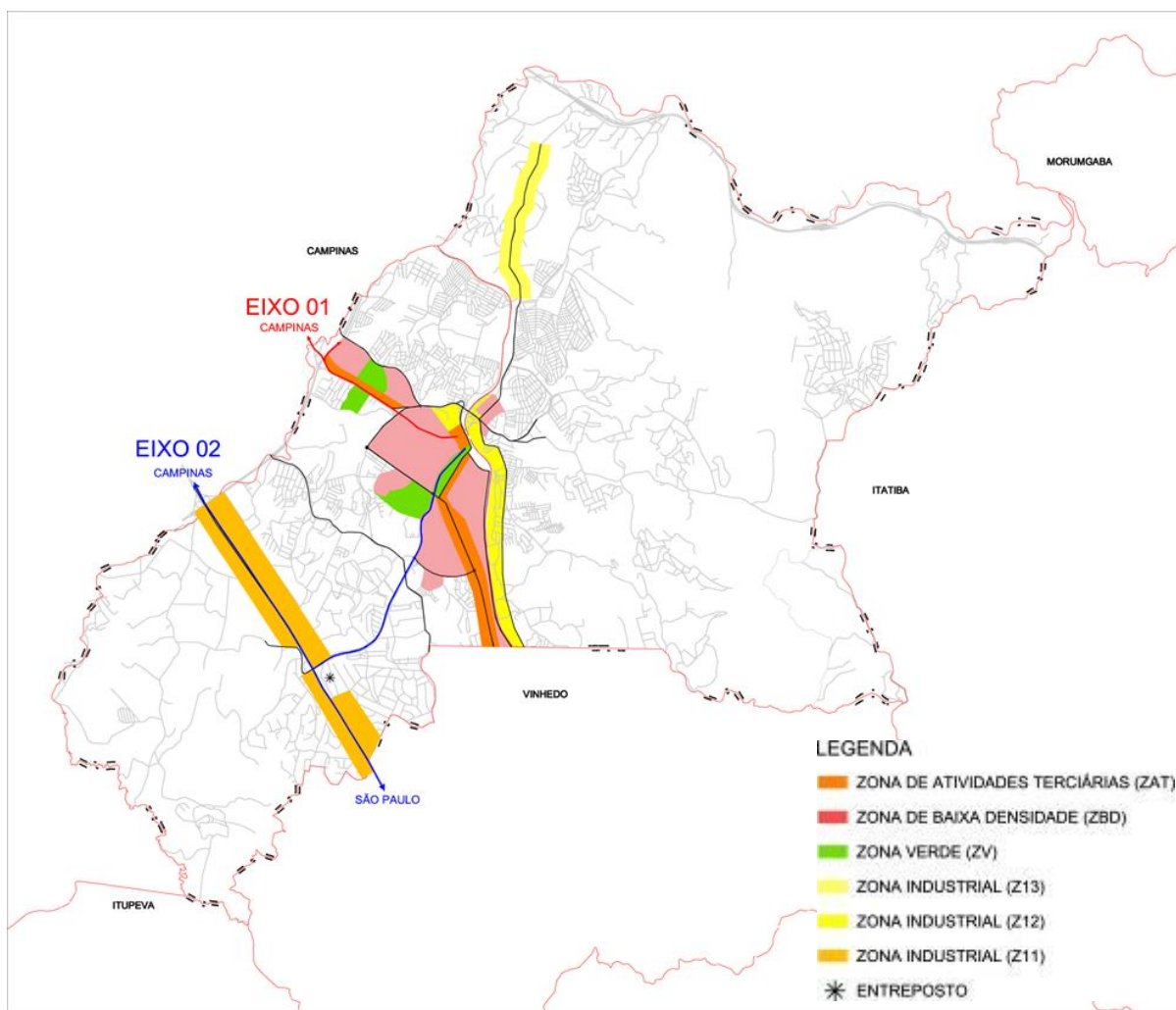


Fonte: Informações inseridas pela autora sobre vista aérea Google Maps, 2010.

Outra análise que pode ser feita a partir deste zoneamento são as áreas industriais, a Zona Industrial Z11 ao longo da Rodovia Anhangüera de ambos os lados, a Zona Industrial Z12 ao longo da linha do trem e a Z13 sentido Rodovia Dom Pedro. Atualmente as indústrias se localizam ao longo do eixo da Anhangüera, e somente industriais tradicionais se mantêm na área central, como por exemplo a Unilever e a Rigesa.

Podemos concluir, portanto, que o zoneamento de 1973 teve certa influência sobre o Eixo 01 e Eixo 02, uma vez que aponta zonas específicas para estas áreas. No Eixo 01 são mantidas as áreas de baixa densidade e no Eixo 02, reitera-se a área industrial ao longo da Rodovia Anhangüera. As paisagens formadas por estas definições permanecem até os dias atuais. Quanto aos espaços públicos, o zoneamento define áreas verdes. Uma das áreas verdes ao longo do Eixo 02 é onde mais tarde, foi implantado o Centro de Convivência Brasil 500 Anos, uma área na época, de córrego e alagadiça.

Mapa 10. Zoneamento do Município de Valinhos de 1973



Fonte: Informações inseridas pela autora sobre mapa de zoneamento fornecido pela PMV, 1973.

O segundo zoneamento proposto é a **Lei nº 2.979 de 1996**, que dispõe sobre o uso e ocupação do solo do Município de Valinhos. Nesta lei, o zoneamento é classificado em 12 zonas: Zona de Alta Densidade Geral (Z1B), Zona de Densidade Moderada com Verticalização (Z2A), Zona de Densidade Moderada com Baixa Verticalização (Z2B), Zona de Baixa Densidade Horizontal (Z2C), Zona de Baixa Densidade Predominância Residencial (Z3), Zona Industrial Moderada (Z4A), Zona Industrial Geral (Z4B), Zona Institucional (Z5), Zonas Corredores (ZC), Núcleos Comerciais, de Serviços, Institucionais ou Industriais (ZN), Zonas Especiais de Preservação (ZEP) e Zona Rural (ZR). Cada zona se enquadra em uma listagem de usos permitidos, e comparadas com o zoneamento anterior de 1973, podemos observar que além de ser mais detalhado, o Zoneamento de 1996 apresenta preocupações com a questão de preservação ambiental e a delimitação da Zona Rural. A Zona Rural é a área contida entre a linha divisória do perímetro urbano e os limites do município, cujo parcelamento obedecerá às determinações da legislação federal inerentes ao INCRA, excetuadas aquelas que são

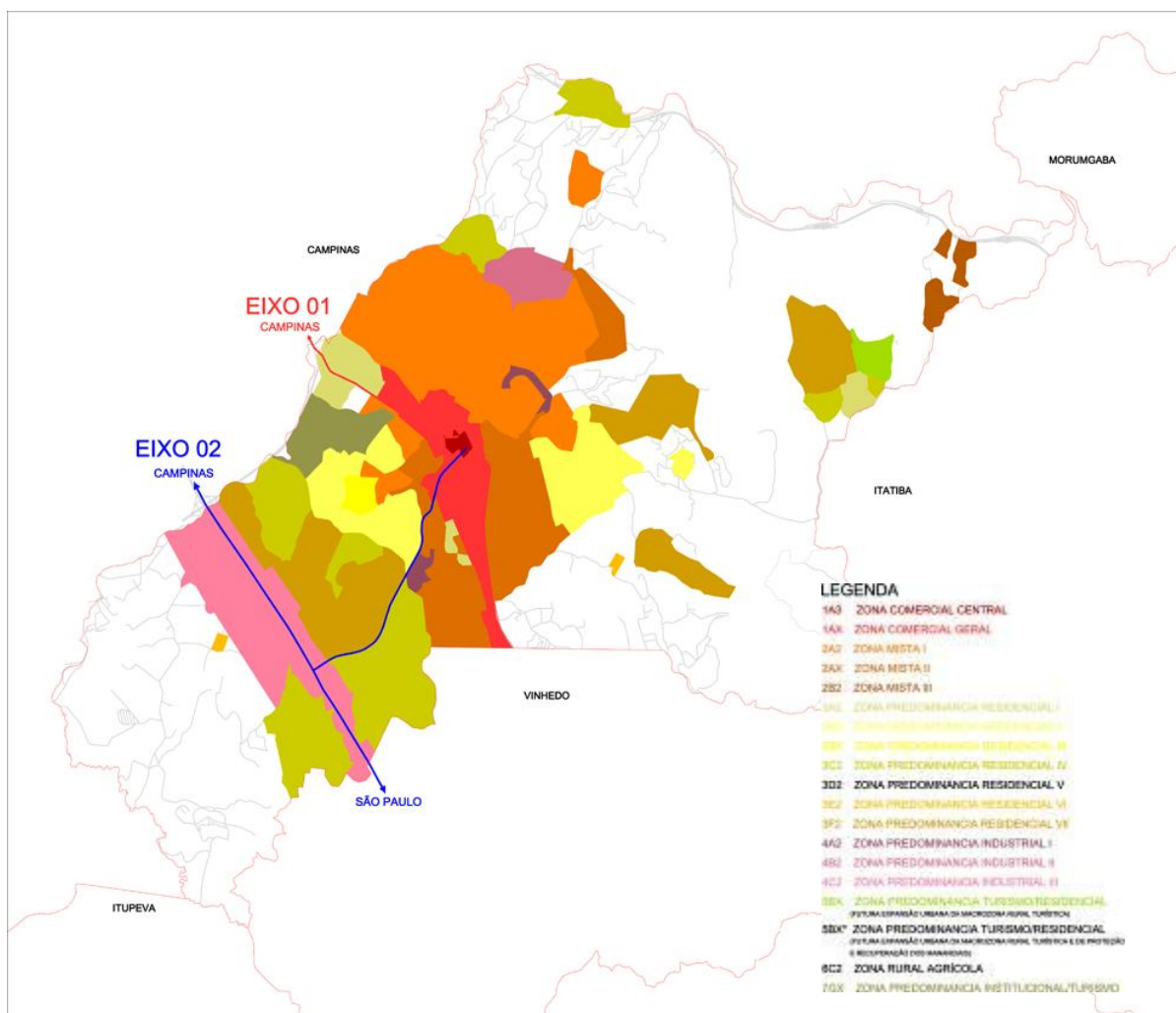
caracterizadas como exploração rural, para fins urbanos ou para uso institucional. Até o momento, a pesquisa não localizou o mapa anexo contendo as delimitações das zonas, para uma análise mais completa.

O terceiro e último zoneamento, em vigor, é a **Lei nº 4.186 de 2007** que dispõe sobre a ordenação do uso e ocupação do solo no Município e que atualmente vem se tornando motivo de discussões. O zoneamento é composto por 19 zonas: Zona Comercial Central (1A3); Zona Comercial Geral (1Ax); Zona Mista I (2A2); Zona Mista II (2Ax); Zona Mista III (2B2); Zona de Predominância Residencial I (3A2); Zona de Predominância Residencial II (3B2); Zona de Predominância Residencial III (3Bx); Zona de Predominância Residencial IV (3C2); Zona de Predominância Residencial V (3D2); Zona de Predominância Residencial VI (3E2); Zona de Predominância Residencial VII (3F2); Zona de Predominância Industrial I (4A2); Zona de Predominância Industrial II (4B2); Zona de Predominância Industrial III (4C2); Zona de Predominância Turismo/ Residencial I (5Bx); Zona de Predominância Turismo/ Residencial II (5Bx*); Zona Rural Agrícola (6C2) e Zona de Predominância Institucional/Turismo (7Gx). Foram instituídas também as vias corredores com o objetivo de permitir aos imóveis que possuem alinhamentos para essas vias a instalação de equipamentos para uso comercial, de serviços, institucional e industrial, e são classificados em quatro tipos de corredor.

Ao analisar o mapa de zoneamento, pode-se perceber que a cidade possui cinco áreas urbanas isoladas, fora do perímetro urbano central. Estas zonas isoladas são zonas mistas e zonas residenciais, onde se localizam a maioria dos condomínios e loteamentos fechados fora do perímetro urbano. Este tipo incomum de zoneamento prejudica a infraestrutura da cidade, e impacta nas áreas de proteção ambiental próximas. Atualmente é motivo de discussão, já que existem novos projetos de lei para a criação de outras zonas urbanas isoladas. Torna também evidente a valorização imobiliária na região e a falta de critério e ordenamento do solo, já que estas zonas isoladas são predominantemente constituídas por condomínios fechados e a área do perímetro urbano apresenta enormes vazios urbanos que poderiam ser ocupados e adensados.

A Zona Comercial Central e a Zona Comercial Geral se concentram no centro da cidade e ao longo da linha do trem, se estendendo até Vinhedo. As Zonas Mistas estão localizadas próximas as zonas comerciais, e as zonas residenciais estão espalhadas pelos diversos tipos de loteamento. As áreas industriais ainda prevalecem ao longo do eixo da Rodovia Anhanguera, porém ocupam uma área maior.

Mapa 11. Zoneamento do Município de Valinhos de 2007



Fonte: Informações inseridas pela autora sobre mapa de zoneamento fornecido pela PMV, 2007.

Pela análise deste zoneamento pode-se concluir que entre os Eixos 01 e 02 predomina o uso residencial, e as zonas comerciais e mistas se encontram fora desta área. No entanto o que se observa atualmente entre estes eixos é o rápido avanço de uso comercial e de serviços no núcleo desta área, com a instalação do Shopping Valinhos, das três torres de escritórios do Vértice, e com o fortalecimento do comércio e serviços na Avenida Paiquerê. E em relação ao zoneamento de 1973, as zonas industriais se fortaleceram no eixo da Anhanguera, a zona comercial se estendeu na área central e em sentido a Vinhedo (substituição da ZAT pela Zona Comercial Geral) e as Zonas Verdes, previstas no zoneamento de 1973, atualmente não existem mais. Os espaços de área livre e de recreação não são mais especificados e localizados no atual zoneamento.

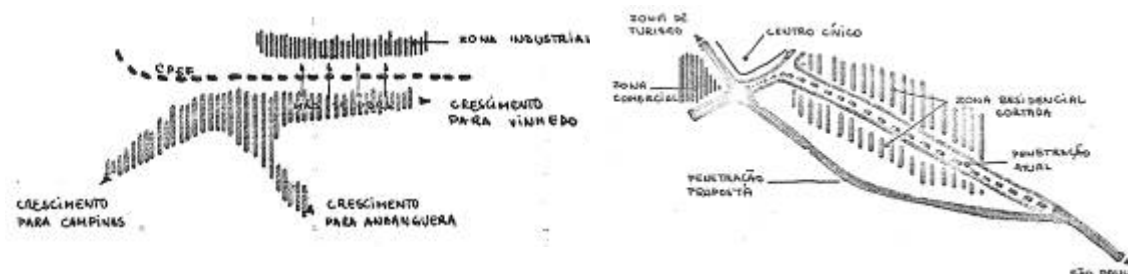
3.5.2 - OS PLANOS DIRETORES DO MUNICÍPIO DE VALINHOS

Em 1953 Valinhos é elevada a Município pela Lei 2456 de 30 de Dezembro de 1953, e em 1954 se iniciam as atividades administrativas da Prefeitura de Valinhos. A partir de então, a cidade elaborou três planos diretores: Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado do Município de Valinhos (**Lei nº 1.020 de 30 de Dezembro de 1971**), Plano Diretor II de Valinhos (**Lei nº 2.976 de 16 de Julho de 1996**) e o em vigor, Plano Diretor III de Valinhos (**Lei nº 3.841 de 21 de Dezembro de 2004**).

O primeiro plano diretor da cidade é uma Lei composta por seis artigos, que reiteram o Relatório do P.D.D.I. (Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado) como elemento promotor de diretrizes e projetos, além de um diagnóstico da cidade na época. No relatório do P.D.D.I. estão orientados e esquematizados eixos de crescimento da cidade. As principais propostas são: o adensamento do eixo sentido Campinas (atual Rod. Francisco Von Zuben), a criação de um eixo que ligue com a Anhanguera e o aproveitamento de um fundo de vale (na Av. dos Esportes) para a criação de um centro cívico e recreativo.

Figura 2. Ilustrações do P.D.D.I. (1971).

Desenho esquemático do crescimento da cidade e desenho do parque.



Fonte: Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado de 1973.

De acordo com o relatório, as dimensões da área urbanizada ou em expansão (grande em relação ao município, em 1973), bem como as linhas direcionais de seu crescimento (com possibilidade de conurbação com Campinas e Vinhedo) não aconselha a criação de novos núcleos urbanos, pois estes só seriam desejáveis em caso de existência de vazios e com a possibilidade de uma exploração específica.

Além desta ordem de crescimento, o plano indica como vantagem a criação de um eixo de ligação com a rodovia Anhanguera, para se ter acesso à zona de indústrias leves. No

período, Valinhos apresentava dois sentidos principais de crescimento, um seguindo a ligação com Campinas e o outro seguindo a ligação com Vinhedo.

O 'vale' mencionado no texto acima é o existente na atual Avenida dos Esportes, onde foi implantada o Centro de Convivência Brasil 500 Anos, de acordo com a Lei 3.435 de 12 de Maio de 2000 e a zona residencial que esta sendo erradamente atravessada é a Avenida Independência. De acordo com as diretrizes para o projeto do vale, seriam implantados um parque, teatro, biblioteca e seria um ponto de encontro da população, "inexistentes em Valinhos". Nos terrenos altos adjacentes ao parque são propostos edifícios (adensamento) e uma zona de transição para a zona comercial, podendo ser implantados escritórios e lojas.

O parque seria uma ligação entre a ferroviária, o centro cívico e o centro esportivo. Pela ênfase dada na proposta, este projeto marcaria um novo caráter para a cidade e supriria a necessidade de espaços públicos. Em sentido contrário, pode-se notar a pouca popularidade da Praça Washington Luiz, que foi implantada em 1967 e, no entanto não é citada no P.D.D.I. de 1973. Não foram apresentadas também propostas mais específicas para o núcleo central tradicional e o Largo São Sebastião. O plano tinha como preocupação central o crescimento da cidade e sua ligação com Campinas e a via Anhanguera.

O segundo Plano Diretor da cidade foi instituído pela **Lei nº 2.976 de 1996** e diferentemente do plano de 1971, não apresenta propostas claras e delimitadas. São anexos ao plano três mapas referentes ao sistema viário (existente e a projetar) e aos equipamentos de cultura, educação e saúde. Pode-se analisar somente as vias a projetar como uma proposta do plano. O restante dos mapas é de diagnósticos da cidade.

Este plano diretor é embasado na Lei Orgânica do município e aponta a criação de uma legislação específica para o uso, ocupação e parcelamento do solo e código de obras. Quanto aos espaços públicos da cidade, o plano não apresenta proposta ou diretrizes em relação a estes. No Plano Diretor I, bem como no zoneamento de 1973, as propostas de áreas verdes, parques e espaços de recreação e encontro são claras e delimitadas. No Plano Diretor II, é citado somente:

(...) Título II – Da Política Urbana

Capítulo IV – Da Cultura, do Esporte e Turismo

Seção II – Do Esporte e Lazer

Artigo 22 – A administração municipal, através de órgãos encarregados do esporte e lazer, objetiva promover e incentivar a prática esportiva em todos segmentos da comunidade, devendo:

III – possibilitar à população o uso dos espaços físicos com aproveitamento e adaptação de rios, vales, colinas, montanhas, lagoas, ruas, matas, praças e centros esportivos, como base física de recreação das atividades esportivas e de lazer de interesse da população; (...)

A área de cultura e preservação do patrimônio histórico da cidade também é citada na lei, porém não é especificada, conforme os artigos abaixo:

(...) Título II – Da Política Urbana

Capítulo II – Dos Objetivos

Artigo 3º - O Plano Diretor tem por objetivo estabelecer um novo regime urbanístico, levando em conta o pleno desenvolvimento da função social da cidade, a distribuição mais justa e racional dos serviços públicos no Município, a criação dos melhores condições de vida e a preservação do meio ambiente natural e construído, da forma a assegurar a constante melhoria do bem estar de seus habitantes, mediante:

V – a preservação, a recuperação e a proteção do meio ambiente e da paisagem urbana que constitua patrimônio cultural , buscando resgatar a memória e o sentimento de cidadania de seus habitantes, fazendo-os mais presentes na definição dos destinos do município.

Capítulo IV – Da Cultura, do Esporte e Turismo

Seção III – Do Turismo

Artigo 29 – Poderão ser realizados tombamentos, preservação e recuperação dos edifícios e paisagens que constituam o patrimônio cultural, histórico, ambiental e paisagístico do Município.

Capítulo VII – Do Aspecto Físico Territorial

Artigo 45 – As áreas de interesse de preservação dos recursos naturais, hídricos, do patrimônio ambiental e cultural terão seu uso e ocupação do solo, orientados através de comissão composta por técnicos da Administração Municipal para este fim. (..)

Até o período atual, não foram formadas comissões da Administração para tratar da questão da preservação. Valinhos possui dois bens históricos tombados pelo Condephaat: a Casa de Flávio de Carvalho²⁶ e a sede da antiga fazenda de São Bento

²⁶ Processo: 00286/73 Tomb: Res. de 12/5/82 D.O.: 21/5/82 Livro do Tombo Histórico: Inscrição nº 270, CONDEPHAAT.

de Cacutá ²⁷. Possui também dois bens artísticos: obras do pintor Benedito Calixto ²⁸ e obras do pintor José Ferraz de Almeida Junior ²⁹.

O último e atual plano diretor, o Plano Diretor III da **Lei nº 3.841 de 21 de Dezembro de 2004** já apresenta algumas diretrizes específicas para os espaços públicos, porém ainda sem projetos definidos. Em relação a estes espaços, é citado:

(...) Título II – Da Política Urbana

Capítulo VII – Da Cultura, do Esporte e Turismo

Seção I – Da Cultura

Artigo 25 – No estabelecimento de normas de apresentação e das exigências mínimas para a execução de projetos culturais, para a concepção de incentivos, buscar-se-á:

VII – adequação da Praça Washington Luiz para lazer e eventos artísticos e culturais com a instalação de equipamentos apropriados para tal finalidade;

VIII – adequação do Centro de Convivência Brasil 500 Anos para lazer e eventos artísticos, culturais e esportivos, com a instalação de equipamentos para tal finalidade;

XI – efetuar a reurbanização moderna e planejada do Parque Municipal de Feiras e Exposições “Monsenhor Bruno Nardini”, de modo que o local possa ser considerado como atrativo cultural do município.

Título IV – Do sistema de Planejamento

Capítulo III – Dos Instrumentos Urbanísticos

Seção IV – Das Operações Urbanas Consorciadas

Artigo 82 – As operações urbanas consorciadas criadas por lei específica, terão como finalidades:

IV – a implantação de espaços de uso público;

V – a valorização e a criação de patrimônio ambiental, histórico, arquitetônico, cultural ou paisagístico. (...)

Podemos destacar que os espaços públicos basicamente foram tomados como espaços para se introduzir atividades culturais, artísticas e esportivas e são vistos como os pontos principais de lazer e turismo, e não a própria cidade. A adequação das praças Washington Luiz, Brasil 500 Anos e o Parque Municipal são mencionadas porém não fica definido de que forma, como ou quando isso aconteceria. As operações urbanas consorciadas são citadas, porém não foram especificados seus locais. O mesmo acontece com a questão do patrimônio histórico e cultural na cidade. O plano menciona a implantação de uma política de preservação, incentivando a manutenção de espaços

²⁷ Processo: 38.719/99 Tomb: Res. SC 56 de 09/12/04 D.O.: 17/12/04 Livro do Tombo Histórico: Inscrição nº 349, CONDEPHAAT.

²⁸ Processo: 19.996/69 Tomb: Res de 16/10/69 D.O.: 17 e 18/10/69 Livro do Tombo das Artes: Inscrição nº 1 a 122, CONDEPHAAT.

²⁹ Processo: 17.260/70 Tomb: Res de 24/04/70 D.O.: 25/04/70 Livro do Tombo das Artes: Inscrição nº 134, CONDEPHAAT.

próprios, a pesquisa, as manifestações culturais, de forma a manter as tradições locais, mas não indica instrumentos, órgãos ou outros dispositivos a serem implementados para sua identificação e regulação. Como no Plano Diretor II, não ficam ainda claras as formas para esta política.

(...) Título II – Da Política Urbana

Capítulo da VII – Da Cultura, do Esporte e Turismo

Seção I – Da Cultura

Artigo 22 – A implantação da política de preservação do patrimônio cultural, de forma integrada e dinâmica ao cotidiano do Município, deverá contemplar:

I – incentivo à criação e manutenção de espaços devidamente equipados, para o atendimento da demanda referente a produção, circulação e apresentações de manifestações culturais, pelo poder Público e iniciativa privada;

II – a pesquisa, a identificação, a valorização, a estimulação, a preservação e a proteção do patrimônio e a diversidade de manifestações culturais e artísticas.

Artigo 24 – A política de democratização da formulação e informação cultural, com objetivos para a busca da identidade cultural do Município, abrange especialmente:

II – o incentivo à realização e divulgação de projetos voltados para a história, valores humanos e tradições locais

Artigo 25 – No estabelecimento de normas de apresentação e das exigências mínimas para a execução de projetos culturais, para a concepção de incentivos, buscar-se-á:

X – viabilizar a recuperação e preservação das chaminés, priorizando inicialmente as cerâmicas inativas e abaixo relacionadas, possibilitando que as mesmas se tornem patrimônio histórico e cultural do Município.

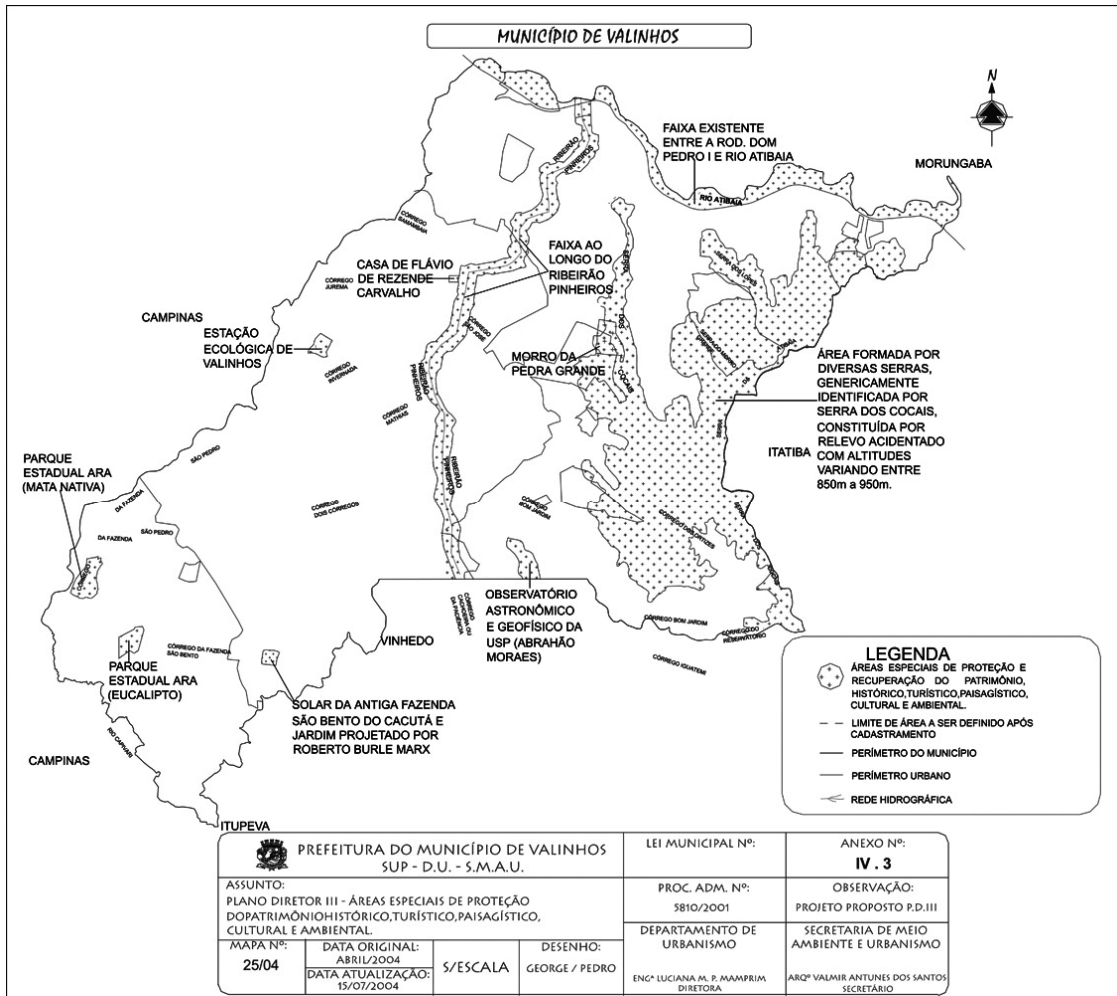
XII – são classificadas como áreas especiais de proteção e recuperação do patrimônio histórico, turístico, paisagístico, cultural, a sede da Fazenda São Bento do Cacutá e o seu jardim, que foi projetado por Roberto Burle Marx.

Seção III – Do Turismo

Artigo 35 – Poderão ser realizados tombamento, preservação e recuperação dos edifícios e paisagens que constituem o patrimônio cultural, histórico, ambiental e paisagístico do Município. (...)

O Plano apresenta um mapa de localização das áreas especiais de preservação e recuperação do patrimônio histórico, turísticos, paisagístico, cultural e ambiental, localizando os bens tombados mencionados. Além deste mapa, o P.D. III apresenta alguns mapas anexos com a demarcação de áreas a serem priorizadas para a implantação de equipamentos sociais, a implantação de equipamentos esportivos, educacionais e de saúde. Em todos os mapas, a maioria dos locais demarcados está fora da área entre o Eixo 01 e 02.

Mapa 12. Áreas especiais de proteção do patrimônio histórico, turístico, paisagístico, cultural e ambiental (2004)



Fonte: Plano Diretor de Valinhos de 2004

CAPÍTULO IV: O VALOR PATRIMONIAL DOS ESPAÇOS PÚBLICOS DE VALINHOS: TRADIÇÃO E RENOVAÇÃO

4.1. ESPAÇOS PÚBLICOS X ESPAÇOS COLETIVOS PRIVADOS

No Município de Valinhos os espaços públicos podem ser caracterizados da seguinte forma: praças de porte municipal, localizadas em áreas centrais e com forte comércio no entorno; praças locais de bairros residenciais (bairros centrais ou periféricos); os espaços públicos e áreas de lazer implantadas respectivamente dentro de loteamentos e condomínios fechados; e os grandes parques municipais, que são áreas cercadas, com controle de acesso e que tem uso intenso durante algum evento pré-determinado, além das ruas, avenidas, canteiros e rotatórias.

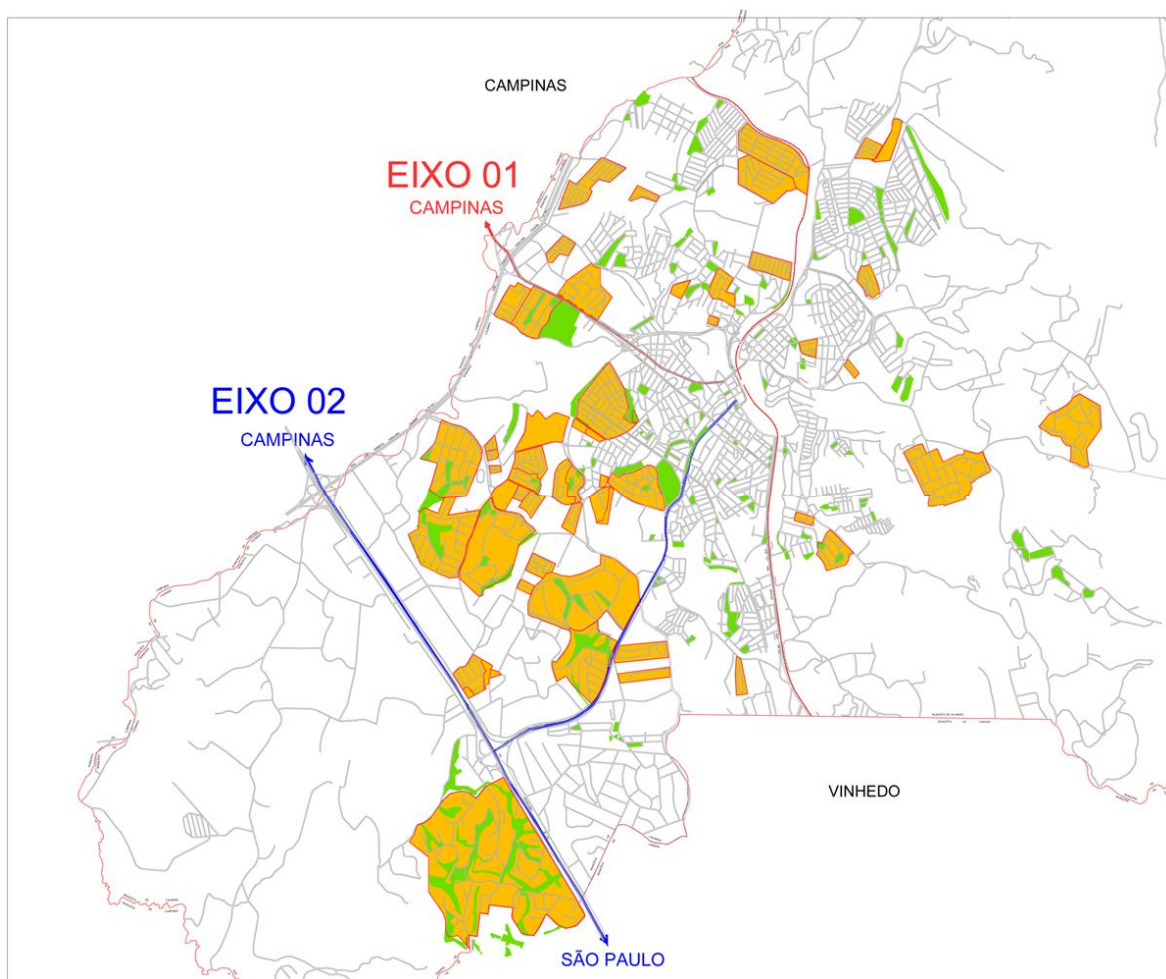
Nesta pesquisa, os espaços públicos selecionados, são três praças: o Largo São Sebastião, localizado na frente da igreja Matriz e na área central da cidade; a Praça Washington Luiz, próxima à área central e no Eixo 01; e o Centro de Convivência Brasil 500 Anos, uma praça linear ao longo da Avenida dos Esportes, o Eixo 02 conforme apresentado no capítulo anterior. Estas praças se enquadram no perfil de espaços públicos de caráter e uso municipal, não são somente de uso local, mas são ou foram de uso de toda população valinhense em algum período da história.

Ao se analisar o mapa de áreas verdes, sistemas de lazer e praças, elaborados para o Plano Diretor de 2004, podemos perceber que grande parte destas áreas coincide com as áreas localizadas dentro de condomínios fechados, entre os Eixos 01 e 02. Além disso, a forte tendência do município para os empreendimentos imobiliários em forma de condomínios e loteamentos fechados traz consigo uma modificação no comércio, lazer e espaços públicos da cidade.

A grande concentração deste tipo de moradia segregada entre os Eixos 01 e 02 tem origem com na instalação do Colégio Visconde de Porto Seguro, que atende uma população de alto poder aquisitivo. Desde sua implantação na década de 80 a região é invadida pelos loteamentos fechados, e surge assim uma nova forma de comércio e serviços para atender esta população, principalmente na Rua Paiquerê, onde foi

inaugurado em 2007 o Shopping Valinhos. Mais tarde em 2009, é inaugurado um conjunto de três torres de escritórios, no terreno ao lado do shopping. Todos estes investimentos resultaram em um impacto na vida pública da área central. No ano de 2010, pode-se observar uma grande população de migrantes que utiliza os espaços do shopping como espaço de encontro. Durante o dia, pode-se notar a socialização nas áreas internas do shopping, nas praças de alimentação, de uma população basicamente residente dos condomínios do entorno. Mas às sextas-feiras e sábados, no período da noite, o shopping é bastante freqüentado por uma população da periferia e de outras áreas da cidade, que se concentram na porta de entrada e em uma rotatória ao lado do shopping, e praticam o tradicional *footing* até altas horas. A preferência por estes espaços coletivos privados e pelo consumo das lojas, praça de alimentação e cinemas, segue uma tendência não só do município, mas também em outras cidades.

Mapa 13. Mapa de Áreas Verdes x Localização de condomínios e loteamentos fechado, Município de Valinhos (2004)



Fonte: Informações inseridas pela autora sobre mapa de condomínios e loteamentos e mapa de áreas verdes do Plano Diretor de 2004.

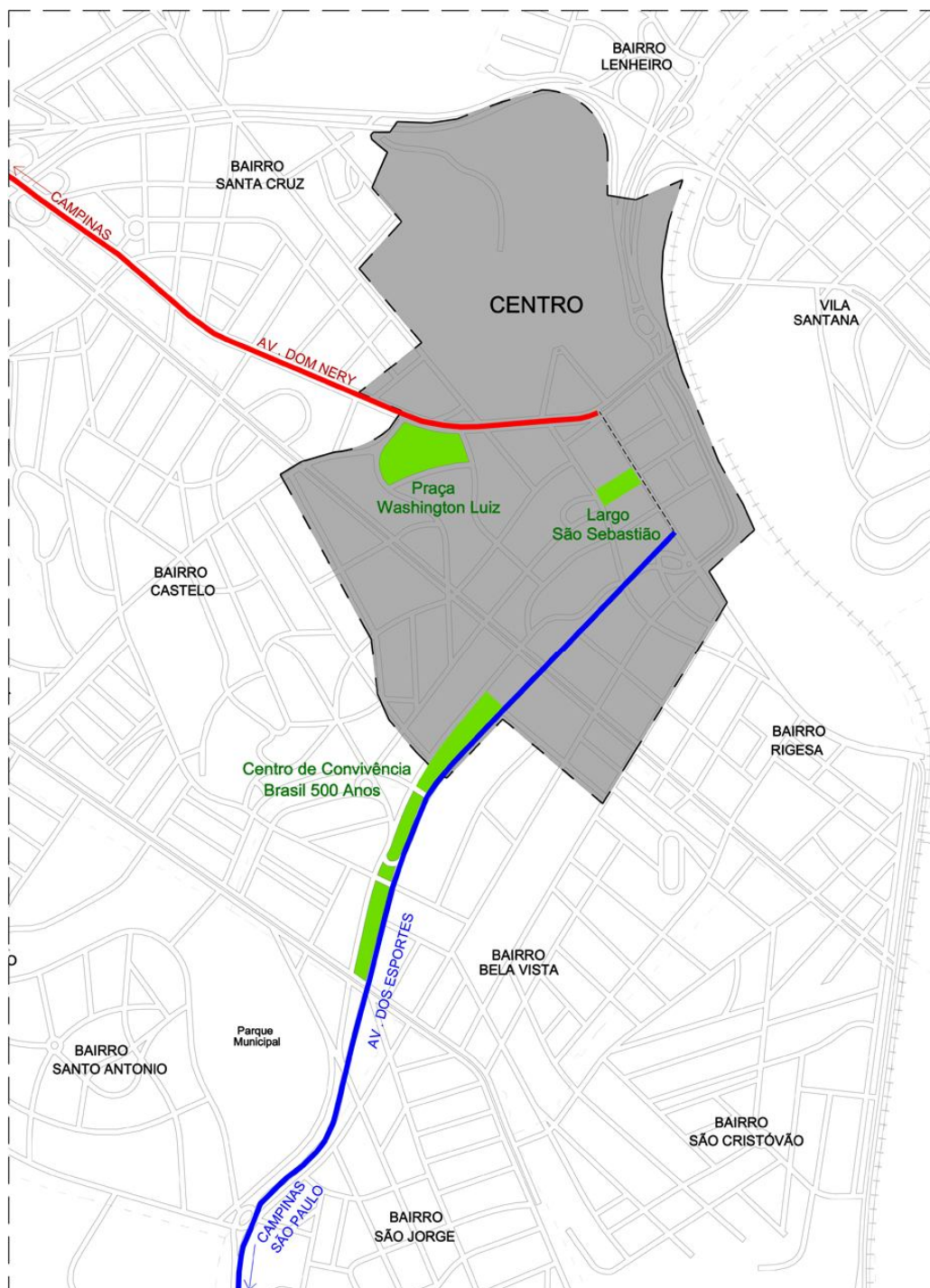
A privatização dos espaços públicos também pode ser vista dentro de condomínios e loteamentos fechados. A oferta destes espaços dentro dos muros, propicia o convívio e socialização de pessoas semelhantes em termos de renda, escolaridade e origens, e há poucas oportunidades de convívio com diversidade. Ressalta-se, assim, a importância de espaços públicos, praças e áreas verdes que sejam realmente “públicos” e de acesso a todos. Por este motivo e por representarem três momentos da história do urbanismo da cidade, as três praças analisadas foram escolhidas para o estudo de caso.

Praça, segundo Queiroga (2001: 55) é “(...) um espaço livre da cidade, voltado essencialmente ao encontro público, um momento da esfera de vida pública. A dimensão pública dos encontros que caracterizam a praça não é única. As praças, como sínteses dos lugares, são específicas, como o são os lugares.” Ainda segundo o autor, sob o ponto de vista formal, a praça, normalmente, é um sub-espaço livre de edificações.

Desde a ágora grega, a praça comportou e comporta ainda hoje uma gama quase incontável de usos: da troca de idéias à troca de mercadorias, da queima de bruxas em cidades norte-americanas aos largos da força ou do pelourinho pelo Brasil a fora, das festas religiosas às ‘pecaminosas’, (...); corridas de cavalo, exercícios militares, mercados, ambulantes, apresentações teatrais, cavalhadas, rodas de capoeira, footing... O sistema de usos realizados nas praças sempre foi diversificado, complexo, por vezes contraditório, mas majoritariamente ligado à esfera de vida pública. Mesmo o comércio, as feiras, os camelôs, ao se instalarem nas praças, possuem um caráter público dado pela ampla acessibilidade ao lugar (relativa, evidente, aos diferentes graus de liberdade social de cada período, de cada formação social). (QUEIROGA, 2001: 56-57)

Queiroga afirma ainda que o que define a praça são as funções nela realizadas, um complexo sistema de ações e objetos que apresentam forte conotação pública. Além disso, com o automóvel, a cidade se transformou radicalmente, e o espaço público se tornou em boa medida local para circulação e estacionamento de veículos, e as praças sofreram com sua presença. O autor também difere a “praça-jardim” da “praça ajardinada”, onde a praça-jardim é uma praça, e a praça ajardinada possui um ajardinamento mais intenso que impossibilita à praça abrigar algumas de suas funções típicas.

Mapa 14. Mapa de localização das praças selecionadas para estudo



Fonte: desenho elaborado por Carolina Gutmann, 2010.

As três praças aqui analisadas surgiram em distintos períodos históricos, econômicos e sociais do município de Valinhos. Em ordem cronológica, o Largo São Sebastião tem seu registro desde 1939, no mapa da *Vila de Valinhos*. É um dos primeiros espaços públicos da cidade, localizado em frente a igreja matriz, onde diversos encontros, festas e eventos ocorriam na cidade. Está localizado também no eixo da estação ferroviária, esta, voltada

para o outro lado da cidade, pois acreditava-se que a cidade cresceria no sentido da atual Rodovia Dom Pedro I.

A Praça Washington Luiz surge no final da década de 60, construída a partir da determinação de um local. Como vimos no capítulo anterior, na década de 50 e 70 surge um grande número de unidades urbanas, e a praça, que está localizada próxima ao centro, marca um novo período da urbanização da cidade. A partir do loteamento que se abriu na área, que era a antiga Chácara Ribeiro, fez-se a ligação da Av. 15 de Novembro com a Av. Dom Nery, principal ligação de Valinhos com o centro de Campinas.

E por fim, o Centro de Convivência Brasil 500 Anos é uma praça linear implantada em maio de 2000 ao longo da Avenida dos Esportes, sob o discurso de ser o novo cartão postal da cidade. Reforçou a tendência comercial da avenida, que faz ligação com a Rodovia Anhanguera, além de criar uma nova paisagem urbana para a cidade. O local onde foi implantada a praça era uma área alagadiça de córregos, subutilizada e remanescente. O projeto era uma diretriz desde o Plano Diretor de 1971 para o aproveitamento da área, e fazia parte de um conjunto de projetos onde se implantaria um novo centro cívico.

Além destas três praças, Valinhos possui outros espaços públicos significativos, como o CLT (Centro de Lazer do Trabalhador) e o Parque Municipal Monsenhor Bruno Nardini. Estes não foram selecionados para serem analisados, por serem parques cercados, com horário de entrada e saída, por estarem longe da área central, e por terem suas atividades impulsionadas apenas por eventos pré-agendados. Ou seja, não há um uso público nestes parques se não houver atividades planejadas, como são os casos da realização da Festa do Figo, eventos esportivos, shows, apresentações de dança, etc. Nos bairros mais novos, na maioria formados por loteamentos e condomínios fechados, vimos que os espaços públicos não constituem mais os espaços referenciais urbanos, nem organizam mais os elementos construídos, e se transformam em rotatórias, canteiros e espaços livres dos próprios loteamentos.

4.2. LARGO SÃO SEBASTIÃO

O Largo São Sebastião, ou largo da igreja matriz, localizado no eixo entre a igreja e a estação ferroviária, foi local das primeiras realizações da tradicional Festa do Figo. A festa foi idealizada pelo Padre da Igreja de São Sebastião, Bruno Nardini, com dois objetivos: o primeiro foi pela promoção e comercialização do figo, que estava em ascensão, e o segundo foi para arrecadar fundos para a construção da nova matriz, convocando toda a população para tomar parte e ajudar na realização da festa. Desta forma, chacareiros, comerciantes, industriais e toda a população em conjunto com o padre trabalharam para o sucesso do empreendimento.

De acordo com Spadaccia (1985: 47), as primeiras festas foram realizadas sempre no mês de Janeiro, mês do padroeiro da cidade (São Sebastião), no próprio largo da igreja, onde eram instaladas barracas feitas de bambu, para exposição, venda de frutas, bar, etc. Com isso, a figura do Padre Bruno junto com a Festa do Figo teve importante papel no progresso agrícola do município, bem como no desenvolvimento cultural e religioso da população. Atualmente, a Festa do Figo é realizada no Parque Municipal Monsenhor Bruno Nardini com patrocínio e colaboração da Prefeitura Municipal de Valinhos e da Secretaria da Agricultura, e no local onde existiu a antiga igreja de São Sebastião, foi colocada uma estátua com o busto do Padre.

Figura 3. Largo São Sebastião, 2010.



Foto: Carolina S. Gutmann, 2010.

Apesar de não possuir um patrimônio arquitetônico considerável em seu entorno, que foi quase totalmente descaracterizado ao longo dos anos, no total, o conjunto da praça conforma uma paisagem tradicional da cidade. Sua localização, no eixo entre a estação ferroviária e a igreja matriz já demonstra ser um dos primeiros largos e espaço de encontro da população da cidade. Além disso, durante a semana, em horários comerciais, é um ponto de apoio do comércio da área central. Por meio de fotografias de diferentes épocas, é possível perceber as modificações das construções de seu entorno e da própria praça.

Figura 4. Largo São Sebastião (1935)



Fonte: Acervo Museu de Valinhos, 2009

Figura 5. Construção da Igreja Matriz (sem data)



Fonte: Acervo Museu de Valinhos, 2009

Figura 6. Largo São Sebastião (1943)



Fonte: Acervo Museu de Valinhos, 2009

Na Figura 04, uma vista do atual Largo São Sebastião em 1935, podemos ver a primeira igreja matriz (onde hoje está localizada a estátua com o busto do Padre Bruno Nardini) e uma praça marcada com uma vegetação simétrica e organizada. Já na Figura 06, foto do Largo São Sebastião em 1943, podemos ver no seu entorno um conjunto arquitetônico característico de cidades do interior paulista, hoje inexistente e alguns totalmente desfigurados. A foto também mostra uma praça sem vegetação, o que indica que esta foi retirada junto com a demolição da igreja matriz. A Figura 05, sem data, mostra a construção da igreja, e já está presente um coreto no largo.

Com a inauguração da nova matriz em 1944, o largo foi refeito. Na Figura 07 com a igreja Matriz finalizada, podemos ver uma vegetação consolidada e bancos ao redor da praça. Na Figura 08 de 1948 a realização da Festa do Figo, o largo com uma grande movimentação de pessoas, a utilização do espaço do Largo São Sebastião com as árvores já crescidas. Ao fundo, é possível ver a estação ferroviária da cidade, e a forte marcação deste eixo feito com vegetação.

Figura 7. Largo São Sebastião (sem data)



Fonte: Biblioteca Municipal de Valinhos, 2009

Figura 8. Largo São Sebastião (1948)



Fonte: Acervo Museu de Valinhos, 2009

Figura 9. Vista Aérea da Área Central de Valinhos (1952)



Fonte: Câmara Municipal de Valinhos, 2009

Na vista aérea de 1952 (Figura 09), um ano antes da emancipação da cidade, é possível ter uma visão total do largo com as construções do centro. Esta foto é de grande importância para esclarecer inclusive o perímetro da malha urbana da cidade. À direita, ao fundo, podemos ver uma área de chácaras, local da Praça Washington Luiz. À esquerda, podemos ver o campo de futebol do clube da cidade (onde atualmente se localiza a rodoviária), local onde também foram realizadas algumas Festas do Figo. Esta é a principal área urbanizada no período do desmembramento da cidade com Campinas. As áreas rurais no entorno deste perímetro foram sendo parceladas e/ou doadas à prefeitura, onde novos bairros foram surgindo.

Com o passar dos anos, o centro da cidade passou a ser local de passagem de um fluxo intenso de carros, caminhões e ônibus, que cruzavam a cidade. No entanto algumas atividades eram ainda impulsionadas na área central, como em 1984, quando a praça contava com a Feira de Artes e Artesanato, realizada todo terceiro domingo do mês, promovida pela União dos Artesãos de Valinhos³⁰. Mas a má qualidade ambiental tornava a área central pouco atrativa. Por isso, a Prefeitura Municipal de Valinhos contratou um escritório técnico para elaborar propostas que revertissem esta situação. O projeto proposto foi chamado de “Projeto Centro”.

Figura 10. Largo São Sebastião vista da Igreja (1999)



Foto: Marcos Parodi

³⁰ Guia Informativo e Turístico de Valinhos, 1984. Páginas 14 e 38.

4.2.1. O PROJETO CENTRO

O Município de Valinhos tem a população atual estimada em 107.481 habitantes, mais do que o dobro em relação à registrada em 1980 (48.953 habitantes³¹), reflexo de um crescimento migratório intenso na região nas últimas décadas. As indústrias concentram-se predominantemente ao longo da Rodovia Anhanguera e na área central, o que na década de 80 gerou um fluxo intenso de veículos de carga de grande porte pela malha urbana, os quais, por falta de alternativas planejadas sempre utilizaram as ruas centrais de comércio e serviços em seus percursos.³² Essa situação gerou um processo de degradação da área central e o desuso por parte de seus moradores.

De acordo com estudos realizados pelo escritório técnico Azevedo Leite & Leite Associados, durante o ano de 1990, a área central encontrava-se extremamente subutilizada (apenas 2% das edificações possuíam o aproveitamento que a Lei de Zoneamento permitia), mesmo sendo abastecida por infra estrutura suficiente e apresentar valores imobiliários elevados.³³ Além disso, o tráfego pesado e intenso na Rua Antônio Carlos tornava o ambiente poluído, perigoso e com alto nível de ruídos.

A pouca oferta de comércio e serviços, em conjunto com o desconforto causado pelo tráfego intenso, levaram a conclusão de que a área central era inadequada e não era proporcional ao crescimento da cidade, o que forçava a população a buscar centros de cidades vizinhas. A partir disso, a Prefeitura Municipal de Valinhos, através da EMDEVAL (Empresa de Desenvolvimento de Valinhos S.A.) e a Secretaria Municipal de Transportes e Serviços Urbanos solicitaram um projeto urbanístico para a área. O escritório Azevedo Leite & Leite Associados de arquitetura foi contratado para a elaboração do “Projeto Centro”.

O projeto teve início em novembro de 1990, com a implantação de uma etapa experimental denominada “Operação Natal”. Nesta etapa foram feitas algumas mudanças físicas e de uso na área central, aproveitando o período natalino, que consistiram basicamente em:

³¹ Dados de população residente / IBGE - 1980

³² De acordo com estudos técnicos apresentados no memorial descritivo do “Projeto Centro”, elaborados pela Prefeitura Municipal de Valinhos e pelo escritório Azevedo Leite & Leite Associados, o sistema viário de Valinhos é o setor que demanda mais atenção pela administração da cidade, pois devido à topografia acentuada, o número de acidentes é alto.

³³ O mesmo relatório mostra que, segundo levantamentos técnicos realizados no ano 1990, o centro contava com 50 estabelecimentos de comércio e serviços, que formavam um centro suficiente para uma população de apenas 25.000 habitantes, um terço da população no período.

- fechamento quase total das vias centrais com maior concentração de estabelecimentos comerciais e de serviços;
- transferência de fluxo pesado de tráfego para as vias periféricas, criando um anel viário de contorno;
- criação de bolsões de estacionamento;
- instalação de "jardins temporários" para a melhora da condição ambiental;
- locação de feirinha de artesanato na Rua Antonio Carlos;
- estabelecimento de horário de carga e descarga;
- permissão de colocação de mesas nas calçadas em frente a bares e lanchonetes.

Figura 11. Desenho esquemático do Projeto Centro, Município de Valinhos (1991)



Fonte: Memorial Descritivo do Projeto Centro. PMV, Valinhos, São Paulo. 1991

Com estas alterações, o resultado foi o aumento no número de pedestres na área central, uma experiência de vivência que antes não era possível, e como consequência, um aumento no número de vendas do comércio. Devido a estes resultados, a Operação Natal manteve-se junto com uma fiscalização que ficou encarregada de observar as

necessidades e transformações do fluxo. Após o período de Natal, a prefeitura municipal em conjunto com os comerciantes locais e autores do projeto, passaram por um processo de discussão do que deveria ser o projeto final a ser implantado.

O projeto final manteve as áreas de estacionamento, as normas de trânsito, jardineiras, com a diferença que a Rua Antonio Carlos foi aberta para o trânsito de veículos, e o Largo São Sebastião foi fechado parcialmente, criando um calçadão³⁴ e um ponto central de encontro do Projeto Centro. O trânsito foi desviado da área central por de uma intensa sinalização e controle de velocidades, que fizeram com que se criasse um anel viário no entorno da área central, aliviando o fluxo intenso.

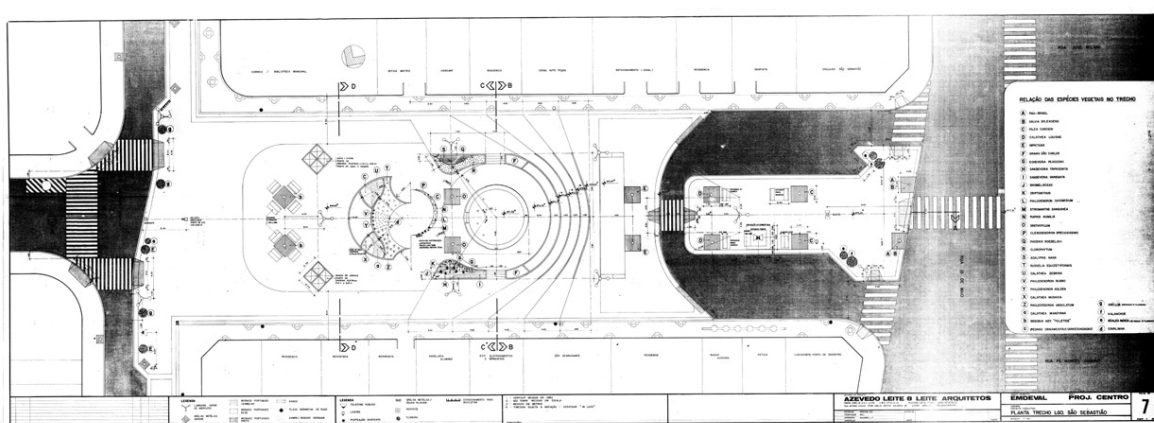
Ao comparar dois levantamentos de uso do solo da área central, um realizado em 1990 e a outro em 2010, podemos perceber que a vocação comercial do centro permanece e não houve uma diminuição no número de habitações. A mudança mais significativa decorrente do projeto foi na paisagem urbana do centro, com a criação de um novo projeto para o Largo São Sebastião, que inclui equipamentos como arquibancada para eventos, banheiros públicos e espaços para feiras de artesanato, os quais aumentaram a popularidade da área central.

O que se observa atualmente, é que a área central é bem freqüentada pelos moradores tradicionais da cidade. Parte da população de Valinhos, que pode ser considerada uma população forasteira, ainda prefere o comércio de shoppings de cidades vizinhas, como Campinas. O recém inaugurado Shopping de Valinhos (2007) comprova a necessidade desta concentração comercial, que está localizada no centro de condomínios fechados, abastecendo este tipo de mercado. O levantamento de uso do solo de 2010 também mostra um número significativo de obras de melhorias em edifícios existentes e obras de novos edifícios comerciais no centro, o que indica que a área está sendo valorizada em termos imobiliários e que a necessidade do comércio e serviço na área central permanece.

³⁴ De acordo com QUEIROGA (2001:59), no urbanismo contemporâneo, volta a ganhar força a idéia do pedestre como importante parâmetro do desenho do espaço da cidade. Nas áreas centrais de centenas de cidades, o pedestre retoma alguns dos espaços perdidos para o automóvel. Proliferam calçadas e em inúmeras situações, algumas praças voltam a ter, ao menos em um de seus lados, um espaço de circulação de pedestre contínuo até os edifícios, excluindo a circulação de veículos.

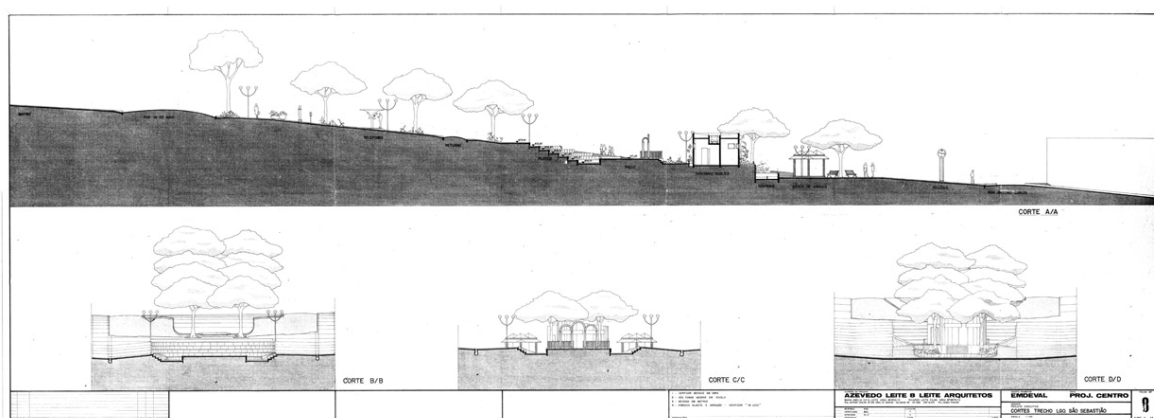
Pode-se concluir então, que o Projeto Centro veio para marcar uma área central da cidade, que antes não era muito notada e delimitada devido ao intenso fluxo que cruzava a cidade passando pelo centro. O anel viário ao redor do centro deu uma maior delimitação a este espaço. O projeto das calçadas e equipamentos públicos no Largo São Sebastião criou uma centralidade e um espaço de convivência que antes não havia. A constante renovação comercial do centro indica que ele ainda é atrativo para os moradores, mesmo que parte da população prefira o comércio de cidades vizinhas ou de *shopping-centers*.

Figura 12. Projeto Original de Requalificação do Largo São Sebastião (1990) – Planta Executiva



Fonte: Azevedo Leite & Leite Associados, 1990.

Figura 13. Projeto Original de Requalificação do Largo São Sebastião (1990) - Cortes



Fonte: Azevedo Leite & Leite Associados, 1990.

4.2.2. ANÁLISE DAS CONDIÇÕES E USOS ATUAIS DA PRAÇA

Algumas análises de usos e ocupação do solo, gabaritos de alturas das edificações e estado de conservação dos edifícios podem ser feitas através de levantamentos atuais e comparações com levantamentos feitos em outros períodos. Um levantamento de uso do solo realizado em 1990 (Mapa 15), pelo escritório de arquitetura Azevedo Leite & Leite Associados (responsáveis pela elaboração do Projeto Centro) nos serviu como base para análise das transformações de uso da área central de Valinhos.

Segundo o mapa de levantamento, é visível a predominância do comércio e serviços na região do Largo São Sebastião, tendência que se pode ver na grande maioria de áreas centrais de qualquer cidade. A presença de habitação no centro é notável, ocupando 13 dos lotes levantados. Mas uma característica não muito comum para este local da cidade é presença de indústrias, que surgem com a formação da cidade e permanecem no local até hoje.

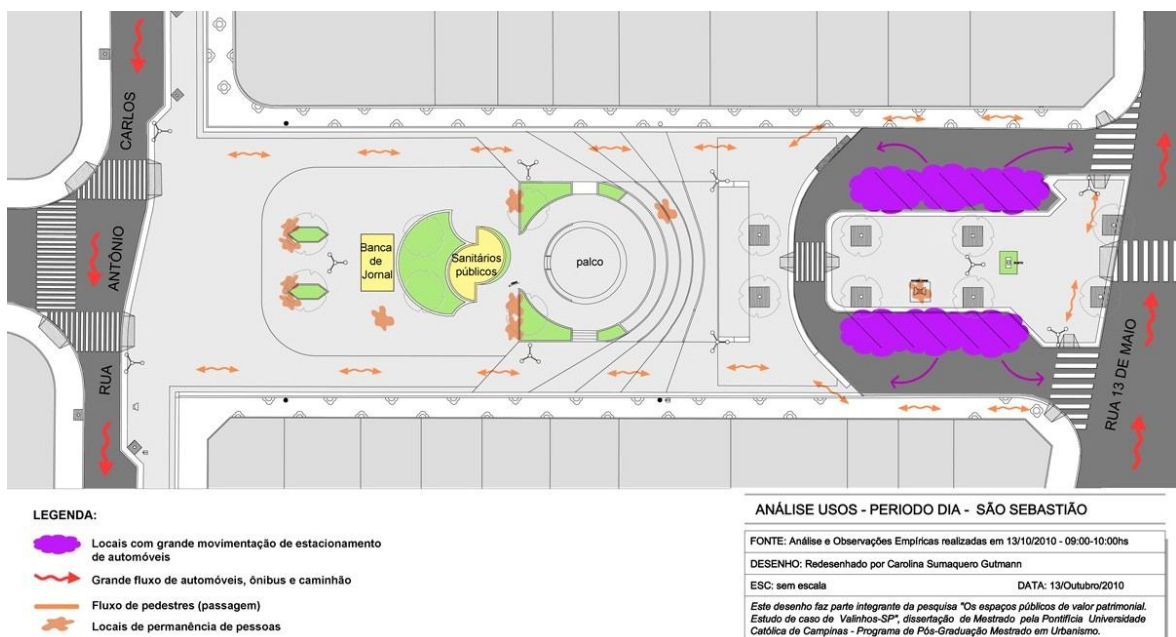
Foi realizado este mesmo levantamento em fevereiro de 2010 (Mapa 16), porém com definições do comércio e serviços mais detalhadas. Pelo levantamento, pode-se ver que pouco mudou em 20 anos, exceto o traçado de algumas ruas no centro, como as que contornavam o Largo São Sebastião. A presença de habitação ainda é significativa na área central, indicando que não houve uma expulsão da população após o projeto de requalificação da área. Alguns edifícios desocupados e em obras podem ser identificados nesta área, o que indica renovações ora no tipo do comércio ora nas fachadas dos edifícios.

Outros levantamentos realizados foram o de gabaritos de alturas e estado de conservação dos edifícios. Pelo mapa de gabaritos (Mapa 17), podemos ver uma quase homogeneização da área central. Alguns edifícios mais altos podem ser vistos na Rua Antônio Carlos e nas ruas mais próximas a estação ferroviária, edifícios de uso comercial e de serviços especializados. O uso residencial nesta área aparece sempre em forma de residências unifamiliares de aparência tradicional.

praças, com boa manutenção. São pontuais os edifícios que se encontram com aspecto mais degradado, como os localizados na Rua Dr. Candido Ferreira e na av. Independência.

Foram realizadas também análises empíricas de campo relativas aos usos e fluxos da praça, em diferentes períodos do dia e da semana. Através dos mapas de usos e fluxos de cada período, é visível a movimentação e a dinâmica da praça nos diferentes horários.

Figura 14. Largo São Sebastião - Planta de Análise de usos e fluxos em dias comerciais (período do dia)



Fonte: desenho e observações realizados pela autora, 2010.

Figura 15. Largo São Sebastião no período da manhã: local de encontro



Figura 16. Largo São Sebastião no período da manhã: encontro e passagem



Foto: Carolina S. Gutmann, 2010

Nos estudos de campo realizados durante o período da manhã, pudemos observar algumas características da praça. A hipótese de que a praça, por estar localizada entre ruas movimentadas e na área central, fosse um local de passagem não foi confirmada. É possível observar um grande número de pessoas que permanecem na praça durante o dia, principalmente de uma população masculina, da terceira idade. Eles se reúnem nos bancos, embaixo de árvores, nos degraus da arquibancada do palco, e ali permanecem por longos períodos, se encontrando e conversando com pessoas conhecidas, tratando de assuntos como a cidade, o tempo, a política. Alguns permanecem no local apenas observando o movimento. Há ainda algumas pessoas, um grupo que agora inclui mulheres, que param por alguns instantes para descansar ou utilizar os sanitários públicos.

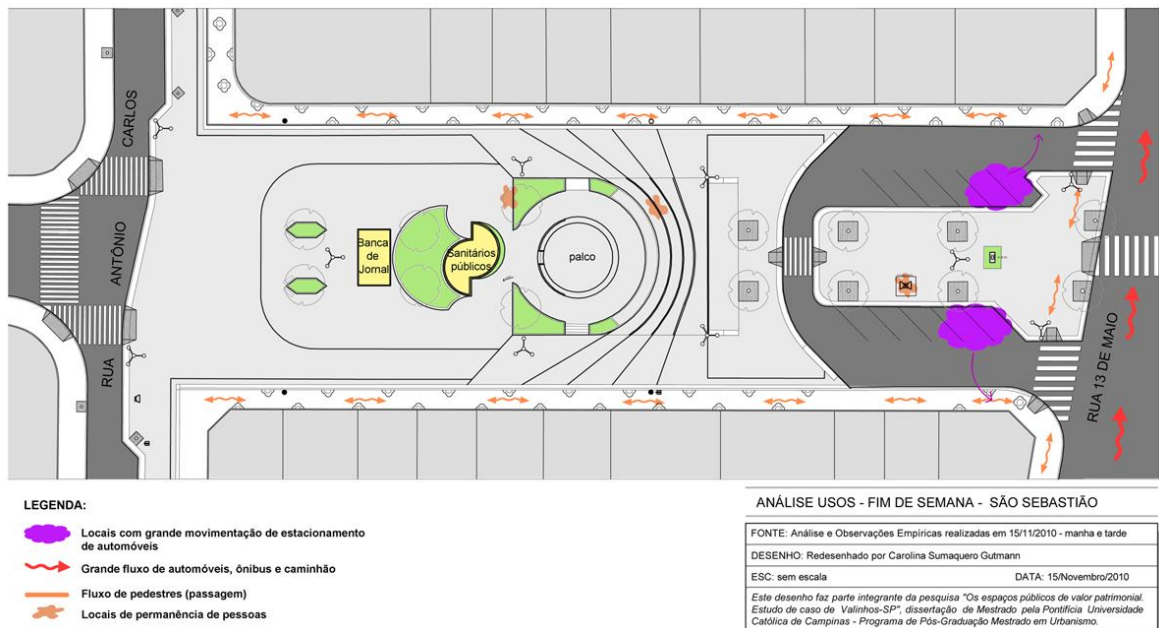
O fluxo de pedestres na praça também é intenso, principalmente nas duas laterais, antigas ruas que viraram calçadas. São pessoas que usam a praça para ir da Rua Antonio Carlos para a Rua 13 de Maio, as duas principais vias do centro. Além disso, o comércio localizado no entorno imediato das praças atrai algumas pessoas para o local.

O fluxo de automóveis é bastante intenso nas duas vias que passam pela praça, anteriormente citada, Rua Antonio Carlos para a Rua 13 de Maio. Como a oferta de vagas de estacionamento é escassa na área central, as vagas localizadas na parte superior do largo e ao longo da Rua Antonio Carlos é bastante disputada e autorizada somente com a cobrança de bilhetes “zona azul” das 10h às 17h.

No período noturno, o movimento é quase nulo. Algumas pessoas passam pela praça, como passagem de uma rua para outra. Enquanto estão abertas a padaria e o bar nas esquinas da praça, algum tipo de movimentação é visto nestes locais e nas vagas de estacionamento. Quando o comércio fecha, assim como em toda área central, a movimentação de carros e pessoas é nula.

Foram realizadas também visitas nos finais de semana para a observação do movimento da praça. Foi observado que o comércio do centro e do entorno da praça não funciona aos domingos. Ao redor do largo somente permanecem abertos o bar e a padaria, localizados na esquina de Rua 13 de Maio. Eles são responsáveis por grande parte da movimentação de pessoas na praça nos domingos e feriados, pois se tornam pontos de encontro.

Figura 17. Largo São Sebastião – Planta de Análise de usos e fluxos nos finais de semana (período do dia)



Fonte: desenho e observações realizados pela autora, 2010.

O fluxo de automóveis é fraco comparado com os dias úteis, e nota-se mais fluxo na Rua 13 de Maio do que na Rua Antonio Carlos. Poucas vagas de estacionamento do largo são usadas, e a maioria para pessoas que freqüentam o bar ou a padaria.

Poucos pedestres atravessam a praça e é menor ainda o número de pessoas que permanecem na praça. O local que em dias de semana é freqüentado como lugar de encontro, como lugar de descanso, apresentando casos esporádicos de permanência. Algumas pessoas solitárias utilizam as arquibancadas ou as muretas próximas aos sanitários para descansar. Com o fechamento do comércio, a falta de equipamentos como playgrounds e a falta de oferta de lazer na área central, a área fica praticamente deserta nos finais de semana. Com o entardecer, o bar e a padaria se fecham e a movimentação é quase nula.

Figura 18. Largo São Sebastião ao entardecer: movimento reduzido (2010)



Foto: Carolina S. Gutmann, 2010

4.3. PRAÇA WASHINGTON LUIZ

Para o estudo da Praça Washington Luiz, as únicas publicações encontradas sobre o espaço foram os jornais e as fotografias da época, ao contrário do que foi feito para o estudo do Largo São Sebastião, que constitui um espaço público tradicional da cidade de Valinhos, como já foi apontado.

Figura 19. Vistas da Praça Washington Luiz (2010)



Foto: Carolina S. Gutmann, 2010

A Praça Washington Luiz foi inaugurada em Dezembro de 1967, e foi projeto dos arquitetos Rubens Carneiro Vianna e Ricardo Sievers (autores também do relatório do P.D.D.I. de 1971 apresentado no Capítulo 3). De acordo com uma publicação do Correio de Valinhos de Abril de 2000, a área da praça foi adquirida no mandato do prefeito José Spadaccia, em 1959, através da doação dos seus proprietários Tônico Ribeiro e Dr. Álvaro Ribeiro (fundador do hospital infantil Álvaro Ribeiro e fundador do Correio Popular de Campinas), com uma área aproximada de 60 mil m² que foi transformado em um jardim com o nome Jardim Ribeiro. Na mesma área, foi construído o Grupo Escolar Antonio Alves Aranha em convenio com o Governo do Estado, e abertas as Ruas Francisco Glicério, 11 de Agosto, Itália, Ana Leonísia do Amaral Camargo e José Botignol, e a principal Avenida Dom Ney. De acordo com o mesmo jornal, em tom de crítica:

(...) O sucessor de Bepe Spadaccia, o prefeito Jerônimo (1963-1966), destruiu a obra ecológica, eliminou as árvores seculares. A ligação de Valinhos com Campinas (conhecido como a espinha dorsal de Valinhos), começou com o alargamento das ruas 12 de Outubro, 7 de Setembro e 15 de Novembro e a

abertura da avenida Dom Nery, que começou na praça Washington Luiz para chegar na auto estrada que o prefeito e o governador tinham acabado de construir para facilitar a chegada à Santa Casa que estava sendo construída. (Correio de Valinhos, 13 de Abril de 2000)

A auto-estrada referida no artigo é a Rodovia Von Zubern, uma das principais ligações do centro de Campinas com o centro de Valinhos, que junto com a Avenida Dom Nery são apresentadas nesta pesquisa como Eixo 01. Em outro artigo, escrito pelo ex-prefeito José Spadaccia em 1997 (também autor de diversos livros sobre a história do município), confirmam-se as informações descritas na publicação de 2000. Segundo Spadaccia, a Chácara Ribeiro possuía uma área de aproximadamente 50 mil m² localizada em frente à antiga Gessy Lever. A chácara pertencia ao Dr. Álvaro Ribeiro, que através de negociações com a Prefeitura Municipal, foi local onde atravessou a Avenida 15 de Novembro, que daria acesso a Auto Estrada Valinhos Campinas, e mais tarde instalada a Praça Washington Luiz. Desta praça começou a ligação da Avenida 15 de Novembro com a Avenida Dom Nery, que completou a ligação do centro de Valinhos com o centro de Campinas.

Figura 20. Praça Washinton Luiz na década de 70



Foto: Acervo Parodi

A praça que possui uma área de aproximadamente 14 mil m² e possui diversos níveis, devido ao terreno acentuado. Por ser uma praça totalmente aberta e estar localizada

próxima à área central, formou-se um espaço para a realização de eventos, como o caso da tradicional Festa do Figo, antes realizada no Largo São Sebastião. Outras festas também fizeram parte do calendário cultural da praça, como a Festa do Folclore, a Festa Italiana e a festa do aniversário da cidade. A praça se tornou um local de referência para a cidade, pelo seu tamanho, pela atratividade das fontes de água com iluminação colorida e localização.

Figura 21. Vista terreno antes da construção da praça Washington Luiz (déc 60)



Foto: Acervo Museu de Valinhos, 2009

Figura 22. Vista área do loteamento que inclui a Praça Washington Luiz (déc 60)



Foto: Acervo Museu de Valinhos, 2009

Figura 23. Vista Aérea da Praça Washington Luiz após construção (Déc 60)

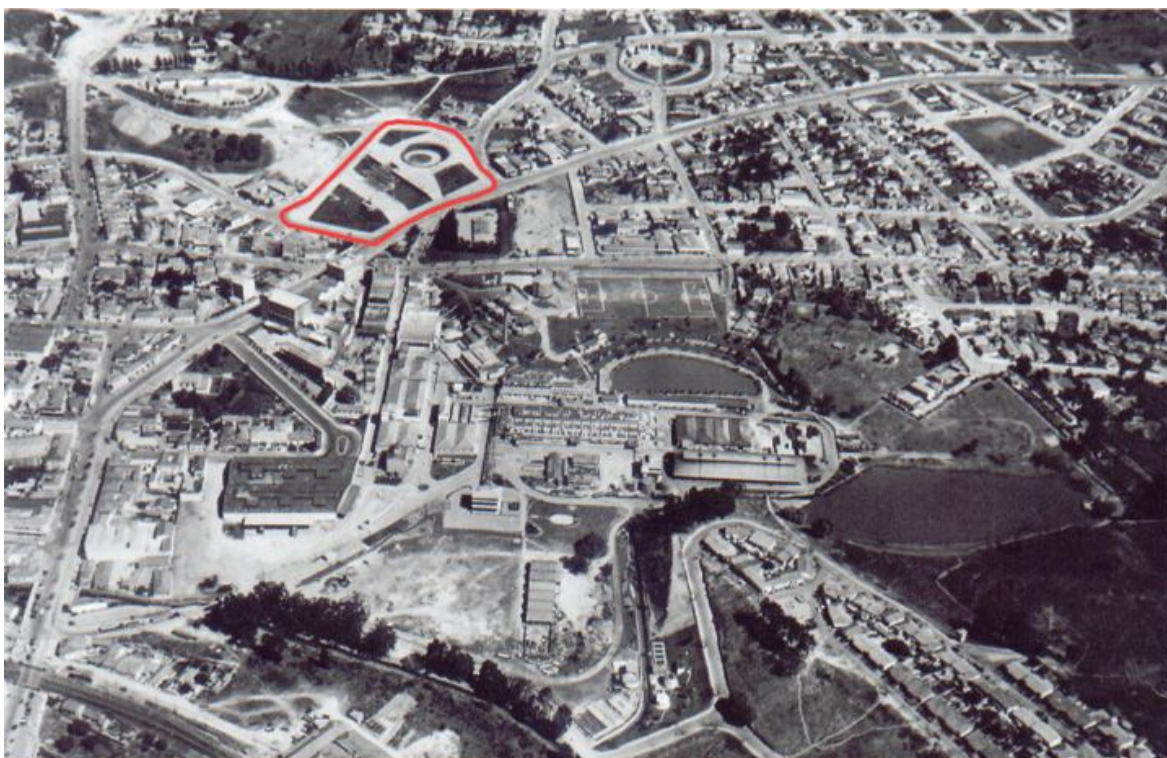


Foto: Acervo Parodi

Entre os anos 1993 e 1996, diversas publicações nos jornais locais criticavam o estado de abandono que a praça apresentava neste período. No Jornal Terceira Visão de Valinhos³⁵, em uma publicação de outubro de 1993, destaca-se que a praça estava em estado de total abandono, os espelhos d'água e a fonte luminosa foram desativados na gestão do ex-prefeito Marcos José da Silva, o qual “prometeu um novo projeto paisagístico para a praça e desde aquela época, nada voltou a funcionar na praça, que poderia ser transformada em uma grande área de lazer para a população”³⁶.

Segundo a Folha de Valinhos de Abril de 1995, a Praça Washington Luiz “é ainda o melhor local para a prática de lazer no centro, sendo freqüentada por crianças que brincam no playground, principalmente nos finais de semana, apesar da má conservação estrutural da praça. A Washington Luiz era um dos postais da cidade, com luzes colorindo a água das fontes que jorravam, e foi local de grandes acontecimentos festivos, como a Festa do Figo, Festa do Folclore, Festa Italiana, do Aniversário da Cidade, entre outras, aproveitando sempre a beleza do local para o sucesso desses eventos. Atualmente a fonte e os espelhos d'água estão completamente desativados, ela já não presta para o principal objetivo da cidade que é de reunir as famílias. Foi apropriada por pessoas desocupadas e alcoólatras, figuras marginais que por ali perambulam e à noite transforma-se em uma espécie de “Motel Drive” (Folha de Valinhos, 29 de Abril de 1995).

De acordo com relatos de jornais da década de 90, a praça se encontrava abandonada, degradada e em desuso. Os playgrounds já não eram freqüentados por crianças e o local era procurado no período noturno para o consumo de drogas. Atualmente, por estar rodeada por bancos (Caixa Econômica, Itaú) e com pouca movimentação de pessoas tornou-se um lugar perigoso. Devido a estes problemas, foi elaborado pela Prefeitura Municipal de Valinhos em 1999, o Projeto Reviver, que não foi implantado.

³⁵ Jornal Terceira Visão de Valinhos, 16 de Outubro de 1993.

³⁶ Idem.

4.3.2. PROJETO REVIVER

O Projeto Reviver foi elaborado pela Prefeitura Municipal em 1999 como um projeto de remodelação da praça com intuito de aumentar a atratividade do local. Ao analisar a planta do Projeto Reviver, vimos que a área da praça foi dividida em 02 níveis: o nível inferior seria administrado pela Secretaria de Cultura e o nível superior pela Secretaria de Esportes. Além disso, o projeto induz a apropriação por ambulantes de alimentos nas proximidades da Avenida Dom Ney, e próximo a Rua Ana do Amaral Camargo, por barracas de artesãos.

Figura 24. Praça Washington Luiz vista aérea (1999)



Foto: Acervo Parodi

Segundo comunicação interna³⁷ da Secretaria do Meio Ambiente, “o Projeto Reviver tem o intuito de reativar a Praça Washington Luiz, levando novamente a família a freqüentar o espaço público criando uma nova opção de lazer aos valinhenses”. Para sua elaboração, reuniu representantes de diversas secretarias como a SPMA (Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente), SOSU (Secretaria de Obras e Serviços Urbanos), SS (Secretaria de Saúde), SF (Secretaria da Fazenda), GP (Gabinete do Prefeito), SEL (Secretaria de Esportes e Lazer), SCT (Secretaria de Cultura e Turismo) e Assessoria de Indústria e

³⁷ C.I. n° 003/99 – Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente Valinhos, 11 de Janeiro de 1999.

então, ser coordenado pela SCT visto “a amplitude turística que esta atividade deverá proporcionar”.

O Projeto Reviver não foi implantado, e a única intervenção que se pode ver é a implantação de uma escada que liga os dois níveis da praça. De acordo com depoimento ³⁸ de SCIOTA, uma das possíveis causas da não realização do projeto é a falta de verba, uma vez que esta discussão ocorre no mesmo período de elaboração da nova Praça Centro de convivência Brasil 500 Anos, implantada posteriormente em 2000.

A praça, mesmo possuindo equipamentos que caracterizam como uma área de permanência, como bancos e playgrounds, tem seu uso predominantemente por moradores locais, de bairros próximos. O projeto fica caracterizado como um indutor de uso e permanência na praça, por meio de atividades que levem os moradores da cidade a frequentarem o espaço. É um programa que tenta requalificar o uso da praça sem grandes intervenções físicas.

4.3.3. ANÁLISES DE CONDIÇÕES E USOS ATUAIS DA PRAÇA

Ao contrário dos estudos das outras duas praças analisadas, não foi encontrado nenhum levantamento de uso do solo anterior que possibilitasse comparações. No entanto, pelo mapa cadastral de 1970, período logo após a implantação da Praça Washington Luiz, é possível observar construções que já haviam surgido no seu entorno. Podemos ver que quase todos os lotes ao redor da praça estavam desocupados logo após a sua implantação, uma vez que a abertura das ruas e a construção da praça são quase simultâneas.

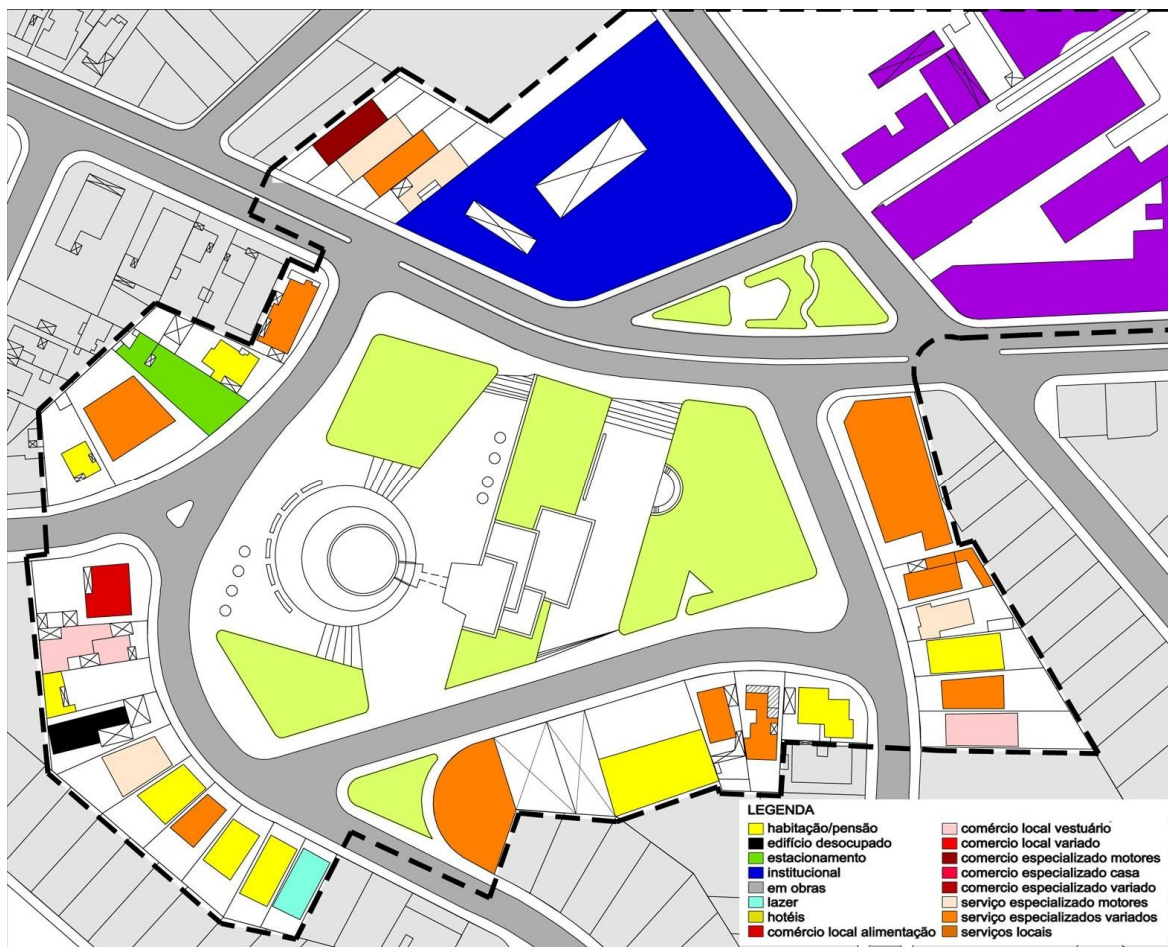
De acordo com o levantamento de uso do solo realizado em novembro de 2010, os principais usos ao redor da praça são agências bancárias (Itaú e Caixa Econômica Federal) e escolas de idiomas e de cursos profissionalizantes. O número de residências unifamiliares também é significativo, e a habitação também aparece no entorno com casas de repouso para idosos.

Uma característica marcante do entorno da Praça Washington Luiz é a presença da indústria Unilever em uma das quadras. Em outra quadra, está localizado um clube e instalações de apoio da Unilever, como salão de festas, mercado, etc. A presença da

³⁸ Depoimento dado em entrevista por Alessandra Argenton Sciota, arquiteta e ex-funcionária da Secretaria de Planejamento da Prefeitura Municipal de Valinhos, em 01/10/2010.

Unilever, antiga Gessy Lever, cria uma paisagem única. A instalação da praça marca esta imagem, uma vez que o espaço aberto da praça proporciona uma visão dos prédios antigos da fábrica. É um dos poucos conjuntos de importância histórica e arquitetônica da área central e da cidade, uma vez que a história da cidade tem origem na implantação da Gessy Lever e da Rigesa (também localizada na área central).

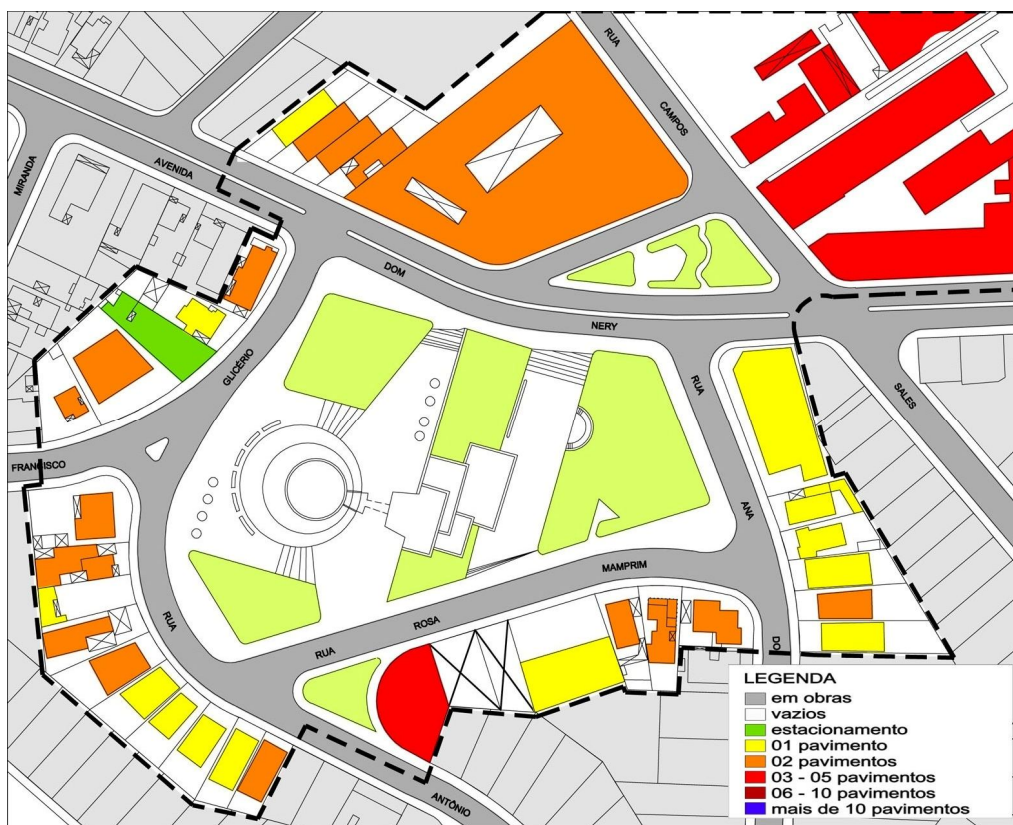
Figura 26. Uso do Solo da entorno da Praça Washington Luiz (2010)



Fonte: Levantamento e desenho realizado pela autora, Novembro de 2010.

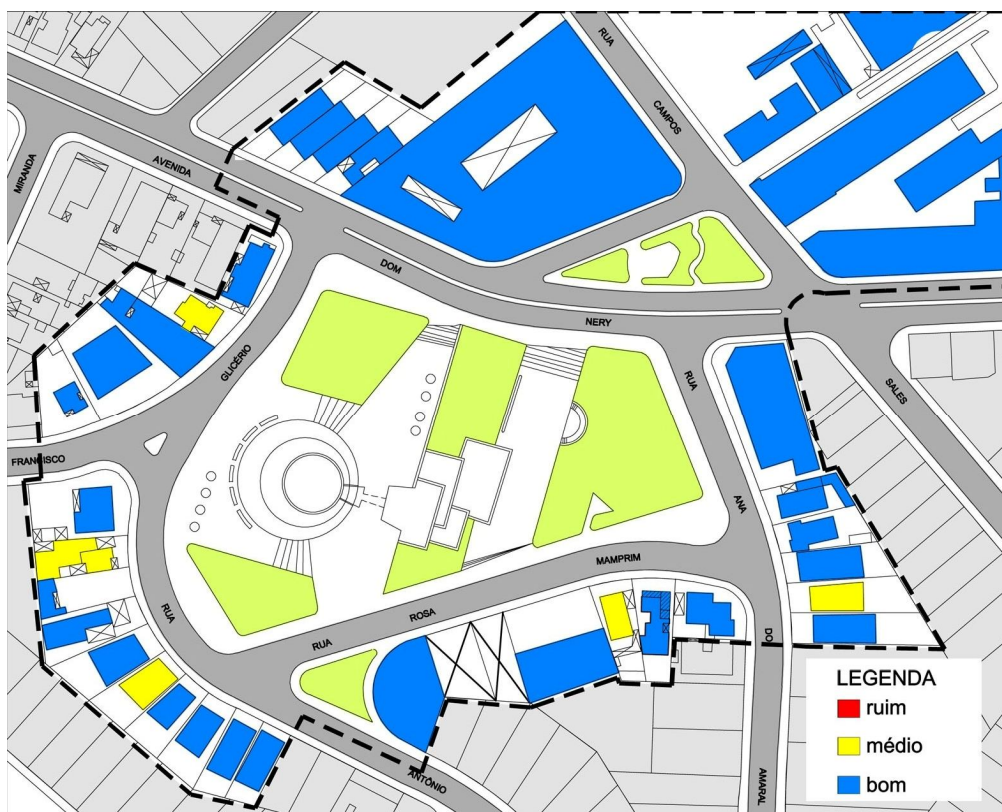
O levantamento do gabarito dos edifícios do entorno indica que não houve uma verticalização desta área. O gabarito máximo não passa de três pavimentos e as construções são quase homogêneas, prevalecendo um ou dois pavimentos. O estado de conservação também é uniforme, onde quase todas as edificações de encontram em bom estado de conservação.

Figura 27. Gabarito do entorno da Praça Washington Luiz (2010)



Fonte: Levantamento e desenho realizado pela autora, Novembro de 2010.

Figura 28. Estado de Conservação da entorno da Praça Washington Luiz (2010)



Fonte: Levantamento e desenho realizado pela autora, Novembro de 2010.

Outras análises feitas são referentes aos usos da praça. No período da manhã analisado, encontramos diversos tipos de atividades. Casais de aposentados utilizam o pavimento inferior da praça, próximo ao playground, para praticar caminhadas, aproveitando o nível plano. São também esporádicas as brincadeiras no playground, normalmente de crianças acompanhadas pelas mães que aguardam nos bancos próximos aos brinquedos.

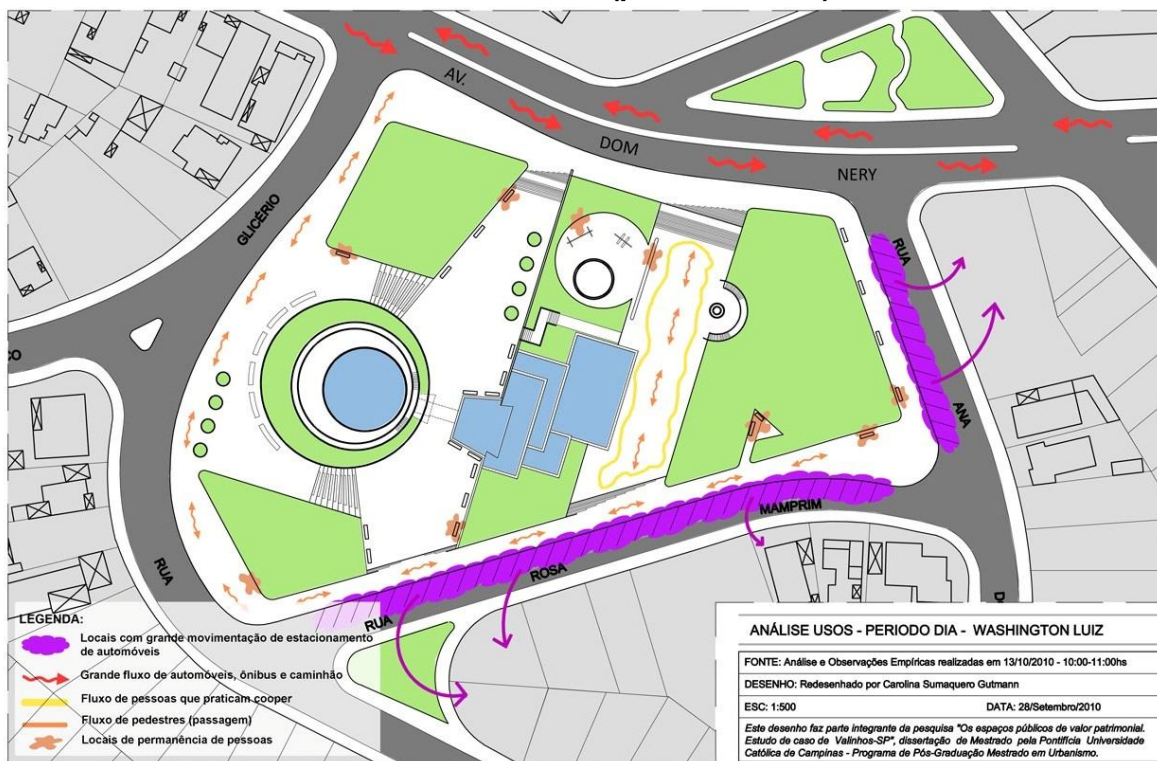
Os bancos da praça são usados de forma casual, por pedestres que passam e atravessam a praça e procuram um local de descanso. Na Avenida Dom Nery, talvez por ser muito íngreme, não são encontrados muitos pedestres, que preferem cortar o caminho pela Rua Rosa Mampim e Rua Francisco Glicério. Foram observadas muitas pessoas solitárias nas praças, diferente do caso do Largo São Sebastião, onde as pessoas, mesmo não acompanhadas, se juntam em grupos de conversa.

O fluxo de automóveis é intenso na Avenida Dom Nery, e os locais de estacionamento na Rua Rosa Mampim e na Rua Ana do Amaral Camargo são requisitados principalmente por pessoas que utilizam os bancos Itaú e Caixa Econômica no entorno da praça.

No período noturno, vimos que a movimentação da praça é bem baixa, e subutilizada. Algumas pessoas utilizam a praça para passear com seus cachorros. Devido à pouca iluminação da praça e a vasta vegetação, se torna um lugar para o encontro de pessoas que consomem bebidas alcoólicas, e o encontro de casais de namorados, que se ocupam de bancos em locais de pouca visibilidade.

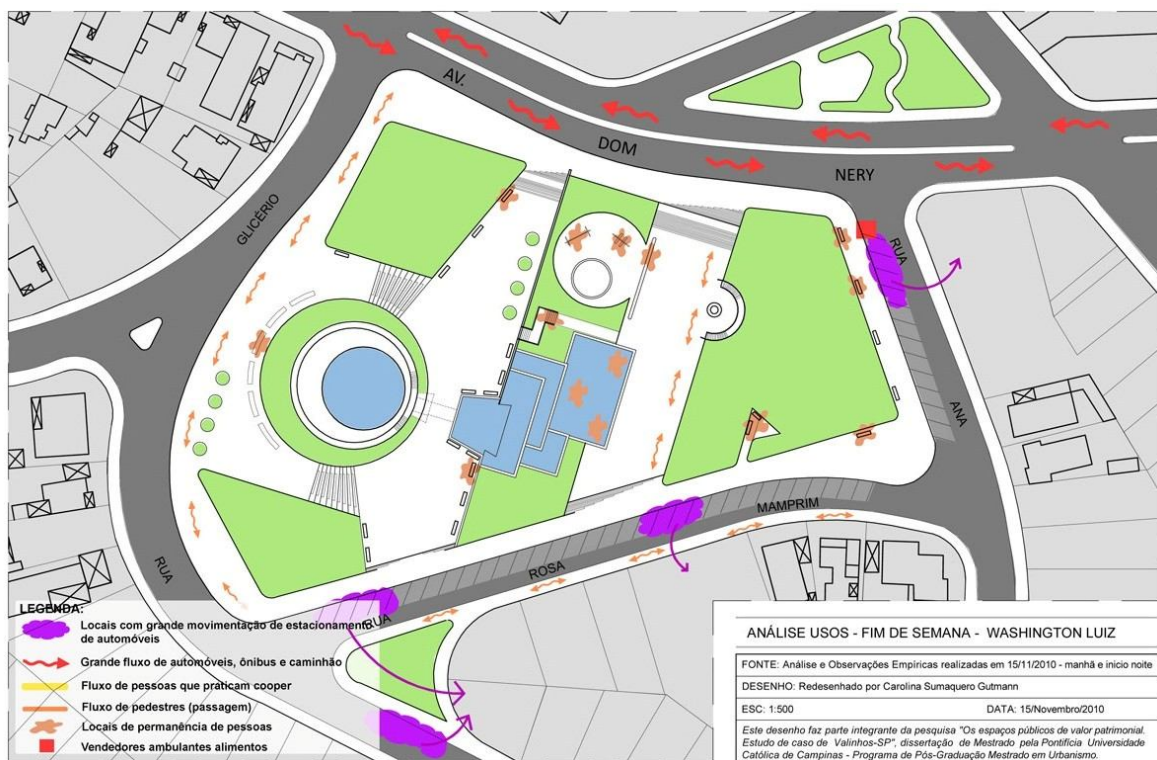
Em observações feitas durante finais de semana, no período diurno, foi possível constatar uma queda no uso da praça em relação aos demais dias de semana. A movimentação de pedestres é baixa, uma vez que escolas e comércio do entorno estão fechadas após meio dia do sábado. A movimentação de carros nas ruas só é notada na Avenida Dom Nery, e são raros os carros que passam pelas outras ruas dos arredores da praça. As vagas de estacionamento no entorno da praça são só utilizadas por pessoas que utilizam caixas automáticos dos bancos Itaú e Caixa Econômica Federal, com grande rotatividade e pouco tempo de permanência. Também são utilizadas as vagas em frente à Casa de Repouso para idosos, por pessoas que visitam esta instituição privada. Foram observados também casos onde mães aproveitam esta visita, e levam seus filhos para brincar na Praça Washington Luiz, que utilizam a parte plana inferior para andar de patinete.

Figura 29. Praça Washington Luiz – Planta de Análise de usos e fluxos em dias comerciais (período do dia)



Fonte: desenho e observações realizados pela autora, 2010.

Figura 30. Praça Washington Luiz – Planta de Análise de usos e fluxos nos finais de semana (período do dia)



Fonte: desenho e observações realizados pela autora, 2010.

Os bancos são utilizados por pessoas solitárias, na maioria homens que aparentam estar entre 20 – 40 anos, que sentam em muretas, bancos e na escada, sem nenhuma atividade evidente. Nos finais de semana é possível ver pessoas que utilizam o espaço aberto para caminhar com seus cachorros.

Ao entardecer, grupos de crianças aparecem para brincar no playground. As fontes desativadas também são utilizadas por crianças e adolescentes para andar de patins e correr. Os grupos interagem entre si, enquanto os pais observam dos bancos. Também ao entardecer, casais ocupam os bancos nos níveis superiores e ao redor da praça. Um vendedor ambulante de cachorro-quente se instala em frente a agência do Itaú em uma combi. Este coloca cadeiras em uma parte da calçada da praça, e pessoas chegam à praça para comprar o lanche, tanto para comer no local quanto para levar embora.

Figura 31. Fim-de-semana entardecer: crianças brincando na praça



Figura 32. Fim-de-semana na manhã: praça vazia



Fotos: Carolina S. Gutmann, 2010

Figura 33. Praça Washington Luiz em dia de semana: pouca atividade



Foto: Carolina S. Gutmann, 2010

4.4. CENTRO DE CONVIVÊNCIA BRASIL 500 ANOS

Assim como a Praça Washington Luiz, o estudo do Centro de Convivência Brasil 500 Anos se deu pelas publicações em jornais locais, análise de fotografias e pelos depoimentos de uma das arquitetas responsáveis pelo projeto, por se tratar de um projeto recente.

Figura 34. Centro de Convivência Brasil 500 Anos (2010)



Foto: Carolina S. Gutmann, 2010

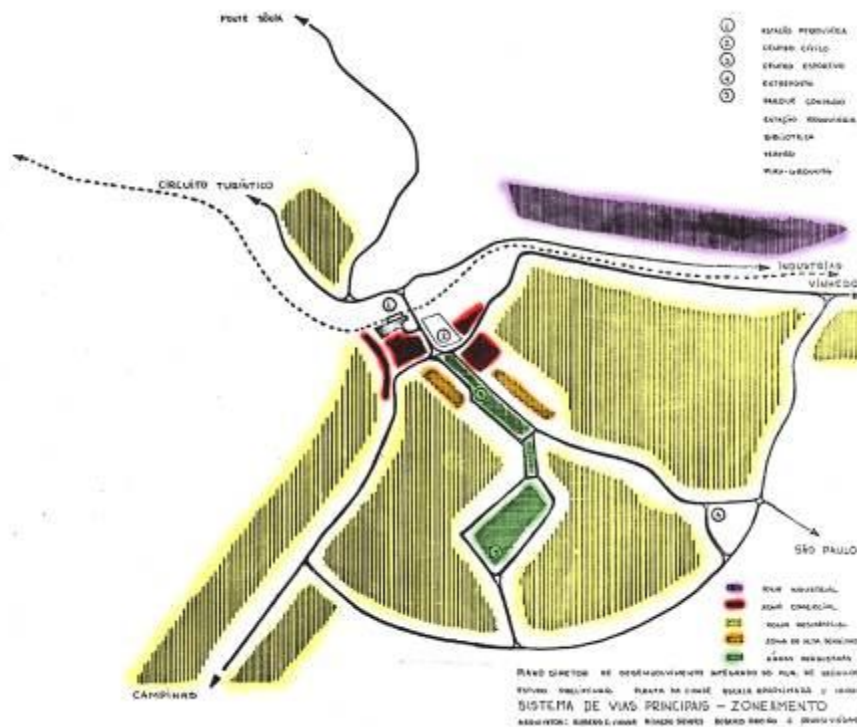
O conjunto de praças entre as duas mãos da Avenida dos Esportes, denominada de Centro de Convivência Brasil 500 Anos, foi implantada em maio de 2000 em forma de praça linear, sob o discurso da administração pública da época de criar um novo tipo de praça, voltada para a convivência, oferecendo espaços de lazer, entretenimento e esportes³⁹. A idéia era também reurbanizar a Avenida dos Esportes, que está localizada em um fundo de vale, e até a implantação do projeto, era uma área de córrego, alagadiça e sem função. Com o novo projeto, a avenida se tornaria em um pólo comercial, incentivando o surgimento de novas lojas no entorno e valorizando as lojas existentes.

De acordo com a Alessandra Argenton Sciota, uma das arquitetas e ex-funcionária da Prefeitura Municipal de Valinhos, o projeto surgiu seguindo as diretrizes propostas pelo P.D.D.I. de 1971. Mas segundo SCIOTA, o projeto foi implantado “principalmente pela necessidade de requalificação do lugar. Porém, não houve estudo de demanda. O projeto foi concebido como estratégia para melhorar a paisagem e proporcionar espaço público

³⁹ Depoimento da Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente ao jornal Folha de Valinhos, 03 de Junho de 2000.

de lazer e identidade para os moradores” (depoimento dado pela arquiteta em 01/10/2010).

Figura 35. Desenho esquemático do Novo Centro Cívico e Centro Esportivo



Fonte: Prefeitura Municipal de Valinhos, 2009.

As primeiras intenções da realização deste projeto podem ser rastreadas desde o primeiro plano diretor do município, o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado do Município de Valinhos de 1971. O fluxo que hoje transita pela Avenida dos Esportes (atualmente a principal via de ligação do centro com a Anhangüera), transitava pela Avenida Independência, cortando uma área residencial. Uma das diretrizes do P.D.D.I., era desviar o fluxo para a Avenida dos Esportes:

O eixo de penetração da Anhangüera se faz erradamente atravessando uma zona residencial. Propomos o aproveitamento do fundo de vale existente para a criação de uma avenida, futuro eixo de penetração de ampla perspectiva que marcará o caráter da cidade, e que concordará com o esquema exposto para os centros comerciais e cívicos. (P.D.D.I. 1971, pg. 04)

A idéia era de criar um parque entre as duas pistas da avenida, contendo a rodoviária, biblioteca, teatro e playgrounds. Em uma das extremidades da praça, foi proposta a criação de um novo centro cívico e um centro comercial. As propostas para centros cívicos eram comuns no período, e foram realizadas em diversas cidades do estado e do

país. No entanto, no município de Valinhos, das diretrizes propostas para esta área no P.D.D.I., somente a praça foi implantada, 30 anos mais tarde.

De acordo com SCIOTA, não houve concurso para a realização de projeto da praça, que foi elaborado por duas arquitetas da Prefeitura de Valinhos. No entanto, o projeto não foi seguido em alguns aspectos como a vegetação (o que foi plantado foi determinação da esposa do ex-prefeito da época, Vitório Antoniazzi), as travessias sobre o curso d'água ficaram mais estreitas e executadas com materiais diferentes do especificado, e a circulação sofreu um estreitamento no geral.

Segundo publicação do Correio de Valinhos em Maio de 2000, o conjunto de praças do canteiro central da Avenida dos Esportes recebeu o nome de Centro de Convivência Brasil 500 Anos como forma de marcar a passagem dos 500 anos de descobrimento do Brasil. A praça recebeu também um monumento, com concepção do artista Roque Palácio e projeto do arquiteto Valmir Antunes dos Santos, secretário de Planejamento e Meio Ambiente na época. O monumento é um obelisco com 10 metros de altura e base de 2,5 por 2,5 metros. “O centro de convivência vai se ligar à Rodovia Comendador Guilherme Mamprim, que vai receber 500 mudas de árvore pau-brasil, formando assim um corredor de homenagem aos 500 Anos de Brasil” (Correio de Valinhos, 18 de Maio de 2000). A mesma publicação afirma que houve uma parceria entre a rede de telefonia Tess S/A, a Prefeitura Municipal de Valinhos e o DAE. A parceria, de acordo com o diretor de operações da Tess, José Candido Alves Pereira, era inédita da empresa na região, envolvendo grandes investimentos, o “que mostrava o interesse da empresa no município”. Como contrapartida, a PMV concedeu a permissão por 10 anos para a Tess utilizar três áreas públicas para a instalação de estações de rádio-base no município, em troca, a Tess deveria recuperar a caixa d'água do bairro Castelo e urbanizar a Avenida dos Esportes. A recuperação da torre foi concluída, mas a praça não, e a urbanização foi finalizada com dinheiro público.

No mesmo ano, uma publicação na Folha de Valinhos afirma que a praça está “dentro do novo conceito de praça da atual administração, voltado para a convivência das pessoas, com o oferecimento de espaços de lazer, entretenimento e a prática de esportes. O ex-prefeito Arildo Antunes dos Santos ressaltou que a reurbanização da Avenida dos Esportes vai gerar um pólo comercial que dará empregos a milhares de pessoas. O prefeito Vitório Antoniazzi lembrou do período de campanha eleitoral em que anunciava que pretendia mudar a cara de Valinhos. (Folha de Valinhos, 03 de Junho de 2000), e “construção da praça foi a alavanca para os investimentos no comércio da avenida. A

Avenida deixa de ser uma simples avenida e agora oferece opção de lazer” (Folha de Valinhos, 19 de Agosto de 2000).

Ao longo do tempo, algumas mudanças podem ser vistas no comércio do entorno da praça, como é o caso da inauguração de uma filial do McDonalds em agosto de 2003, reflexo da potencialização gerada pela Avenida dos Esportes como pólo comercial, através da instalação da praça. Além disso, a praça se tornou palco de eventos culturais, como o Projeto Verão, o Passeio Ciclístico e o Dia de Cão, atraindo a população. A praça faz também uma “conexão” com o Parque Municipal, local onde é realizado anualmente a Festa do Figo desde 1989. Antes disso, a festa já foi realizada no Largo São Sebastião, Praça Washington Luiz, na antiga sede do Clube Valinhense (local onde atualmente está localizada a rodoviária) e na fonte Sônia. A Festa está inserida no Circuito das Frutas junto com cidades vizinhas e atrai uma população regional.

Segundo uma publicação na Folha de Valinhos de 2003, Valinhos trilha um novo caminho no turismo desde 1997, e a “EMBRATUR, dentro do Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT), orientava para a recuperação das praças públicas e a implantação do Projeto Cidade Limpa. Foi em consequência desses projetos que a cidade conseguiu juntamente com outros 600 municípios brasileiros o selo de cidade turística conferido pela EMBRATUR” (Folha de Valinhos, 09 de Agosto de 2003).

De acordo com depoimentos de usuários da praça, em entrevistas feitas pelo jornal Folha de Valinhos em 16 de Junho de 2004, quatro anos após a inauguração da praça, o local é muito freqüentado para a prática de caminhadas e corridas no período da manhã e no fim de tarde. Nos finais de semana, é freqüentada por população de todas as faixas etárias, inclusive de outras cidades. As principais reclamações feitas sobre o lugar é a falta de sanitários públicos e a presença de atividades malvistas no período noturno, como o uso de drogas. Atualmente, a praça conta com sanitários públicos, que foram inaugurados em outubro de 2010.

O projeto da praça conta com alguns equipamentos como um ringue de patinação, *playground*, equipamentos esportivos e pista de *cooper*, além de áreas de permanência com bancos. No período noturno e nos finais de semana, pode-se encontrar ambulantes com venda de alimentos. A praça não só trouxe um espaço para convivência da população, mas também transformou a paisagem do local.

Com todos os problemas que os espaços públicos carregam, em conjunto com os reflexos de sentimentos de insegurança causados pela cada vez mais visível segregação social e espacial, os espaços públicos ainda representam locais de convívio e de encontros sociais. O projeto do Centro de Convivência Brasil 500 Anos, ainda que implantado com uma forte tendência de marketing político e de tentativa de inserir a cidade em um contexto imagem metropolitana, na busca por uma valorização imobiliária e atração de investimentos e empresas, trouxe uma uniformidade no tecido urbano e costurou os dois lados da barreira física causada pelo córrego e pela área degradada.

A temática comemorativa dos 500 Anos foi um fenômeno geral das cidades brasileiras, as quais com o pretexto comemorativo da data lançam obras de melhorias com a idéia de renovação. Na Região Metropolitana de Campinas, por exemplo, temos ainda o Parque Brasil 500 em Paulínia, localizado longe da área central, onde se instalou também a nova prefeitura e o teatro municipal, criando uma nova centralidade na cidade.

Figura 36. Praça linear Centro de Convivência Brasil 500 Anos (2002)



Foto: Acervo Parodi

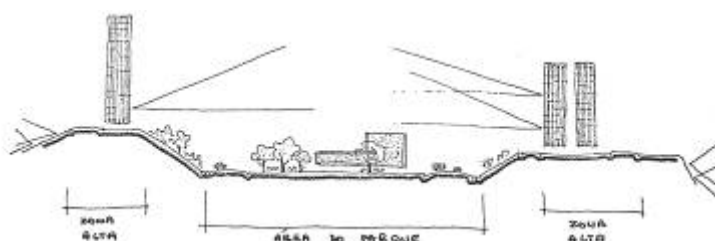
4.4.1. ANÁLISE DAS CONDIÇÕES E USOS ATUAIS DA PRAÇA

Atualmente, a praça marca um dos principais eixos de crescimento da cidade, fazendo uma importante ligação entre o centro e a Rodovia Anhanguera, que liga o município com São Paulo e Campinas. Este eixo é o que denominamos de Eixo 02 nesta pesquisa. A valorização do comércio existente no entorno da avenida é evidente. Uma comparação feita de levantamentos de uso do solo, da década de 1990 e de 2010, pode-se perceber que antes da implantação do projeto, haviam 06 lotes vazios no entorno imediato. Segundo o levantamento que realizamos em fevereiro de 2010, o número caiu para 03 lotes. No levantamento, detectamos que o comércio atual no entorno é de grande porte e especializado. Prevaecem os supermercados, postos de gasolina, grandes lanchonetes e o comércio e serviços voltados para automóveis. A inauguração de uma franquia do McDonalds no entorno da praça em 2003 é um indício da valorização do comércio e do fluxo intenso da praça.

No levantamento do entorno realizado em fevereiro de 2010, foram também levantadas as características de gabaritos de alturas dos edifícios do entorno imediato da praça, além do seu estado de conservação. Segundo o levantamento de gabaritos, a maioria dos edifícios do entorno possuem de 01 a 03 andares. Mas um dos edifícios residenciais mais altos da cidade, com 15 pavimentos, está localizado na praça. Faz parte também das diretrizes do P.D.D.I. de 1971 a verticalização de bairros próximos à Avenida dos Esportes, o que pode se confirmar pelas fotografias atuais.

Quanto ao estado de conservação dos edifícios do entorno do Centro de Convivência Brasil 500 Anos, a maioria se encontra em bom e médio estado, seguindo o perfil dos edifícios da área central e de bairros centrais do município. No geral, os edifícios e terrenos que se encontram mais degradados estão relacionados a atividades automotivas, como borracharias, estacionamentos de caminhões e de vendas de automóveis.

Figura 37. Desenho esquemático da verticalização induzida pelo P.D.D.I. (1971)



Fonte: P.D.D.I. 1971, PMV.

Figura 38. Uso do Solo no entorno do Centro de Convivência Brasil 500 Anos (2010)



Fonte: Levantamento e desenho realizado pela autora, Fevereiro de 2010.

Figura 39. Gabarito no entorno do Centro de Convivência Brasil 500 Anos (2010)



Fonte: Levantamento e desenho realizado pela autora, Fevereiro de 2010.

Figura 40. Estado de Conservação no entorno do Centro de Convivência Brasil 500 Anos (2010)



Fonte: Levantamento e desenho realizado pela autora, Fevereiro de 2010.

Foram realizadas também análises de levantamentos empíricos dos usos e fluxos da praça, em diferentes períodos do dia e da semana. Para a análise, podemos dividir a

praça em três cenários distintos, de acordo com seus usos. Consideramos os seguintes trechos:

- *Trecho 01*: área da praça entre a Avenida 11 de Agosto e a Rua Rui Barbosa (obelisco)
- *Trecho 02*: área da praça entre a Rua Rui Barbosa e a Avenida Joaquim Alves Correa
- *Trecho 03*: área entre a Avenida Joaquim Alves Correa até o final na praça, próximo ao Parque Municipal

No período da manhã foram observadas diferentes atividades em cada ponto da praça. No período da manhã, as atividades de permanência se concentram no *Trecho 01*. Foi observado neste trecho, um pequeno número de pessoas que utilizam as calçadas do perímetro e as ciclovias para a prática de caminhadas e *cooper*, população predominantemente da terceira idade e masculina. Foram observados setores aonde as pessoas chegam até a praça de automóvel, estacionando em um dos bolsões e utilizando a praça para a caminhada. Outra atividade de permanência observada é o uso do playground e das pistas da ciclovia por crianças acompanhadas provavelmente por mães e avós, porém, com pouca intensidade, assim como o tempo de permanência nos brinquedos. Há poucos bancos ocupados na praça, utilizados um pouco para pessoas que descansam durante seu trajeto.

No *Trecho 01*, pode-se observar um razoável número de pessoas que transitam pela praça, e usam suas pontes e caminhos como travessia de um lado da avenida para o outro. Os estacionamentos são bastante requisitados, porém não ocupados na capacidade máxima, com exceção do bolsão de estacionamento próximo ao Posto de Saúde. Os estacionamentos são utilizados principalmente por usuários do comércio do entorno da praça, e também por funcionários deste comércio. O tráfego de carros, ônibus e caminhões é intenso na Avenida dos Esportes, principalmente no sentido Centro-Anhangüera.

No *Trecho 02*, no período da manhã, os estacionamentos são utilizados em sua capacidade máxima, por usuários e funcionários do comércio localizado no seu entorno. A praça é utilizada por pessoas que praticam caminhadas no período da manhã (aproximadamente entre 7:00h – 8:30h). Até o final da manhã, a permanência neste trecho da praça é quase nula. Se torna um local de passagem para pedestres que atravessam a avenida ou se deslocam por ela.

No *Trecho 03*, a permanência e a passagem de pedestres não ocorre. O bolsão de estacionamento é utilizado por funcionários e usuários do comércio local, porém o grande fluxo de automóveis e caminhões nos dois sentidos da Avenida dos Esportes e nos dois sentidos a Avenida Joaquim Alves Corrêa, torna este local da praça um trecho isolado e com difícil acesso para pedestres. A barreira causada pelas avenidas torna a praça mal conectada aos usos do entorno.

Figura 41. Centro de Convivência Brasil 500 Anos – Planta de Análise de usos e fluxos em dias comerciais (período dia)



Fonte: desenho e observações realizados pela autora, 2010.

Figura 42. Centro de Convivência Brasil 500 Anos – Planta de Análise de usos e fluxos em finais de semana (período dia)



Fonte: desenho e observações realizados pela autora, 2010.

No período noturno, das três praças analisadas, é a que possui atividade mais intensa. No final da tarde e início da noite, principalmente no horário de verão, a praça fica tomada por pessoas que praticam caminhadas em seu perímetro. Além disso, crianças brincam no playground e o comércio do entorno que ainda não fechou - como lanchonetes, pizzarias e sorveterias - servem de apoio para a movimentação da praça. No trecho 03, é possível observar o encontro de jovens, que utilizam o espaço de difícil acessibilidade de pedestre (e por isso não incluindo no trecho onde as caminhadas são praticadas), para ouvirem música em seus carros e consumirem bebidas alcoólicas, com apoio da loja de conveniência do posto de gasolina próximo.

Nos finais de semana, a praça ganha uma nova dinâmica e um aspecto lúdico. Com o fluxo de automóveis, ônibus e caminhões visivelmente reduzidos, a permanência na praça é maior. O local mais atrativo da praça é o Trecho 01, onde são instalados trailers de cachorro-quente, milho e sorvete, e mesas e cadeiras são espalhadas pelas calçadas, ciclovias e até mesmo nos gramados da praça. Famílias e casais são os principais públicos que consomem nas barraquinhas, enquanto crianças brincam no playground, onde são instalados nos finais de semana brinquedos como cama elástica e pula-pula. Sorveterias, lanchonetes e pizzarias que estão localizadas no entorno deste trecho também atraem um grande número de pessoas.

No *Trecho 01* e *Trecho 02* também é maior a permanência nos bancos mais isolados da praça, como os próximos ao posto de saúde, principalmente por casais de namorados. Nestes dois trechos também é possível ver a prática de caminhadas e *cooper*.

O *Trecho 03* da praça, que durante a semana não apresenta quase permanência de pessoas, nos finais de semanas e nas sextas-feiras à noite, atrai um público jovem. Este grupo permanece no bolsão de estacionamento, com música a partir de seus automóveis, e consomem na loja de conveniência do posto de gasolina próximo e em uma pizzaria.

Figura 43. Centro de Convivência Brasil 500 Anos nos domingos: mesas espalhadas pela praça



Foto: Carolina S. Gutmann, 2010.

No geral, pode-se dizer que a praça possui uma vitalidade própria, onde o comércio faz um suporte para a praça e vice versa. Juntos, entorno e praça criam uma paisagem e uma dinâmica que não é a de abandono e obsolescência. Apesar de não haver edifícios com importância histórica e arquitetônica ao seu redor, a praça apresenta um papel patrimonial, que agrega valores ao entorno, aos bairros próximos e à cidade de modo geral. Apesar de criada sob o discurso da imagem de um novo cartão postal para a cidade, como espaço público cumpre sua função de local de encontro e simbólico. Além

disso, historicamente, o eixo da Avenida dos Esportes é uma rota importante de ligação do centro com a Rodovia Anhanguera e também alvo de propostas de planos diretores passados, e se consolida com a implantação da praça linear.

4.5. O VALOR PATRIMONIAL: AS PRAÇAS DE VALINHOS COMO UNIDADES DE PRESERVAÇÃO

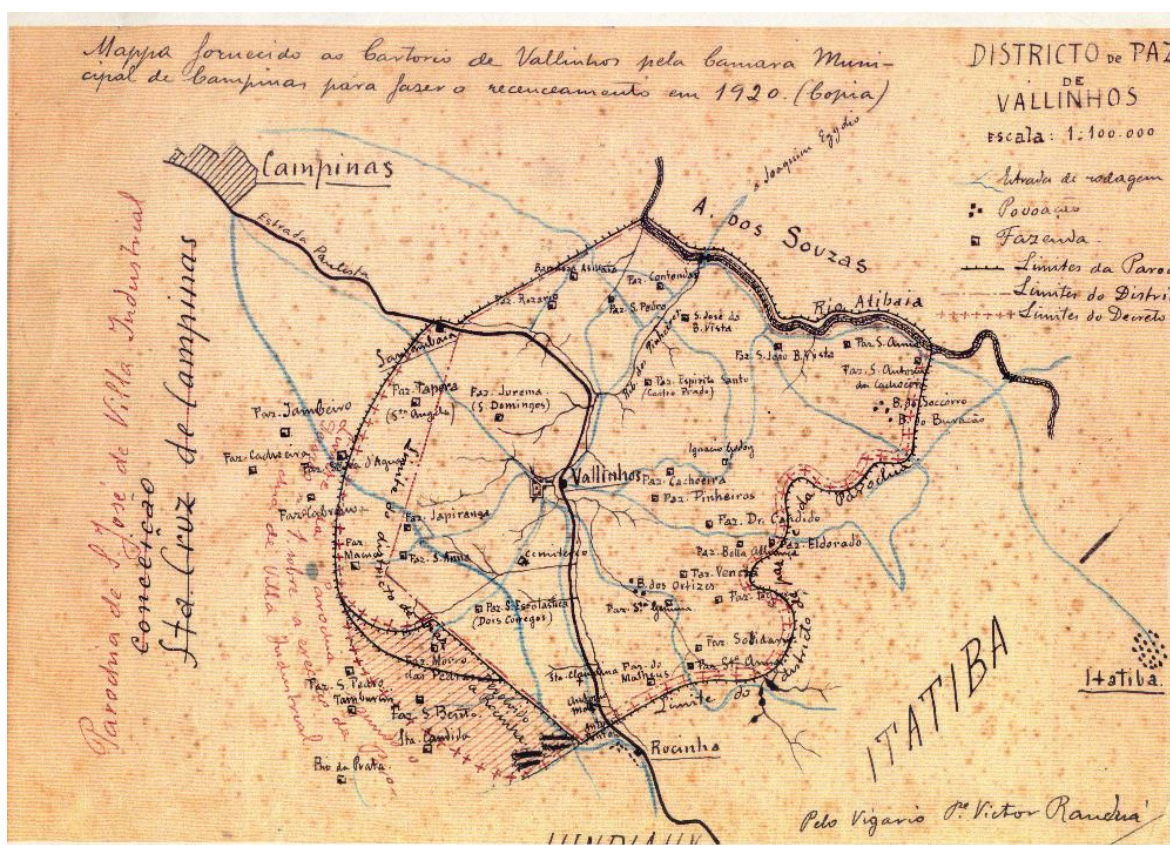
As origens do povoamento até os desdobramentos mais recentes do tecido urbano do município de Valinhos apresentados anteriormente, no Capítulo 03, e as gêneses e transformações de cada espaço público objetos deste estudo, apresentados neste capítulo, possibilitaram formular algumas questões sobre a formação da paisagem atual da cidade: Como podemos entender o papel destes espaços na definição de paisagens urbanas específicas? Ou, dito de outra forma: Qual a importância histórica para a formação de bairros? Quais as conseqüências das intervenções públicas e dos fenômenos urbanos nas transformações dos usos e nas suas formas de apropriação? De que forma estes espaços constituem um valor patrimonial nas áreas em que estão localizados? E para a história da cidade?

Para responder estas perguntas, primeiramente, temos que ter em conta que a questão fundiária é um marco presente na forma como se deu o processo de urbanização. Conforme apresentamos anteriormente, segundo a pesquisa realizada por Sciota (2002), grande parte dos atuais loteamentos é oriunda do desmembramento de fazendas em chácaras, e de chácaras em lotes. Temos então as fazendas da região como impulsionadoras do desenvolvimento do povoado, que surge a partir da instalação da estação ferroviária em 1872 para o escoamento da produção das fazendas locais.

Em 1819 Valinhos possuía 189 fazendas que contribuíam significativamente para as exportações brasileiras, e no início do século XX, com Valinhos já elevada à categoria de distrito, entre as principais fazendas, destacavam-se as seguintes: São João da Boa Vista, Taperinha, Tapera, São José da Boa Vista, Santana da Cachoeira, Santa Teresa, Eldorado, Figueira, Rosário, Mato Dentro, Semambaia, Santa Escolástica, Macuco, Dois córregos, Jurema, Bela Aliança, Santana do Turíbio, Espírito Santo, São Clemente, São João da Cachoeira, Joapiranga, São Pedro, Cabreúva, Capivari, São Bento de Cicutá, Cuiabano e São João das Pedras. Algumas destas fazendas podem ser localizadas por meio da sobreposição de três mapas: um mapa atual com a localização dos bairros (PMV, 2009), o mapa da Villa de Valinhos (Livro do tomo nº 1 da Paróquia de São

- a Fazenda Macuco que após ser dividida em chácaras se tornou em um bairro agroindustrial de Valinhos, o bairro Macuco, para onde a partir de 1950 imigrou uma colônia japonesa e situa-se do lado esquerda da Rodovia Anhanguera;
- a Fazenda Jurema que se transformou no bairro Jurema, na antiga estrada para Campinas, que após ter passado por vários donos, foi dividida em chácaras e sua sede foi vendida às religiosas Irmãs de Jesus;
- a Fazenda Dois Córregos, atual Bairro Dois Córregos, era antiga propriedade do neto de Barão de Itapura, que no final do século XIX dividiu as terras da fazenda em pequenos lotes para a venda, organizando o primeiro loteamento de Valinhos;
- a Fazenda Joapiranga deu origem aos bairros Joapiranga, Vale Verde e Country Clube, após sua transformação em chácaras.

Mapa 19. Mappa fornecido ao Cartório de Vallinhos pela Câmara Municipal de Campinas para fazer o recenseamento em 1920



Fonte: Câmara Municipal de Valinhos, 2010.

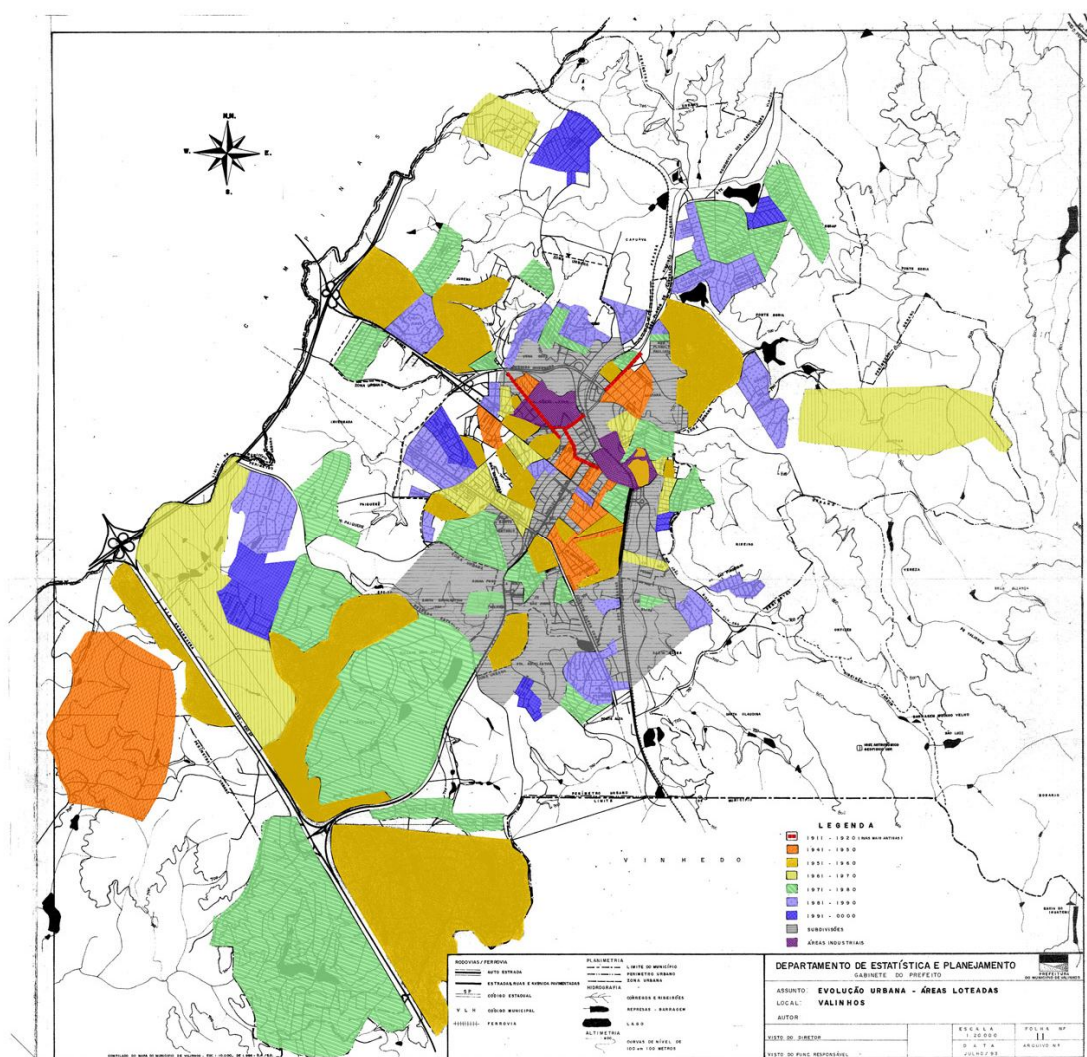
**Tabela 4. Lista de Fazendas localizadas no Município de Valinhos
até o início do século XX**

FAZENDA	PROPRIETÁRIO	EXTENSÃO (em alqueires)	PRODUÇÃO (em pés de café)	Número de Casas	Número de Colonos
Aracy (antiga Taperinha)	Antônio Von Zuben	100	104.000	20	40
Bela Aliança	Antônio Castro Prado	195	266.000	52	80
Cabreúva	Antônio Fernandes de Abreu	-	-	-	-
Cachoeira	Antônio Carlos Pacheco e Silva	-	-	-	-
Capivari	-	-	-	-	-
El-Dorado	Manoel Ferreira Jorge	50	65.000	9	20
Espírito Santo	Antônio Castro Prado	180	105.000	40	60
Figueira	Sebastião Pedroso de Oliveira	35	65.000	-	10
Joapiranga	José Bonifácio de Camargo	118	198.000	30	50
Jurema	Luiz Campos Salles	200	185.000	-	-
Macuco	Antônio Corrêa Barbosa	154	408.000	75	150
Rosário e Samambaia	João Pereira e Irmãos	325	156.000	80	250
Sant 'Ana	Turíbio Leite de Barros	180	150.000	30	50
Sant 'Ana	Manoel Joaquim Ferreira	170	105.000	22	41
Santa'Ana e Cuyabano	Cid Castro Prado	-	-	-	-
Santa Ângela (antiga Tapera)	Antônio Von Zuben	100	108.000	23	46
Santa Escolástica	Silvano Pacheco Ferreira	300	175.000	48	60
Santana da Cachoeira	Antônio Araújo Rosa	90	100.000	15	30
Santa Tereza da Barra	Cândido Ferreira da Silva Camargo	72	120.000	13	25
São Clemente	Orosimbo Maia	160	105.000	22	41
São João da Boa Vista	José de Castro Prado	100	100.000	18	20
São João das Pedras	Honório Monteiro	-	-	-	-
São João da Cachoeira	Orosimbo Maia	115	100.000	35	60
São José da Boa Vista	Joaquim Policarpo Aranha	104	100.000	18	35
São Pedro	Décio Ferreira de Camargo	158	103.000	20	62

Fonte: PIRES (2000). Com complementação de dados realizada pela autora

As fazendas não só fazem parte da origem de bairros, como em alguns casos antigas instalações de fazendas são hoje utilizadas como sedes de condomínios e loteamentos fechados ou se tornaram equipamentos atrativos em clubes, como no caso do loteamento fechado Village Visconde de Itamaracá; da sede da fazenda São Bento de Cacutá⁴², no Clube de Campo no bairro Vale Verde e na fazenda Cachoeira, adquirida no início do século XX por Orosimbo Maia e transformada na famosa Fonte Sônia.

Mapa 20. Mapa de Evolução Urbana, Município de Valinhos



Fonte: PMV, 1993. Desenho: Leticia Jorge Wassall (2010).

⁴² Tombada pelo CONDEPHAAT em 2005. A casa sede da Fazenda São Bento do Cacutá, antiga residência de Joaquim Egidio de Souza Aranha, constitui-se em exemplar da arquitetura paulista rural do período da expansão cafeeira para o oeste paulista. O casarão, atualmente utilizado como sede do Clube de Campo Vale Verde, foi construído em meados do século XIX e, no decorrer dos anos, sofreu várias adaptações. Em 1940, as intervenções atingiram o piso da varanda, a cobertura, os sanitários, rede elétrica e janelas externas. O projeto paisagístico do entorno, de 1972, é de autoria de Burtle Marx. Fonte: Processo de Tombamento 38.719/99 Tomb.: Res. SC 56 de 09/12/04 D.O.: 17/12/04

A evolução destas transformações de áreas de fazendas e chácaras em loteamentos pode ser vista pelo mapa de Evolução Urbana (Mapa 20). Os primeiros loteamentos, da década de 40, estão localizados em áreas mais próximas ao centro, como o loteamento da Vila Santana, os bairros de Bela Vista, São Cristóvão, Rigesa e Castelo, além do Bairro do Macuco, do lado esquerdo da Rodovia Anhanguera. Neste período já estão traçadas as ruas que contornam o Largo São Sebastião.

Entre os anos de 1951 e 1960, grandes loteamentos foram abertos no bairro Pinheiros, Jurema, Nações, Centro e São Cristóvão. É deste período a abertura do loteamento que deu origem ao terreno da Praça Washington Luiz, antiga Chácara Ribeira. Além disso, são deste período também os loteamentos de grandes áreas do Country Club, Dois Córregos e ao longo da rodovia Anhanguera. De 1961 a 1971 o restante da Fazenda Joapiranga se consolida em bairro, e são loteados os bairros Alpinas e outras porções dos bairros Castelo, Centro e Santana.

Na década de 1970 surgem grandes áreas de loteamentos de chácaras, como o bairro Vale Verde, Dois Córregos e Itamaracá. Além disso, loteamentos de mais alta densidade no bairro Jurema, Cecap, Lenheiro, Invernada, Santo Antonio e Lenheiro. Por fim, temos na década de 1980, 1990 e 2000 o loteamento de áreas na região do Vale do Itamaracá, Invernada, Pinheiros e São Marcos, que marcam o início do surgimento dos condomínios fechados e loteamentos populares.

Assim, torna-se evidente que o crescimento da mancha urbana da cidade surgiu em forma de loteamentos derivados de fazendas e chácaras. Atualmente, ainda é possível avistar grandes áreas vazias no meio desta mancha e ao mesmo tempo, é possível ver manchas loteadas em meio a grandes áreas verdes (área rural). O primeiro fato é decorrência de que nem todas as áreas loteadas foram ocupadas com construções, e o segundo, é consequência do surgimento de loteamentos fechados no meio de áreas rurais em forma de empreendimentos, habitação popular, ou até mesmo loteamentos mais antigos de chácaras de final de semana, que se fecharam e viraram condomínios.

Tendo em vista os processos de transformação do território decorrentes dos desdobramentos da questão fundiária, aqui apresentados, podemos ver a importância histórica que as fazendas tiveram na urbanização da cidade. Além disso, os espaços públicos analisados tornaram-se elementos referenciais nas paisagens criadas no processo de formação dos bairros centrais.

Quanto aos encontros realizados nestes locais, em uma pesquisa realizada por Vedana (2010) são apresentados os arranjos sociais de mercado de rua (as feiras) como uma forma de patrimônio etnológico da vida urbana, como elementos constituintes da memória coletiva da cidade, passa pela compreensão do valor afetivo que é atribuído a estes espaços de trocas sociais, onde se elaboram pertenças e se constituem vínculos. Este patrimônio memorial pode ser visto no caso do Largo São Sebastião. Da mesma forma que vínculos são criados nas feiras, onde o ritual da compra se torna um ritual de encontro e de fortalecimento das amizades, o encontro na parte da manhã no largo por pessoas mais velhas se torna um ritual de encontro. Da mesma forma que os mercados de rua, não se trata de uma pertença ou adesão a algo fixo ou “congelado” no tempo, mas à própria imaginação da duração do mercado, enquanto um lugar onde se ritualizam relações (VEDANA, 2010: 110).

Os distintos períodos em que se consolidaram as praças – o Largo São Sebastião no início do povoado, a Praça Washington Luiz após a emancipação da cidade, e o Centro de Convivência Brasil 500 Anos no ano 2000 - mostram um movimento de itinerância dos espaços públicos na cidade. De acordo com Freitag (2003, 115) as cidades brasileiras apresentam essa característica de itinerância urbana, que ocorre com o que a autora chama de “poderes peregrinos” e “representações nômades”. Ela afirma ser um fenômeno corriqueiro na história das aldeias, vilas e cidades brasileiras, abandonar ou deixar atrás de si núcleos urbanos criados, para fundar outros, transferindo as funções do antigo para o novo, fazendo com que a cidade abandonada fique estagnada ou caia no esquecimento.

É possível, portanto, pensar em uma forma de preservar que não seja apenas a partir da somatória de objetos edificados, e sim de elementos que compõe uma paisagem, levando em conta ainda a mutabilidade característica de áreas centrais e de espaços públicos, pois não se trata de defender o congelamento da paisagem, e sim a sua conservação permanente, de forma que todo o conjunto, mas também suas singularidades sejam preservadas, tendo em conta as transformações e novas demandas da cidade.

5. CONCLUSÃO

NOVOS PARADIGMAS PARA A PRESERVAÇÃO

Por todas as questões aqui apresentadas sobre os espaços públicos de Valinhos - por serem marcos da urbanização da cidade, por formarem paisagens únicas e características no meio da malha urbana, por ainda agregarem vestígios de um patrimônio urbano descaracterizado da cidade, por representarem identidades de diferentes períodos, e ainda por conterem elementos de centralidades, como equipamentos de comércio e serviços consolidados – vimos nestes espaços um valor patrimonial único.

Os processos e fenômenos atuais da RMC, como a urbanização dispersa, a conurbação, as novas centralidades, presentes também no município, como já apontamos, incentivam o processo de alienação dos espaços públicos tradicionais da cidade e valorizam os espaços coletivos privatizados, como os encontrados dentro de *shopping-centers*. Tudo isso nos leva à hipótese de que é necessário um tipo de preservação destes espaços, por constituírem patrimônios memoriais da cidade.

Além disso, a alienação dos espaços públicos tradicionais da cidade é um reflexo dos modos de moradia, consumo e lazer contemporâneos, ou seja, a convivência em espaços coletivos privatizados segue as mesmas tendências segregacionistas vistas nos condomínios fechados. Dito de outra forma, as transformações nos espaços públicos acompanham as transformações da sociedade e dos modos de vida metropolitano.

Vimos no Capítulo 01, com Carrión, os fatores que causam o fim da centralidade nos centros históricos, e este processo se intensifica no caso do município de Valinhos, com a saída da Câmara Municipal e da Prefeitura Municipal do centro. A nova Câmara Municipal está sendo construída em um local mais afastado da área central e mais próximo à nova centralidade criada pelo shopping na Rua Paiquerê, como vimos no Capítulo 03, e há planos para que a Prefeitura Municipal siga o mesmo caminho em 2011. A saída do poder público da área implicará em uma queda na movimentação da área central, e do comércio e serviços de apoio a estes órgãos.

A área central da cidade, por não possuir um patrimônio arquitetônico relevante, está fora das preocupações da gestão pública, e o apoio à iniciativa privada na região, evidenciado

na liberação da implantação de inúmeros loteamentos fechados, apenas reforçam a urgência de atitudes a serem tomadas no sentido de se preservar identidades locais.

Estas identidades, que se transformam e se renovam a cada período, acompanham a itinerância dos espaços públicos da cidade. Por meio da preservação, recuperação e conservação dos espaços públicos tradicionais da cidade, a convivência e o ritual do encontro que vimos no caso do largo São Sebastião, e as novas relações que se formam no Centro de Convivência Brasil 500 Anos, podem ser reforçadas e incentivadas, continuando assim, o ciclo de identidade que passa de geração para geração. Estes patrimônios memoriais, ritualizados na forma de encontros na praça, é o que faz do espaço público e edifícios de seu entorno uma nova unidade de valor patrimonial.

A ligação entre praça/entorno e entorno/praça é essencial para o funcionamento de ambos. Este fato é evidente no estudo das três praças: no Largo São Sebastião, por estar no núcleo central da cidade e em frente à igreja matriz, propicia um local de encontro e descanso para pessoas que transitam e consomem no centro; na Praça Washington Luiz, a presença de sedes bancárias e clínicas no seu entorno fazem com que as atividades diminuam drasticamente aos finais de semana, e a praça, por não possuir nenhum atrativo por si só, tem pouca freqüentação; já no Centro de Convivência Brasil 500 Anos, vimos como o comércio do entorno e a movimentação da praça se completam, e usos como o de lanchonetes, restaurantes, pizzarias e sorveterias, fazem com que a praça seja um atrativo a mais no período noturno e nos finais de semana.

Da mesma forma, é possível afirmar que as praças analisadas nesta pesquisa, juntamente com os edifícios tombados, são os únicos vestígios patrimoniais da cidade e constituem marcos do processo de urbanização apresentado. No caso do Largo São Sebastião, o espaço, mesmo tendo sofrido transformações e intervenções, representa um núcleo central e forma ainda uma paisagem que faz parte de um conjunto que guarda a memória de gerações passadas.

As intervenções realizadas mostram que o largo sofre influência dos processos de renovação ocorridos em diversas cidades brasileiras e do mundo, inseridos no contexto da busca de uma melhor imagem e renovação da capacidade de atrair o consumo. Sofre também com os movimentos pendulares, onde a população de alta renda, responsável pela maior movimentação intraurbana, não freqüenta as áreas centrais e estes espaços. Ao contrário, a presença de uma população mais velha que utiliza a praça como ponto de encontro no período da manhã, representa uma identificação das pessoas com o local.

No caso da Praça Washington Luiz, outro período da urbanização da cidade define os encontros, o que ocorre logo após o desmembramento do município de Valinhos de Campinas. A implantação da praça está entre as primeiras obras públicas realizadas no município, e marca uma nova frente de urbanização que segue para os bairros Castelo, Santo Antônio, Vera Cruz, Jurema e Nações, acompanhando a abertura da Avenida Dom Nery, no sentido da intensificação da ligação do centro de Valinhos com o centro de Campinas. A praça passa a ter um grande significado para a cidade, já que foi palco de grandes eventos como a Festa do Figo. Apesar de hoje não ser mais utilizada com tanta intensidade, ainda constitui um marco na paisagem por ser uma grande área aberta no meio na malha urbana e pelas características de seu desenho que permite reconhecer a presença de parâmetros urbanísticos do período que sucedeu ao da implantação do tradicional Largo São Sebastião, revelados em suas grandes áreas livres e formas geométricas puras, referência aos projetos modernistas do período. A praça hoje forma um conjunto com os edifícios da antiga fábrica Gessy Lever, parcialmente demolidos, e já alvos de discussão sobre sua preservação, como exemplares remanescentes do patrimônio industrial da cidade. Assim, pode-se dizer que o contraste de épocas, ou, entre as linhas modernas do espaço público e os edifícios industriais do início do século XX, é a principal característica do valor patrimonial que a praça agrega ao conjunto.

Por último, a Centro de Convivência Brasil 500 Anos, representa um terceiro período da cidade. O projeto marca um período de renovação e requalificação de uma área degradada e subutilizada, que era a área alagadiça da Avenida dos Esportes. O espaço público criado faz a costura dos dois lados da avenida, antes de difícil transposição. O discurso sobre a necessidade de criar um novo cartão postal, uma nova imagem que não a de uma cidade do interior tradicional, mostra a preocupação da gestão pública em atrair novos investimentos privados e consolidar a atração de uma população forasteira, já iniciada com o surgimento dos condomínios fechados. Inaugurada no ano de 2000 com o nome homenageando o descobrimento do Brasil, a praça linear tornou-se um elemento aglutinador da área central, que impulsiona o comércio, as atividades de lazer e é hoje o nome local de realização de encontros festivos, como paradas do dia 7 de Setembro, comemorações da cidade, etc. A boa freqüentação da praça nos diversos períodos indica a formação de uma nova centralidade na cidade e, portanto, de um espaço de identificação da nova composição de moradores.

Do mesmo modo, podemos inferir a ocorrência desta mesma itinerância dos espaços públicos da cidade e/ou, por extensão, do espaço público mais significativo, o centro, o

qual, durante muitos anos coincidiu com a própria cidade. Cada praça apresenta seu uso, sua função e sua representação de um determinado período. A partir do momento em que este espaço não condizia mais com as necessidades locais, outra praça surgia e incorporava este papel. Exemplificando, o Largo São Sebastião, foi palco da tradicional festa do figo e da festa italiana. Quando este largo ficou pequeno para atender a demanda, a Praça Washington Luiz foi construída e assumiu este papel, atraindo toda população. Com a repercussão regional da festa, ela passa a ser realizada no Parque Municipal Monsenhor Bruno Nardini, levando a Praça Washington Luiz a cair no esquecimento. Uma nova praça é então criada para abrigar as necessidades de áreas livres da cidade, o Centro de Convivência 500 Anos. Podemos ver, portanto, uma substituição sucessiva dos usos das praças, que após perderem sua função primordial, ao invés de serem reabilitadas e reinseridas na vida da população valinhense, são deixadas para trás consecutivamente.

Por fim, resta uma breve reflexão sobre o papel do poder público quanto à preservação urbana. Assim como a maioria dos municípios da RMC, Valinhos não possui um órgão municipal responsável pelos parâmetros de preservação. É fato que no Plano Diretor de 2004 apresentam-se diretrizes e a delimitação de áreas de interesse histórico, cultural, paisagístico e ambiental, no entanto, não há nenhum plano de ação.

No entanto, mesmo sem definições claras das ações nos três planos diretores da cidade, podemos observar que os projetos são elaborados e cumprem um papel importante na definição do desenho e na renovação da área central e das praças. É o caso do Projeto Centro, que engloba melhorias na área central e no Largo São Sebastião, o Projeto Reviver, que pretendia renovar Praça Washington Luiz, e de obras de melhorias nos acessos da cidade, como nas vias que ligam Valinhos a Campinas e Vinhedo.

Quanto à gestão municipal, apontamos a ausência de órgãos e conselhos de proteção e preservação do patrimônio na cidade. Vimos como nos planos de ações para os espaços públicos no Plano Diretor de 2004, estes basicamente foram tomados como espaços para se introduzir atividades culturais, artísticas e esportivas, ou são vistos como pontos principais de lazer e turismo, servindo de suporte para a visibilidade da ação das gestões e não para o convívio dos moradores da própria cidade. Portanto, ressalta-se novamente a necessidade de tornar os espaços públicos como unidades de preservação.

Tendo em vista as novas discussões do IPHAN para a criação do Sistema Nacional do Patrimônio Cultural, em especial, na definição de Paisagem Cultural, é possível apontar o

caminho para se garantir a preservação dos espaços públicos, principalmente no caso das praças. Entretanto, como reflexão prospectiva, é possível pensar a preservação destes espaços utilizando instrumentos menos restritivos e impositivos que o tombamento, de forma que contemple questões peculiares em cada caso, para as quais o tombamento não seria uma solução eficaz, já que estabelece padrões através de legislação e não de diretrizes ou parâmetros.

Finalmente, com o estudo de caso do centro de Valinhos, apresentamos um exemplo típico da diversidade de relações encontradas em quase todas as cidades da RMC. A metodologia de análise do valor patrimonial dos espaços públicos foi desenvolvida a partir de estudos históricos, comparativos e do cruzamento de dados antigos e atuais, que possibilitaram estabelecer nexos entre evidências encontradas. O que se propõe a partir do estudo apresentado é que seja visto também como uma investigação metodológica, de forma que possa contribuir na análise de centros de outras cidades com processos históricos similares na formação de seus espaços centrais públicos, condições que estão presentes pelo menos em cidades como Vinhedo, Indaiatuba, Paulínia, para citarmos algumas.

6. BIBLIOGRAFIA

6.1. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Luciana; JAYME, Juliana; ALMEIDA, Rachel. *Espaços Públicos: novas sociabilidades, novos controles*. In Cadernos Metrôpoles 21. Pg. 131-153. 2009.

ARANTES, Antonio Augusto. *O espaço da diferença*. Campinas, SP: Papirus, 2000.

_____. *A guerra dos Lugares. Sobre fronteiras simbólicas e liminaridades no espaço urbano*. In Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, nº 23 "Cidade". IPHAN. Rio de Janeiro, 1994.

ARENDT, Hannah. *A condição humana*. 10ª Ed, Rio de Janeiro, Forense universitária, 2001.

ASCHER, François. *Metropolização e transformação dos centros das cidade*. In Os Centros das Metropoles: reflexões e propostas para a cidade democrática do século XXI.

CAIADO, Maria C. S, PIRES, Maria Conceição S. *Campinas Metropolitana: transformações na estrutura urbana atual e desafios futuro*. In: CUNHA, José M. Pinto (org) *Novas Metrôpoles Paulistas. População, vulnerabilidade e segregação*. NEPO/Unicamp. Campinas, 2006.

CANO, Wilson; BRANDÃO, Carlos A. *A Região Metropolitana de Campinas. Urbanização, economia, finanças e meio ambiente*. Campinas,SP: Editora da Unicamp, 2002.

CARRIÓN, Fernando. *El Centro Histórico como Proyecto y objeto de deseo*. Acta Generales X Congreso Internacional Rehabilitación Del Patrimonio Arquitectónico y Edificación. CICOP Chile, 2010.

CASTRIOTA, Leonardo Barci. *Patrimônio Cultural: conceitos, políticas, instrumentos*. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: IEDS, 2009.

CHATELOÍN, Felicia. *El centro histórico: ¿Concepto o critério en desarrollo?*. Arquitectura y Urbanismo da CUJAE - La Habana, Cuba, 2008

- FELDMAN, Sarah. *Planejamento e Zoneamento. São Paulo 1947-1972*. São Paulo. Edusp, FAPES. 2005
- FREITAG, Barbara. *A revitalização dos centros históricos das cidades brasileiras*. Caderno CRH, n 38. P.115-126. Salvador, 2003.
- HARVEY, David. *Espaços de Esperança*. São Paulo: Loyola, 2004.
- LEITE, Rogério P. S. *Espaço Público e Política dos Lugares*. Tese de Doutorado – UNICAMP. Campinas, 2001.
- MESENTIER, Leonardo Marques de. *Patrimônio Urbano, construção da memória social e da cidadania*. P.03, 2006. Disponível em <[HTTP://www.artigocientifico.com.br/artigos/?mnu=1&smnu=5&artigo=1252](http://www.artigocientifico.com.br/artigos/?mnu=1&smnu=5&artigo=1252)> Acessado em 14 de Outubro de 2010.
- MEYER, Regina M. P. *Atributos da Metrópole Moderna*. Atributos da Metrópole Moderna, São Paulo em Perspectiva, pág.3-9, Fundação SEADE, SP.
- MIGLIORANZA, Eliana. *Condomínios Fechados; Localizações e Pendularidade. Um estudo de caso no Município de Valinhos/SP*. Dissertação de Mestrado/Unicamp. Campinas, 2005.
- MIGLIORANZA, Eliana; CUNHA, José Marcos Pinto. *Valinhos: um novo padrão de cidade-dormitório?*. In "Novas Metrôpoles Paulistas - População, vulnerabilidade e segregação", ed. 1, NEPO/UNICAMP. Campinas, 2006
- MUÑOZ, Francesc. *Urbanización. Paisajes comunes, lugares globales*. Ed. Gustavo Gili, SL, Barcelona. 2008.
- PIRES, Mário. *Valinhos – Tempo e Espaço*. História do Município. Valinhos-SP, 2000.
- QUEIROGA, Eugênio. *A Megalópole e a Praça: o espaço entre a razão de dominação e a ação comunicativa*. Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo, São Paulo-SP, 2001.

QUEIROGA, Eugênio. *Espacialidades da Esfera Pública na Urbanização Contemporânea: O Caso da Megalópole do Sudeste*. In: KAHTOUNI, Saide; MAGNOLI, Miranda; TOMINAGA, Yasuko. *Discutindo a Paisagem*. RiMa, São Carlos, 2006.

REIS, Nestor Goulart. *Notas sobre urbanização dispersa e novas formas de tecido urbano*. LAP/FAPESP/Via das Artes. São Paulo, 2006.

ROLNIK, Raquel. *A Cidade e a Lei. Legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo*. São Paulo. Studio Nobel, FAPESP. 2003

SASSEN, Saskia. *As diferentes especializações das cidades globais*. In *Arquitextos 103*, disponível em www.vitruvius.com.br

SCHICCHI, Maria Cristina; MACHADO, Denise B. Pinheiro. *Urbanismo: dossiê São Paulo - Rio de Janeiro*. Campinas: PUC/PROURB, 2003.

SCHNEIDER, Ingrid. *Confrontos e Dificuldades na Implementação dos Instrumentos Urbanísticos Propostos nos Planos Diretores Municipais de Campinas na Década de 90*. Dissertação de Mestrado – Universidade de São Paulo. São Paulo, 2002.

SCIOTA, Alessandra A. *Urbanização e Apropriação de espaço: subsídio para o planejamento de Valinhos*. Dissertação de Mestrado – IPT. 2002.

SENNETT, Richard. *O Declínio do Homem Público: as tiranias da intimidade*. Tradução: Lygia Araújo Watanabe — São Paulo; Companhia das Letras, 1988.

SERPA, Ângelo. *O Espaço Público na cidade Contemporânea*. Ed. Contexto, São Paulo, 2007.

SIMÃO, Maria Cristina Rocha. *Preservação do patrimônio cultural em cidades*. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

SOLA-MORALES, M. *Espaços públicos e espaços coletivos*. In *Os Centros das Metrópoles: reflexões e propostas para a cidade democrática do século XXI*. ALMEIDA, Marco A. R. ; MEYER, Regina M. P. (coords). Associação Viva o Centro; Editora Terceiro Nome; Imprensa Oficial, São Paulo, 2001.

SPADACCIA, José. *História de Valinhos e Outros Escritos*. Memórias, Biografias, Crônicas, Contos. Valinhos-SP, 1985.

_____ *Monografia Histórica de Valinhos*. Valinhos-SP, 1988.

_____ *Relembrações da História de Valinhos*. Valinhos-SP, 1990.

VARGAS, Heliana Comin, CASTILHO, Ana Luisa Howard de. *Intervenções em centros urbanos. Objetivos, estratégias e resultados*. São Paulo: Editora Manole, 2003.

VEDANA, Viviane. *Mercados de rua e feiras livres como patrimônio etnológico: um ensaio sobre as trocas sociais de mercado como patê da memória coletiva da cidade moderno-contemporânea*. In. FRANÇA, Maria Cristina C. de C.; LOPES, Cícero Galeno; BERND, Zilá. *Patrimônios Memoriais: Identidades, práticas sociais e cibercultura*. Porto Alegre: Movimento, Canoas: Unisalle, 2010.

VILLAÇA, Flávio. *Espaço Intra-Urbano no Brasil*. Studio Nobel/FAPESP/Lincoln Institute. São Paulo, 1998.

ZACHARIASEN, Catherine Bidou. *De Volta à Cidade. Dos processos de gentrificação às políticas de revitalização dos centros urbanos*. Annablume. São Paulo, 2006.

ZANCHETI, Sívio Mendes; DOURADO, Catarina; CAVALCANTI, Fábio; LIRA, Flaviana; PICCOLO, Rosane. *Da autenticidade nas cartas patrimoniais ao reconhecimento das suas dimensões na cidade*. Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada. Olinda, 2008.

ZUKIN, Sharon. *Paisagens Urbanas pós-modernas: mapeando cultura e poder*. In. ARANTES, Antonio Augusto. *O espaço da diferença*. Campinas, SP: Papirus, 2000.

DOCUMENTOS CONSULTADOS

Memorial do Centenário. Câmara Municipal de Valinhos. Valinhos, 1996.

Prefeitura Municipal de Valinhos. *Memorial Descritivo do Projeto Centro*. Valinhos, São Paulo. 1991

Prefeitura Municipal de Valinhos. *Plano Diretor de 1971*. Valinhos, São Paulo. 1991

Guia Informativo e Turístico de Valinhos, 1984.

LEGISLAÇÃO CONSULTADA

Lei nº 10.257 de 2001 (Estatuto da Cidade)

Lei nº 1.142 de 1973 (Zoneamento I de Valinhos). *Prefeitura Municipal de Valinhos. Valinhos, 1973.*

Lei nº 2.979 de 1996 (Zoneamento II de Valinhos). *Prefeitura Municipal de Valinhos. Valinhos, 1996.*

Lei nº 4.186 de 2007 (Zoneamento III de Valinhos). *Prefeitura Municipal de Valinhos. Valinhos, 2007.*

Lei 1.020 de 30 de Dezembro de 1971 (Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado do Município de Valinhos). *Prefeitura Municipal de Valinhos. Valinhos, 1971.*

Lei 2.976 de 16 de Julho de 1996 (Plano Diretor II de Valinhos). *Prefeitura Municipal de Valinhos. Valinhos, 1996.*

Lei 3.841 de 21 de Dezembro de 2004 (Plano Diretor III de Valinhos). *Prefeitura Municipal de Valinhos. Valinhos, 2004.*

SITES CONSULTADOS

AGEMCAMP: www.agemcamp.sp.gov.br

Associação Comercial e Industrial de Valinhos: www.acivonline.com.br

Câmara Municipal de Valinhos: www.camaravalinhos.sp.gov.br

EMPLASA: www.emplasa.sp.gov.br

IBGE: www.ibge.com.br

IPHAN: <http://portal.iphan.gov.br>

Jornal de Valinhos: www.jornaldevalinhos.com.br

NEPO: www.nepo.unicamp.br

Prefeitura Municipal de Valinhos: www.valinhos.sp.gov.br

Secretaria de Cultura do Estado de São Paulo: www.cultura.sp.gov.br

INSTITUIÇÕES PÚBLICAS CONSULTADAS

Centro de Memória da Unicamp

Prefeitura Municipal de Valinhos

Secretaria de Cultura

Secretaria da Fazenda

Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente

Secretaria de Patrimônio e Arquivos Públicos

Biblioteca Pública Municipal Dr. Mário Correa Lousada

Câmara Municipal de Valinhos

Museu de Valinhos "Haroldo Ângelo Pazzinatto"

Centro de Ciências, Letras e Artes de Campinas

INSTITUIÇÕES PRIVADAS CONSULTADAS

Azevedo Leite & Leite Associados – Escritório de Arquitetura

6.2. BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

AMORIM, Luiz; Cristiana Griz. *Urbanismo, Patrimônio, Sociedade*. Olinda, PE: Livro Rápido, 2008.

ARANTES, Otilia Beatriz Fiori. *O lugar da arquitetura depois dos modernos*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995.

ARANTES, Pedro Fiori. *As políticas urbanas do Banco Mundial e do BID: coerção, consentimentos e internalização da dominação*. In: *Arquiteses 2. Cidade: Impasse e perspectivas*. GITAHY, Maria Lúcia Caira. LIRA, José Tavares de (orgs). São Paulo: FAU/AnnaBlume/FUPAM, 2007.

BEVERIDGE, Charles E.; ROCHELEAU, Paul. *Frederick Law Olmsted: Designing the American Landscape*. Rizzoli, New York, 1995.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. *Imagens do poder e da sociedade*. In: *A Política dos outros. O cotidiano dos Moradores da Periferia e o que Pensam do Poder e dos Poderosos*. São Paulo: Editora Brasilense, 1984.

_____ *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: Editora 34/Edusp, 2000.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. *Espaço-tempo na metrópole*. São Paulo: Contexto, 2001.

CHAUÍ, Marilena de Souza. *Convite à Filosofia*. 11 Ed. São Paulo: Ática, 1999.

CHOAY, Françoise. *O Urbanismo*. Editora Perspectiva, São Paulo, 1979.

_____ *A regra e o modelo*. Editora Perspectiva, São Paulo, 1981

_____ *A alegoria do Patrimônio*. Tradução de Luciano Vieira Machado. São Paulo: Estação Liberdade/Editora Unesp, 2001.

COLQUHOUN, Alan. *Modernidade e Tradição Clássica. Ensaios sobre arquitetura 1980-87*. Tradução Christiane Brito. São Paulo: Cosac & Naify, 2004.

DAL CO, Francesco. *De los parques a la región. Ideología progressista y reforma de la ciudad americana*. In *La Ciudad Americana, da guerra civil ao New Deal*. Barcelona. Gustavo Gilli, 1975.

FONSECA, Maria Cecília Londres. *O Patrimônio em Processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. Editora UFRJ / MinC – Iphan. Rio de Janeiro, 2005.

FRÚGOLI JR, Heitor. *São Paulo: espaços públicos e interação social*. São Paulo: marco zero, 1995

_____ ANDRADE, Luciana Teixeira, PEIXOTO, Fernanda Arêas (organizadores). *As cidades e seus agentes: práticas e representações*. Belo Horizonte: PUC-Minas/Edusp, 2006.

GAZZOLA, Pietro. *The Past in the Future*. Roma: ICCROM, 1975

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. *A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/ Ministério da Cultura/ IPHAN, 2002.

GITAHY, Maria Lúcia Caira, LIRA, José Tavares Correia (Org.). *CIDADE: Impasses e perspectivas*. ARQUITESES. São Paulo:FAU/Annablume/FUPAM, 2007.

JACOBS, Jane. *Morte e vida nas grandes cidades*. Nobel, 2000.

KUHN, Thomas. *A estrutura das revoluções científicas*. 3 Ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 1991.

LEME, Maria Cristina da Silva (coord.). *Urbanismo no Brasil 1895 – 1965*. Editora Nobel/Fupam. São Paulo, 1999.

LEMOS, Carlos Alberto Cerqueira. *O que é Patrimônio Histórico*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

MARX, Vanessa. *Las ciudades en la globalización*. Arquitectura Revista v.2. Barcelona.2006

_____ *Originalidade, autenticidade, identidade, valor documental*. Arqtextos, São Paulo, 07.082. Vitruvius, mar 2007.

LUCHIARI, Maria Tereza Duarte Paes. *A reinvenção do patrimônio arquitetônico no consumo das cidades*. GEOUSP – Espaço e Tempo, São Paulo n.17, PP 95-105, 2005.

MAYUMI, Lia. *Monumento e Autenticidade. A preservação do patrimônio arquitetônico no Brasil e no Japão*. São Paulo: FAUUSP, 1999. Dissertação de Mestrado.

MCKELVEY, Blake. *The Urbanization of America. 1860 – 1915*. Rutgers University Press, New Brunswick, New Jersey, 1963.

MOTTA, Lia. *A apropriação do patrimônio urbano: Do estético-estilístico nacional ao consumo visual global*. In: O espaço da diferença. ARANTES, Antonio Augusto (org). Campinas, SP. Papirus, 2000.

QUEIROGA, Eugênio F.; BENFATTI, Dênio M. *Entre o Nó e a Rede, dialéticas espaciais contemporâneas: o caso da Metrópole de Campinas diante da Megalópole do Sudeste do Brasil*. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais (ANPUR), v. 9, 2007 p. 41-52.

RAMON, Fernando. *La ideologia urbanística*. 2 Ed. Madrid: Alberto Corazon Editor, 1974.

RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz, PECHMAN, Robert (Organizadores). *Cidade, povo e nação: gênese do urbanismo moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

_____LAGO, Luciana Corrêa do, AZEVEDO, Sérgio de (Colaboradores). *Metrópoles: entre a coesão e a fragmentação, a cooperação e o conflito*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo; Rio de Janeiro: FASE- Federação de Rogaos para Asistencia Social e Educacional, 2004.

SCHENK, Luciana B. M. *Arquitetura da Paisagem: entre o Pictoresco, Olmsted e o Moderno*. Tese de Doutorado – Escola de Engenharia São Carlos – Universidade de São Paulo. São Paulo, 2008.

SCHUYLER, David. "The New Urban Landscape. The Redefinition of City Form in Nineteenth-Century America". The Johns Hopkins University Press: Baltimore and London. 1986.

SEGAWA, Hugo. *Ao amor do público: jardins no Brasil*. Studio Nobel, FAPESP. São Paulo, 1996.

SILVA, Armando. *Imaginários Urbanos*. São Paulo: Perspectiva. Bogotá, Col: Convenio Andres Bello, 2001.

SILVA, José Afonso da. *Direito Urbanístico Brasileiro*. São Paulo: Malheiros Editores, 2008.

SOUZA, Maria Adélia. *A metrópole global: uma reflexão sobre o espaço intrametropolitano*. São Paulo em Perspectiva – Revista da Fundação SEADE. São Paulo. Vol.9, n.2, abr, jun. 1995.

YIN, Robert K. *Case Study research: design and methods*. 3. ed. Thousand Oaks/London) New Delhi: SAGE Publications, 2003.

7. ANEXOS

7.1 JORNAIS

Folha de Valinhos, Maio de 1991

Valinhos Ontem e Hoje



Ontem

Vista da Praça São Sebastião no ano de 1948. Ao longo dos anos foram construídas casas e estabelecimentos de vendas como lojas e botequins. A exemplo de outras ruas, a Praça São Sebastião que levou esse nome através de designação do próprio povo.



Hoje

Hoje a Largo São Sebastião, apesar de modificada ainda conserva muitas características daquela época. Existem ainda algumas casas que foram conservadas, como a casa do pároco, a segunda casa do lado esquerdo da praça.



*Folha de Valinhos
Maio, 1991*



Passados 57 anos, 7 párocos passaram pela Matriz de São Sebastião, entre eles o padre Bruno Nardini que foi o fundador da Festa do Figo, contribuindo muito para o progresso agrícola da cidade. Hoje, a Matriz tem como pároco o padre João Luiz Fávero, que chegou a Valinhos em 1990, e que trouxe de volta muitas antigas tradições como

VALINHOS, 04 DE OUTUBRO DE 2003

Valinhos lança projeto para revitalização do centro

A Prefeitura de Valinhos, em conjunto com a Associação Comercial, lançou, na quinta-feira, 2, o projeto de revitalização do centro da cidade. O evento foi na Ponte Santa Tereza e contou com a presença de 400 convidados, entre eles o prefeito Vítorio Harbento Amazzari, do presidente da ACIV Amélio Borin Jardim, dos vereadores Manoel Casella Carvalho, Adriano Magrini, Odeirson de Brito e Clayton Machado, do vice-prefeito Manoel Souza Perado, do presidente da DAEV Luiz Mayr Neto, secretários e diretores municipais e diretores da ACIV.

O secretário de Desenvolvimento Econômico, André Luiz dos Reis, fez a apresentação do projeto Vida Nova ao Centro. "O projeto de revitalização do centro da cidade, mas que melhora a relação comércio/consumo, visa sobretudo humanizar as relações cotidianas de quem vive, trabalha e utiliza o centro da cidade", explicou o secretário.

Além disso, terão início também obras e intervenções no sistema

corredores comerciais através de iniciativas conjuntas entre o Poder Público e a iniciativa privada. "Queremos resgatar o significado que o centro da cidade possui para a história de Valinhos e para seus cidadãos. Temos aqui uma das áreas distintas e nosso objetivo é que cada comerciante se envolva diretamente no projeto", afirmou o prefeito Vítorio Amazzari.

Para o presidente da ACIV, Lelo Borin, a iniciativa é algo que a própria Associação já esperava e, se houver efetivamente o envolvimento do poder público e de todos os comerciantes interessados, o Projeto Centro sem dúvida ganhará um novo fôlego. "Precisamos usar de todos os meios e iniciativas, para valorizar o comércio local e para que o comerciante também se sinta valorizado e fortalecido", afirmou.

O projeto será realizado em sete etapas. A primeira fase tem início já neste mês de outubro e visa preparar a cidade para as festas de fim de ano, a Prefeitura que colobar nas ruas centrais e nos corredores comerciais 1 milhão de luzes de Natal, transformando Valinhos num referencial turístico para a região. Além disso, terão início também obras e intervenções no sistema

vitório central e o início da construção do Terminal Metropolitano. Na segunda fase, entre outras, está a proposta de recuperação dos prédios e espaços públicos e estimular os comerciantes a ocuparem os terrenos e as fachadas de seus estabelecimentos. Em um terceiro momento haverá a implantação definitiva do Projeto City Tour.

Para estimular, valorizar e sensibilizar todos aqueles que estarão diretamente e indiretamente envolvidos no Projeto Centro - Vida Nova ao Centro da Cidade, a Secretaria de Desenvolvimento Econômico e a Associação Comercial e Industrial de Valinhos (ACIV), trouxeram para Valinhos o jornalista Carlos Nascimento.

O jornalista foi convidado para falar sobre "a força do interior paulista". Em sua palestra o jornalista Carlos Nascimento, que diariamente apresenta o Jornal Hoje da Rede Globo e que dirige a Agência Interior de Informação Jornalística, falou sobre o potencial do interior Paulista e o futuro dessa região brasileira que se transformará num território internacional para empresas, tecnologia, negócios, serviços, indústria e comércio e que é hoje a região economicamente mais importante do País.

Carlos Nascimento também abordou aspectos diretamente ligados à Região Metropolitana de Campinas (RMC), fornecendo dados e informações para todos aqueles que aqui vivem e trabalham. Também deu destaque especial ao papel que cada cidade possui na potencialização da sua economia e a importância de iniciativas que valorizem e reafirmem a identidade e a cultura local. Segundo Nascimento o interior já recebe mais investimentos do que a



Um grande público, ao todo 400 pessoas, prestigiou a palestra de Nascimento e o lançamento do Projeto Vida Nova ao Centro da Cidade.



Capital e a Região Metropolitana de São Paulo. "Com essa perspectiva de crescer e se desenvolver, a região precisa se preparar para manter e elevar a qualidade de vida, a mobilidade e os recursos urbanos ou incorporados nos mesmos erros cometidos na grande São Paulo e outras regiões metropolitanas do Brasil", disse.



O jornalista Carlos Nascimento chegou a iniciativa da Prefeitura de ACIV de revitalizar o centro da cidade. "É importante dar condições urbanas para valorizar a cidade e a sua comunidade", afirmou.

Correio de Valinhos, 18 de Maio de 2000

Quinta, 18 de Maio de 2000

Tess "abandona" construção da praça da Av. dos Esportes

A proposta de reforma da praça da Av. dos Esportes em Valinhos, a Prefeitura de Valinhos, abandonou a construção e urbanização do centro da Avenida dos Esportes antes de sua conclusão. Funcionários da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos (SEOU) da Prefeitura ainda trabalham na programação de obras, incluindo o que foi deixado pela empreiteira contratada para a reforma da praça.

O contrato de parceria assinado e assinado por Tess para a reforma da praça foi assinado em 1999, mas não foi executado. Tess não pagou as parcelas de R\$ 10 milhões previstas no contrato. A Prefeitura não pagou as parcelas de R\$ 10 milhões previstas no contrato. A Prefeitura não pagou as parcelas de R\$ 10 milhões previstas no contrato.

de dos Esportes. A terra foi vendida, mas a praça não foi construída. No mesmo dia, a Prefeitura não pagou as parcelas de R\$ 10 milhões previstas no contrato. A Prefeitura não pagou as parcelas de R\$ 10 milhões previstas no contrato.

Com o contrato público, a Prefeitura está investindo o que foi deixado para Tess. Na manhã de ontem, por exemplo, máquinas niveladoras e caminhões trabalharam no estacionamento ao lado da Unidade Central de Saúde - Próto-Socorro, a própria prefeitura. Em vista recente, funcionários públicos se plantaram de manhã.

Na frente ao Posto Tuf, na manhã de terça-feira, mais de

20 funcionários da Prefeitura começaram a trabalhar na construção de um estacionamento, que deverá ser entregue ao Conselho de Convivência Brasil 500 Anos, dado através do L. Essa obra está sendo realizada, na área que a Prefeitura havia adquirido para urbanização.

Na área de lançamento de obra, no dia 2 de abril de 1999, o diretor de operações da Tess, José Cláudio Alves Pereira, disse que era um uma parceria entre a Prefeitura e a Tess, envolvendo investimento da grande empreiteira, que mantinha o controle da obra no município.

Seus responsáveis. A reportagem do Jornal Correio de Valinhos entrou em contato com o diretor de operações da Tess, inclusive com o responsável por obras, que não falou



Os trabalhos da Prefeitura, no estacionamento ao lado da Unidade Central de Saúde

seus responsáveis. A reportagem do Jornal Correio de Valinhos entrou em contato com o diretor de operações da Tess, inclusive com o responsável por obras, que não falou

A Associação de Trabalhadores da Prefeitura de Valinhos também foi questionada sobre a obra, através de entrevista e proposta por escrito, mas não

respondeu. O hall da escola em Valinhos programada com a reforma da praça, apesar de ter sido assinado por Tess, não foi executado.

Praça da Av. dos Esportes vai se chamar Centro de Convivência Brasil 500 Anos

O projeto de reforma da praça da Av. dos Esportes em Valinhos vai se chamar Centro de Convivência Brasil 500 Anos. O projeto de reforma da praça da Av. dos Esportes em Valinhos vai se chamar Centro de Convivência Brasil 500 Anos. O projeto de reforma da praça da Av. dos Esportes em Valinhos vai se chamar Centro de Convivência Brasil 500 Anos.

Região Pública o projeto de reforma da praça da Av. dos Esportes em Valinhos vai se chamar Centro de Convivência Brasil 500 Anos. O projeto de reforma da praça da Av. dos Esportes em Valinhos vai se chamar Centro de Convivência Brasil 500 Anos.

Em cada uma das quatro quadras do estacionamento, com as obras, serão aplicados os projetos de R\$ 10 milhões e o Brasil do Município de Valinhos, entre

Maquete do "Calçadão" exposta a partir de hoje na Rodoviária



Vista parcial da maquete do 'projeto Centro' mostrando o encontro do 'calçadão' da rua Antonio Carlos com o largo São Sebastião em seu novo visual.

Quem circular pela Rodoviária a partir de hoje vai poder conhecer bem de perto detalhe por detalhe o 'Projeto Centro' mais conhecido como: "Calçadão". Tudo que vai ocorrer na área central da cidade em termos de remodelação, está identificado na maquete que mede 2,00 metros de comprimento por 1,70 metros de largura.

Com a maquete, os arquitetos Maria Amélia e Ricardo Leite, esperam abastecer ainda mais o morador de Valinhos com novas informações sobre esse projeto, que visa, segundo os arquitetos, "simplesmente oferecer um lugar seguro, confortável e gostoso onde a prioridade seja o ser humano. Queremos humanizar o centro comercial, uma situação que antes não era vivenciada pelas pessoas, já que elas eram obrigadas a conviver com o barulho do ônibus e caminhões, poluição e a falta de segurança".

Nessa linha, o prefeito Marcos tem também uma posição semelhante. Para ele, "não deu para entender o motivo de tanto barulho feito

contra o "projeto Centro", pois nada mais vai ser feito a não ser aumentar a calçada, ampliando a área de trânsito para o pedestre, aumentar as áreas verdes do centro dando mais oportunidade de lazer e descanso aos transeuntes e aumentar a segurança de quem passa pelo centro, retirando o tráfego pesado de caminhões e ônibus.

Novo visual

A forma como o Centro irá ficar após a conclusão das obras poderá ser conferida com detalhes na maquete exposta na Rodoviária. A 1ª fase está quase pronta, faltando agora a parte de paisagismo, que já se iniciou, o acerto de paralelepípedos e limpeza geral.

O público vai poder ver principalmente como será o "calçadão" depois de concluído, o Largo São Sebastião, que será uma grande praça, haverá espaço para as atividades culturais e artísticas relembrando o antigo coreto, e assim resgatar a memória artística da cidade.

além de flores, posto policial, telefônico e muito verde.

Outro ponto da cidade e que está há muito tempo esquecido em termos de remodelação é o da rua 21 de Dezembro onde fica o Cine Saturno. Ali, bem na esquina do cinema será construída mais uma praça iluminada e urbanizada que, dentro da mesma filosofia do "calçadão", espera tornar aquele local mais "vivo".

Verde

Quem for ver a maquete vai notar um centro comercial verde e bastante florido. Este é um outro ponto importante do projeto. Muitas árvores serão plantadas ao longo da rua Antonio Carlos, nas duas laterais, na Cândido Ferreira e em todas as demais transversais.

Depois de conhecer a maquete a pessoa pode ir conferir na prática a obra em si ao lado da Transportadora Ladema onde está se concluindo a 1ª fase.

VALINHOS, 20 DE MAIO DE 2000 Página 2

FOLHA DE VALINHOS

Cidade ganha novo espaço para lazer e esportes
□ O Centro de Convivência Brasil 500 anos reflete um novo conceito de praça

O conjunto de praça do centro central da Avenida dos Esportes vai receber o nome de Centro de Convivência Brasil 500 Anos. O projeto Vácuo Antunes criou projeto à Câmara dos Vereadores propôs a denominação de área. O termo Centro de Convivência reflete novo conceito de praça implantado na atual administração. "Centro o próprio nome diz, o Centro de Convivência será um local de convivência onde os moradores vão se encontrar para conversar, fazer esportes, andar de bicicleta, patinar e desfrutar de lazer. Sem uma praça viva, como se que inauguramos no Jardim Concreto e Maria Rosa", explica o prefeito.

Como forma de marcar a passagem dos 500 Anos de Brasil, além do nome, o Centro de Convivência vai receber um monumento. Ele será construído no local localizado no encontro da rua Rui Barbosa com Avenida dos Esportes. Com o conceito do artista Roque Palácio e projeto do arquiteto Valmir Antunes dos Santos, secretário de Planejamento e Meio Ambiente, o monumento será um obelisco de 10 metros de altura e base de 2,5 por 2,5 metros.

Em cada uma das quatro faces do monumento, construído em argamassa sobre estrutura metálica, serão aplicados um mapa do Brasil e o Brasil do Município de Valinhos, ambos em relevo. O balho vai receber um jardim ornamentado com plantas verdes e amarelas, numa referência ao com da Bandeira, além de iluminação e passeio em mosaico português. O Centro de Convivência vai se ligar à Rodovia Comendador Guilherme Mamprim, que vai receber 500 mudas de árvore pau-brasil, formando assim um "corredor" de homenagem aos 500 Anos de Brasil.

Além do balho, a Secretaria de Obras e Serviços Urbanos continua trabalhando na urbanização dos demais trechos do centro da Avenida dos Esportes, localizada entre a rua Rui Barbosa e na Dona João VI. Entre a rua Rui Barbosa e a Avenida Joaquim Alves Cordeiro serão construídas duas praças internas. Em trecho de canteiro também vai oferecer passeio público interno, bancos e 18 vagas de estacionamento. No trecho entre a Avenida Joaquim Alves Cordeiro e Dona João VI, serão oferecidas 25 vagas para estacionamento, com oito praças de lado da avenida.

A SOSU concluiu o serviço de assentamento de guias de rua e de jardim e cabotagem de postes com luminárias de 400w. Está sendo executada instalação de alarcs para fiação elétrica, colocação de mosaico português, preparação de terreno para receber grama e pavimentação dos bobôes de estacionamento.



A denominação do conjunto de praça homenagem ao 500 anos do Brasil

Quinta, 18 de Maio de 2000

Tess "abandona" construção da praça da Av. dos Esportes

A empresa de telefonia Tess S/A descumpriu o contrato de parceria firmado com a Prefeitura e o Departamento de Água e Esgoto de Valinhos, abandonando a construção e urbanização do centro central da Avenida dos Esportes antes de sua conclusão. Funcionários da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos (SOSU) da Prefeitura estão trabalhando na praça nas últimas semanas, realizando o que foi deixado pela empreiteira contratada através da empresa de telefonia.

O contrato de parceria concedeu a permissão por 10 anos para a Tess utilizar três áreas públicas para instalação de estações de rádio-base no município, melhorando assim o atendimento para os usuários do celular digital TDMA. Em troca, ela deveria recuperar a calçada d'água (tore) do Canteiro e urbanizar a Avenida dos Esportes. A obra foi concluída, mas a praça não.

No época do lançamento da obra, a assessoria de imprensa da Tess informou que o projeto incluía a implantação de diversas benfeitorias, entre elas bobôes de estacionamento com 140 vagas, equipamentos de ginástica, playground, bancos e lixeiras, ringue de patinação, ciclovia, iluminação e obras de paisagismo.

Com dinheiro público, a Prefeitura está terminando o que foi deixado para trás. Na manhã de ontem, por exemplo, máquinas niveladoras e caminhões trabalhavam no estacionamento ao lado da Unidade Central de Saúde - Pronto Socorro, e a própria primeira-dama, Marlene Antoniazzi, foi vista orientando funcionários públicos no plantio de flores e plantas.

Na frente ao Posto Tuf, na manhã de terça-feira, mais de 20 funcionários da Prefeitura concentravam-se na construção de um monumento, que deverá ser comemorativo à denominação de Centro de Convivência Brasil 500 Anos, dado através de lei. Esta obra está sendo realizada na área que a Prefeitura ficou responsável pela urbanização.

No ato de lançamento da obra, no dia 12 de abril de 1999, o diretor de operações da Tess, José Cláudio Alves Pereira, disse que essa era uma parceria inédita da empresa na região, envolvendo investimentos de grande proporção, "que mostrava o interesse da empresa no município".

Sem respostas

A reportagem do **Jornal Correio de Valinhos** entrou inúmeras vezes em contato com a assessoria de imprensa da Tess, inclusive enviando perguntas por escrito, mas não houve nenhum pronunciamento até o fechamento desta edição. Segundo uma assessora, a diretoria estava "tratando do assunto com mais cuidado".

A Assessoria de Imprensa da Prefeitura de Valinhos também foi questionada sobre a obra, através de telefone e perguntas por escrito, mas informou que não ficava tempo para responder, apesar da reportagem ter enviado as perguntas com mais de 24 horas de antecedência.



Os cuminhos da Prefeitura, no estacionamento ao lado da Unidade Central de Saúde

Praça da Av. dos Esportes vai se chamar Centro de Convivência Brasil 500 Anos

O conjunto de praça do centro central da Avenida dos Esportes vai receber o nome de Centro de Convivência Brasil 500 Anos. Como forma de marcar a passagem dos 500 Anos de Brasil, além do nome, o Centro de Convivência vai receber um monumento. Ele será construído no local localizado no encontro da rua Rui Barbosa com Avenida dos Esportes. Com o conceito do artista Roque Palácio e projeto do arquiteto Valmir Antunes dos Santos, secretário de Planejamento e Meio Ambiente, o monumento será um obelisco de 10 metros de altura e base de 2,5 por 2,5 metros.

Em cada uma das quatro faces do monumento, construído em argamassa sobre estrutura metálica, serão aplicados um mapa do Brasil e o Brasil do Município de Valinhos, ambos em relevo. O balho vai receber um jardim ornamentado com plantas verdes e amarelas, numa referência ao com da Bandeira, além de iluminação e passeio em mosaico português. O Centro de Convivência vai se ligar à Rodovia Comendador Guilherme Mamprim, que vai receber 500 mudas de árvore pau-brasil, formando assim um "corredor" de homenagem aos 500 Anos de Brasil.

Coluna do BEPE José Spadaccia
Ex-prefeito e fundador da Santa Casa

A história da Chácara Ribeiro

Quem me ofereceu a inspiração para escrever esta crônica foi a notável escritora e jornalista Célia Siqueira Farjallat, do Correio Popular de Campinas, que, no dia 29 de agosto falou sobre o aniversário do jornal que completa hoje, 4 de setembro, 70 anos de vida, fazendo-me retroceder este largo espaço de tempo na história, pois sou um assíduo leitor do jornal desde aquela remota data, quando eu tinha apenas 14 anos de idade, acreditando assim ser eu um dos mais antigos leitores do jornal, que sempre se destacou como o principal órgão da imprensa campineira e era através da sua leitura que eu, na adolescência, já fãtico pelo futebol ficava sabendo os resultados dos jogos do Guarani e da Ponte Preta, assim como através de o "Estado de São Paulo" sabia o resultado dos jogos do Palestra Itália do qual eu era torcedor, naquele tempo quando ainda não existiam o rádio e a televisão e a principal razão desta crônica que vamos explicar a seguir a importância que teve uma transação efetuada por mim quando exercia o cargo de Prefeito de Valinhos com a família do Dr. Alvaro Ribeiro que possuía uma chácara que se chamava Chácara Ribeiro localizada em — a porta de entrada da Companhia Gessy Lever, com uma área aproximada de 50 mil m², no meio da qual se fazia necessária a passagem da Avenida 15 de Novembro que daria acesso a Auto Estrada Valinhos Campinas construída durante o meu mandato de Prefeito.

Pois bem, os nossos entendimentos com a Família Ribeiro foram concluídos num ambiente de absoluta cordialidade resultando deste entendimento pessoal, sem necessidade de desapropriação, a instalação na Chácara Ribeiro da praça que ficou denominado Washington Luiz, a maior da cidade, e simultaneamente aconteceu a doação de outra área da chácara onde foi construído o Grupo Escolar Antonio Alves Aranha que é também o maior prédio escolar do município. Foi dessa praça que começou a Av. D. Nery completando a ligação do centro de Valinhos com o

centro de Campinas cuja pista foi transformada num autêntico corredor e é bom ficar esclarecido que todas estas negociações e entendimentos não custaram nada para os cofres municipais se constituindo numa grande contribuição para a urbanização e o progresso do Município de Valinhos.

E voltando ao aniversário do Correio Popular, venho acompanhando o seu desenvolvimento desde aquela remota data lendo com muito prazer as crônicas dos mais antigos cronistas do jornal lembrando-me de Odilon Nogueira Mattos, Julio Mariano, Ferdinando Panatoni, Nelson Omegaia, Tasso e Pedro de Magalhães, Francisco Ribeiro Sampaio, José Vilagelin Neto, estes 5 últimos foram vereadores meus companheiros na Câmara Municipal de Campinas no período de 1948 à 1952, há 50 anos, e até hoje continuo lendo diariamente as excelentes crônicas da Célia Siqueira Farjallat, uma incansável colaboradora do Jornal com seu trabalho constante e nunca esquecendo as magníficas e interessantes crônicas do Cecilio Elias Neto e as imperdíveis do Moacir Castro, que enfeitam o jornal, além daquelas do meu amigo J. Toledo com a maioria das suas crônicas repletas de palavras complicadas, que só consigo decifrar apoiado em um dicionário sempre ao meu lado porque a minha escolaridade foi muito limitada, reduzida ao curso primário, que naqueles áureos tempos eram apenas de 4 anos de aulas e devo confessar que o aprendizado que me proporcionou a oportunidade de ocupar vários cargos de importância e de responsabilidade se constituiu e teve seus alicerces na prática da leitura de jornais, principalmente o Correio, o Estadão e de alguns livros adequados. Venho ficando por aqui afirmando que a história da Chácara Ribeiro ainda não terminou devendo voltar brevemente com outro capítulo muito importante e prometendo incluí-la no meu 6º livro sobre a história de Valinhos que já tem o título de "Memórias do Bepe aos 85"

CORREIO DE VALINHOS
Quinta, 13 de Abril de 2000

A verdade sobre a Praça Washington Luiz

A história da instalação da Praça Washington Luiz foi completamente deturpada, pois desde o mesmo foi adquirida no mandato do prefeito Bepe Spadaccia, no ano de 1959, dos seus proprietários que foram o Tomaz Ribeiro e Dr. Alvaro Ribeiro (fundador do hospital infantil Alvaro Ribeiro e fundador do Correio Popular de Campinas), com uma área aproximada de 60 mil m² que foi transformada num lindo jardim com o nome Jardim Ribeiro, em cuja área foi construído o Grupo Escolar Antonio Alves Aranha em convênio com o Governo do Estado, o senhor de diversas ruas, Francisco Gliedón, Il. de Agostini, Itália, Ana Leônida do Amaral Canagão e José Botelho, e a principal avenida D. Nery, que explicamos adiante.

Infelizmente o prefeito Jerônimo, de 1963 à 1966, sucessor do Bepe na prefeitura, resolveu destruir a maravilhosa obra ecológica, eliminando árvores seculares, transformando a mesma esquadra sem graça e colocaram um busto do Getúlio Vargas, líder dos pechoteiros, mesmo em frente da portaria da Gessy para agradar seus funcionários.

Aliás, essa área destruída e não reconstruída é destruída da Mata da Tapera que o Bepe tinha comprado para transformá-la no "bosque dos jacuzibás" de Valinhos, além de impedir a construção do hospital da Santa Casa, que estava em andamento, e os detalhes deste importante assunto estão no 3º livro que será lançado brevemente, no capítulo denominado "A espirita dorsal de Valinhos", que trata a ligação de Valinhos até Campinas, começado com o lançamento das ruas 12 de Outubro, 3 de Setembro e 15 de Novembro e abertura da avenida D. Nery, que começa na conhecida Praça para chegar na auto-estrada que o prefeito e o governador tinham acabado de construir, a facilitar a chegada à Santa Casa, que estava sendo construída, tudo isso comprovado com documentos e fotografias colacionadas na exposição fotográfica, que está acontecendo no saguão do antigo Cine Saturno. É bom ir torcer...

Folha verifica denúncia sobre a praça

Uma denúncia anônima de que os pontos da praça Washington Luiz não estavam sendo mais alimentados pela Prefeitura, levou a reportagem da Folha até aquele lugar para constatar o fato. Na verdade, o que está acontecendo é que a Prefeitura reduziu a alimentação das aves para apenas uma refeição diária ao invés de duas, como vinha acontecendo.

O que pôde ser verificado ainda, além da questão da alimentação, é que os pontos possuem uma grande sujeira, principalmente junto aos sanitários, onde está o banheiro, e próximo ao playground onde brincam as crianças, com muitas fezes de animais em cima das areias, pois, apesar de ser cercada no aspecto estrutural, a Praça Washington Luiz continua sendo o melhor lugar para a prática de lazer no centro da cidade.

É oportuno lembrar que em outros tempos a Praça Washington Luiz era um dos pontos da cidade, com águas coloridas pelas luzes das fontes que jorravam em profusão, fazendo a alegria dos valinenses e dos visitantes. Foi lá que tiveram lugar grandes acontecimentos festivos



O pombeiro está próximo ao playground

para a praça, pois no entanto abandonou em que se encontra, com a fonte e os espelhos d'água completamente desativados, já não se presta para o principal objetivo que é o de reunir famílias, jovens, crianças e adultos, como ocorria em outros tempos, criando espaços para margens, atividades e desconspando que por ali permanecem. A este manifestamos nossa espécie de Moral Drive, conforme pode ser constatado.

Quanto a questão dos pontos, é bom lembrar que apesar dos seus vãos elegantes, da tradicional poesia que se respira em suas praças, elas não são um lugar para a saúde, pois, através das suas fezes as aves formam-se fezes que originam terrível doença. Como a praça está cheia de crianças sem fim de recreio, seria conveniente que a Prefeitura estudasse a substituição desses aves por outras, como por exemplo passaros, que habitam o centro da cidade e que seriam mais adequadas por alimentação específica. Assim, então, fazendo grandes cidades que já desolaram e mal que os pontos podem causar à saúde, além da sujeira e do aspecto que não são condizentes com o local.

como a Festa de Figs, Festa do Fofelero, Festa Italiana, do An-

versário da Cidade, entre outras, aproveitando sempre a beleza do

local para o sucesso desses eventos.

É preciso que as autoridades competentes toquem os olhos

BOHRETA DE NETOGE 1296 (1)
29 de Abril de 1995

Pontos de lazer estão abandonados

Andréa de Paula Juliato

Ao que tudo indica os poucos pontos de lazer que a cidade dispõe estão "ao Deus dará", ou seja, abandonados. Depois de receber diversas reclamações e reportagens do JORNAL DE VALINHOS foi checar o estado de conservação de alguns próprios municipais, como o bosque Chico Mendes (antigo mini zoológico), Praça Washington Luiz e Centro de Lazer do Trabalhador, Aston Serra da Silva. (CLT)

Nestes três locais o estado de abandono ficou claro. O bosque Chico Mendes desativado em agosto do ano passado para reformas anunciadas pela Secretaria de Transportes e Serviços Urbanos (STSU) mais parece um terreno baldio. O alambrado foi praticamente todo retirado. Só restam algumas estruturas de ferro enferrujadas no lado que dá para a avenida 11 de Agosto. O mato alto e alguns sacos de lixo doméstico além de entulhos, também compõem o cenário daquele que já foi motivo de alegria e diversão para muitas crianças e até adultos.

Da praça Washington Luiz restam apenas recordações de antigos moradores que gostavam de admirar as fontes luminosas de água e levar seus filhos para brincar no playground. Praticamente deserto o local é reduzido hoje apenas de pontos. A sujeira predomina no local, assim como o aspecto de depreciação. Nas fontes existem somente

algumas poças de água que mais parecem verdadeiros criadouros de mosquito e possivelmente até de dengue. Os muros estão privados e os arvores mal cuidadas. No parque os brinquedos ameaçam a segurança das crianças que se aventuram a brincar no local. As gangorras e balanços estão com as estruturas de ferro enferrujadas e maltratadas. Além disso, os bustos, postes e calçamento da praça mais parecem armadilhas para os destoados.

Já no CLT o principal problema é o mato que cobre grande parte dos brinquedos, quiosques, churrasqueiras e tomam conta das margens da lagoa. No espaço, inaugurado na administração do ex-prefeito Marcos José da Silva durante a campanha eleitoral do prefeito Moyses Abajadi, hoje ao invés de crianças brincando, galinhas e patos ciscaem e até "sentam nos bancos ou nos pedalinhos", que estão desativados há mais de três anos e amontoados em um canto.

O que diz a Prefeitura?

Em relação ao bosque Chico Mendes a STSU informa que as obras para a reforma do antigo mini zoológico foram retomadas na semana passada. Segundo a secretária de Transportes e Serviços Urbanos, Naysa de Oliveira, a retirada de árvores secas e mal formadas já foi realizada. "O segundo passo é a terraplenagem. Em seguida

faremos a recuperação dos acessos, tanques de água, quiosques e alambrada. Por último efetuaremos o plantio de algumas espécies vegetais e recolhemos os animais", explica Naysa.

De acordo ainda com ela, o bosque deve ser concluído dentro de 60 dias úteis. "As obras só foram paradas em função de contratempos burocráticos e falta de verba no final do ano passado", argumenta.

Quanto a praça Washington Luiz, a secretária de Transportes e Serviços Urbanos afirma que uma licitação para as obras de reformas das fontes luminosas já está sendo aberta. "Mas tarde vamos recuperar o restante do local", acrescenta.

Depois de muito "empurrar" entre a STSU e a Empresa de Desenvolvimento de Valinhos (Emdeval) em relação a responsabilidade do CLT foi possível confirmar que a Astarcipa por enquanto responde pela área.

Segundo o diretor administrativo da Emdeval, Eduardo Freedman, a poda de mato no local deve ser efetuada em breve. No entanto a licitação para o serviço ainda não foi aberta. "Eu sei que o local está mal conservado, mas estamos trabalhando para deixá-lo em perfeito estado nos próximos 15 dias. Já os pedalinhos continuam parados até segunda ordem, em função dos prejuízos acarretar para a lagoa que é utilizada pelo Departamento de Águas e Esgotos de Valinhos (DAEV)", finalizou.



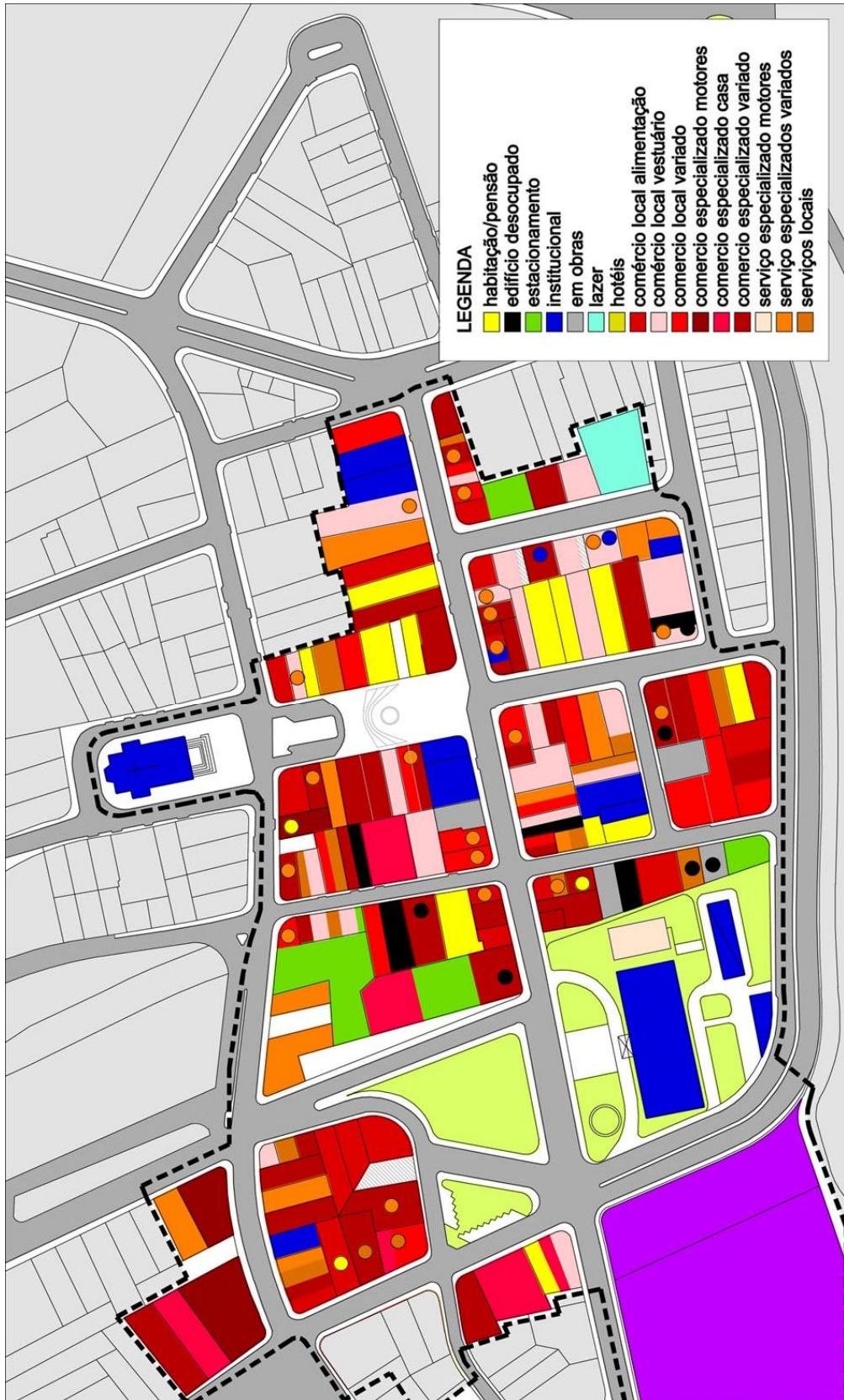
Antigo alimentador ainda está em pé



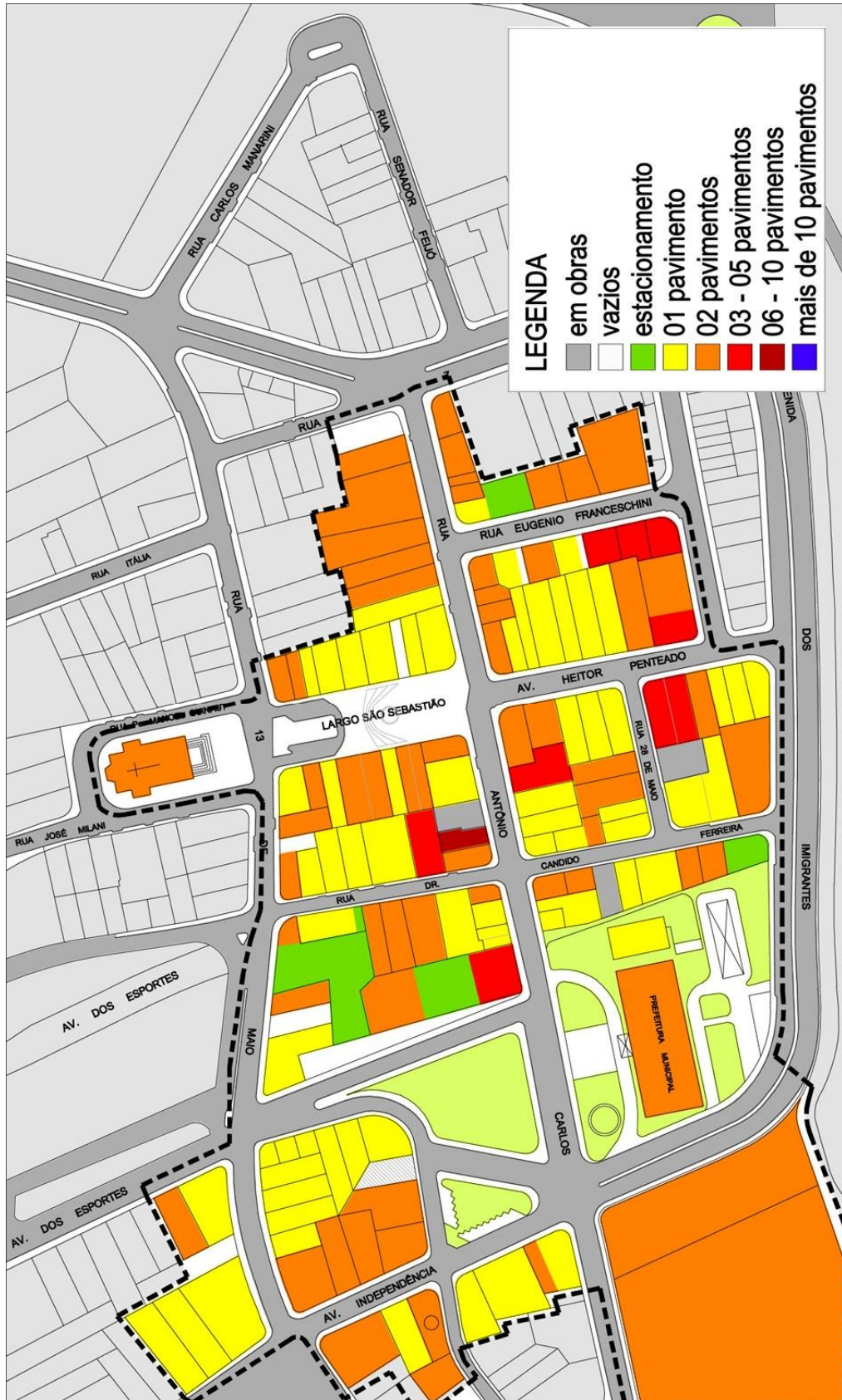
Vista parcial da praça

1996 29 de Março de 1996

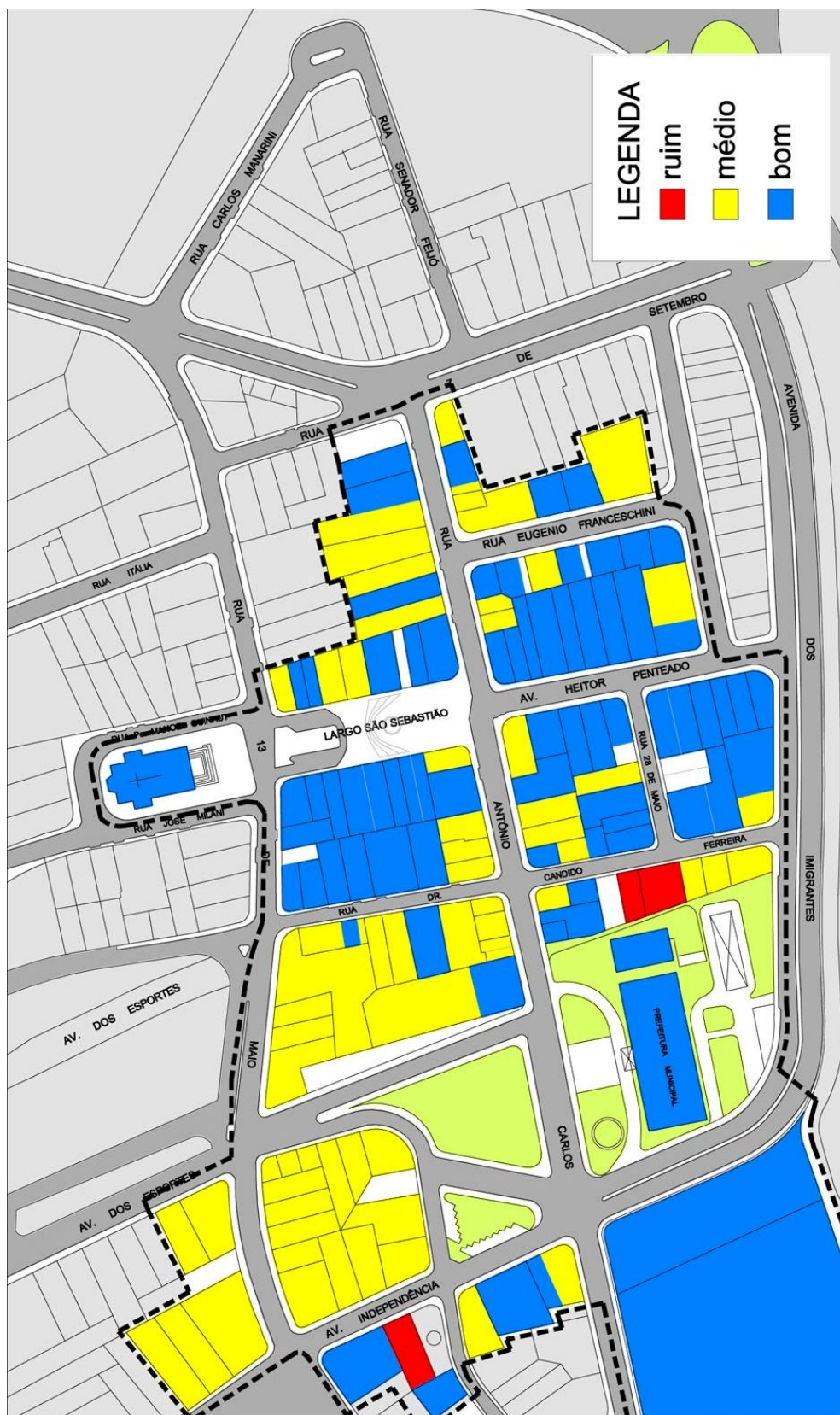
Levantamento de Uso e Ocupação do Solo – Centro de Valinhos - 2010



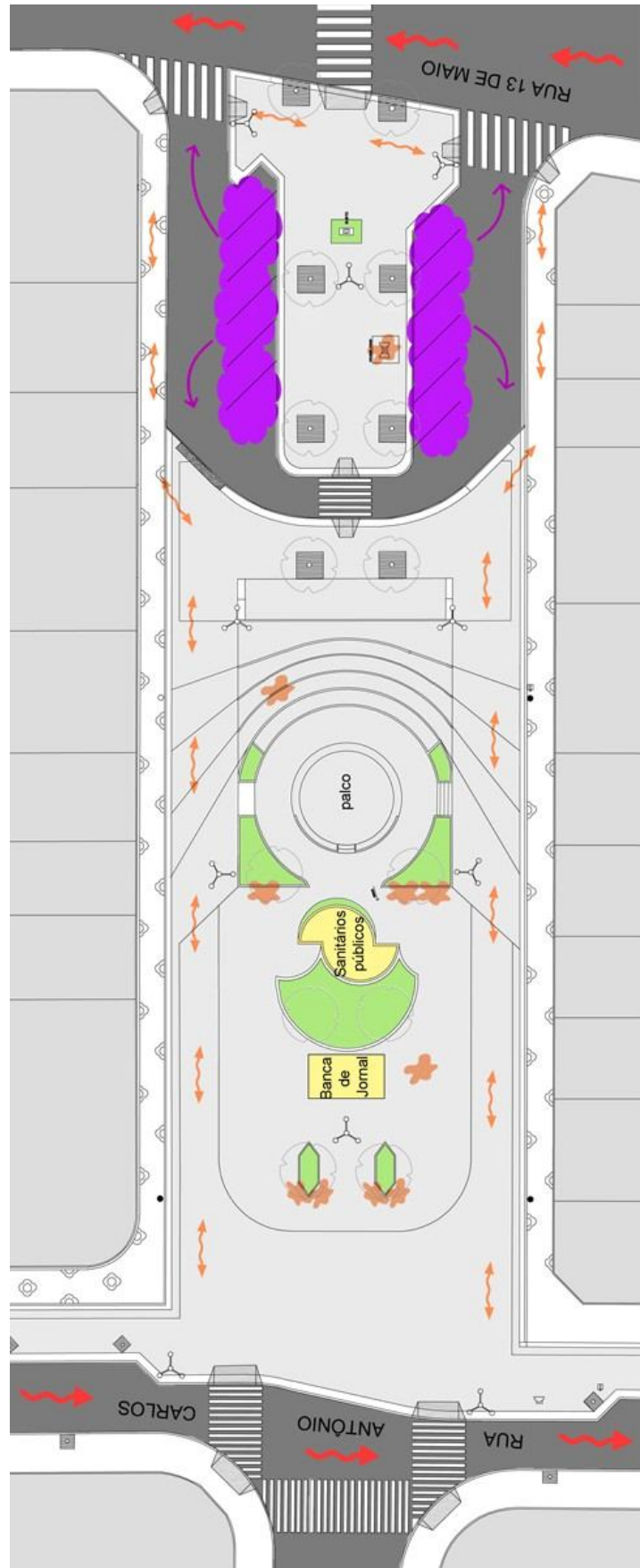
Levantamento de Gabarito – Centro de Valinhos - 2010



Levantamento de Estado de Conservação – Centro de Valinhos - 2010







Largo São Sebastião - Análise de Usos e Fluxos Dia Comercial (Período Dia)

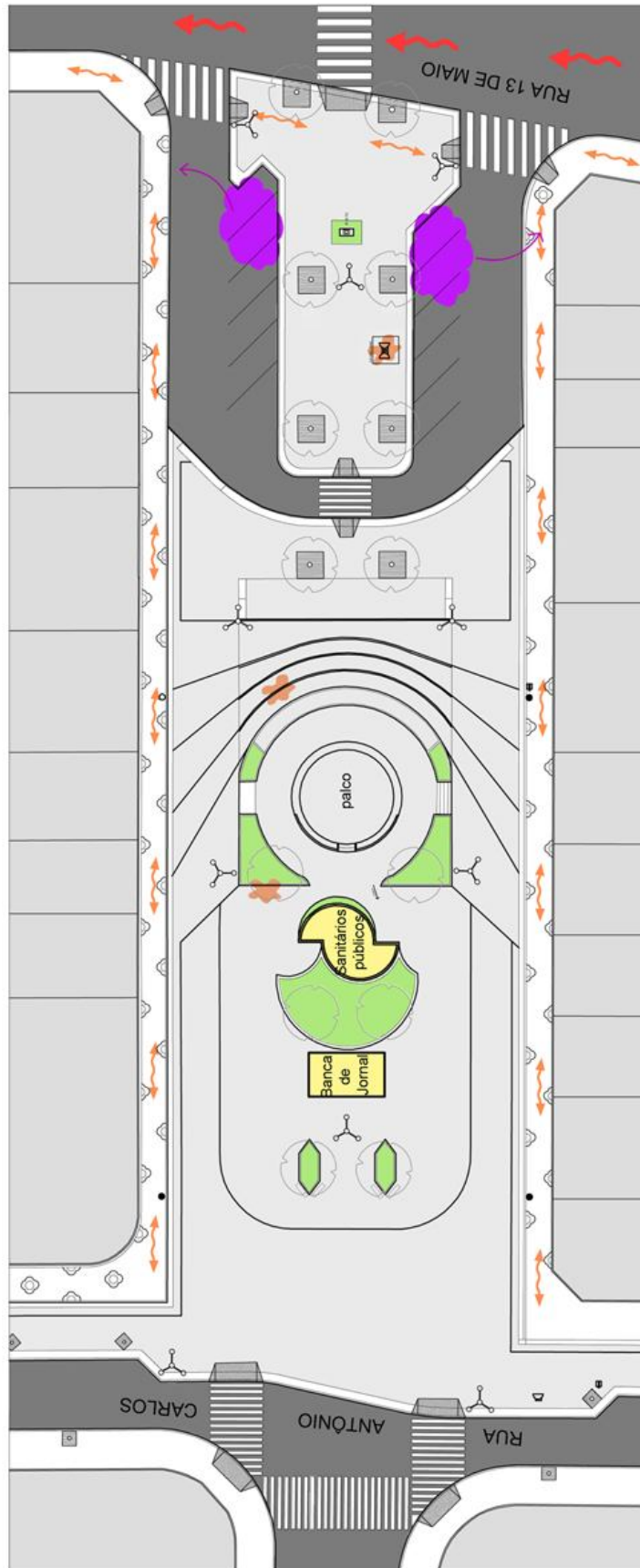


ANÁLISE USOS - PERÍODO DIA - SÃO SEBASTIÃO

FONTE: Análise e Observações Empíricas realizadas em 13/10/2010 - 08:00-10:00hs
DESENHO: Redesenhado por Carolina Sumaquer Guimann
ESC: sem escala
DATA: 13/Octubro/2010
Este desenho faz parte integrante da pesquisa "Os espaços públicos de valor patrimonial. Estudo de caso de Valinhos-SP", dissertação de Mestrado pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas - Programa de Pós-Graduação Mestrado em Urbanismo.





- LEGENDA:**
-  Locais com grande movimentação de estacionamento de automóveis
 -  Grande fluxo de automóveis, ônibus e caminhão
 -  Fluxo de pedestres (passagem)
 -  Locais de permanência de pessoas

Largo São Sebastião - Análise de Usos e Fluxos Fim-de-Semana (Período Dia)



ANÁLISE USOS - FIM DE SEMANA - SÃO SEBASTIÃO

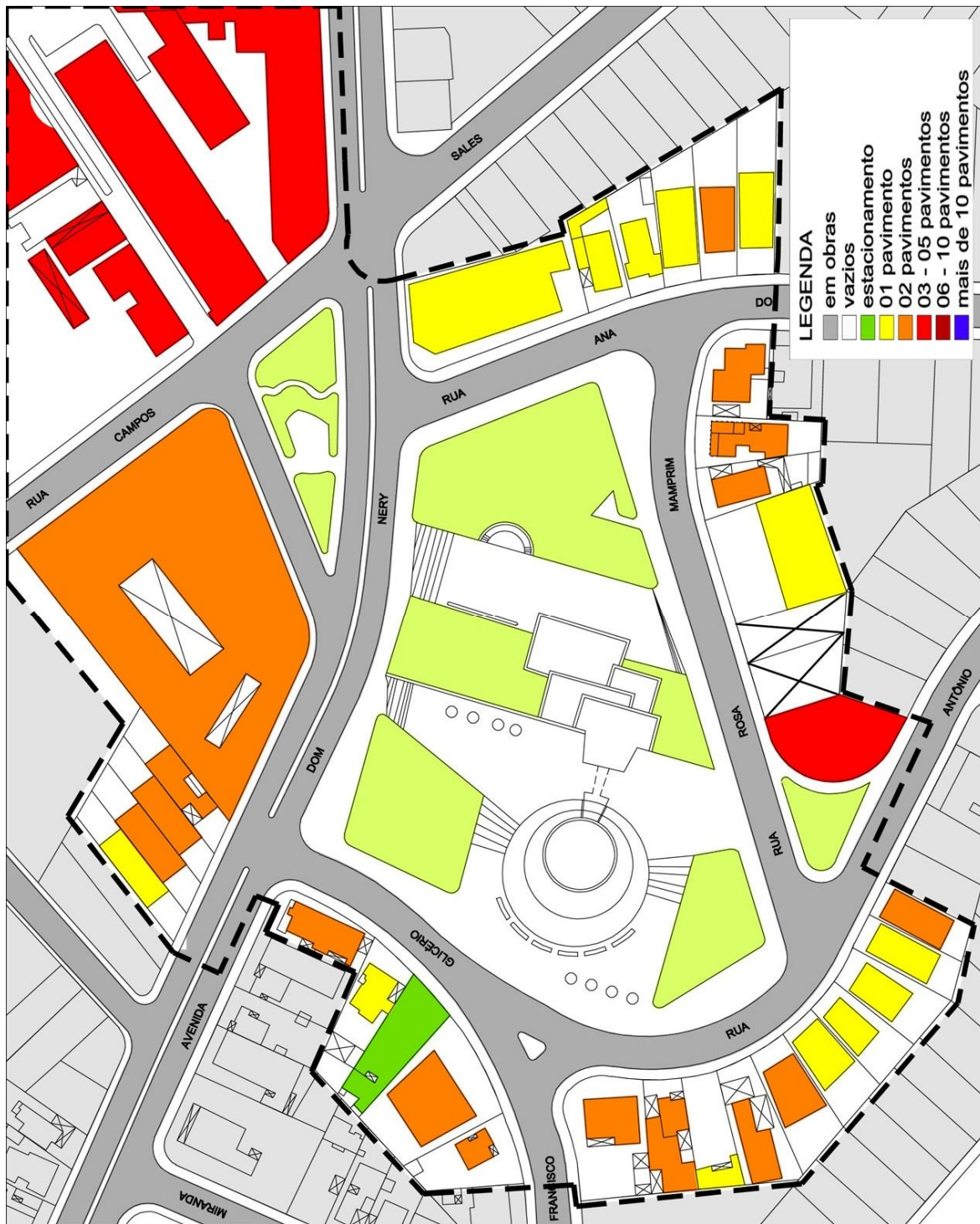
FONTE: Análise e Observações Empíricas realizadas em 15/11/2010 - manhã e tarde
DESENHO: Redesenhado por Carolina Sumaqui Gutmann
ESC: sem escala
DATA: 15/Novembro/2010
Este desenho faz parte integrante da pesquisa "Os espaços públicos de valor patrimonial. Estudo de caso de Valinhos-SP" dissertação de Mestrado pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas - Programa de Pós-Graduação Mestrado em Urbanismo.

- LEGENDA:**
-  Locais com grande movimentação de estacionamento de automóveis
 -  Grande fluxo de automóveis, ônibus e caminhão
 -  Fluxo de pedestres (passagem)
 -  Locais de permanência de pessoas

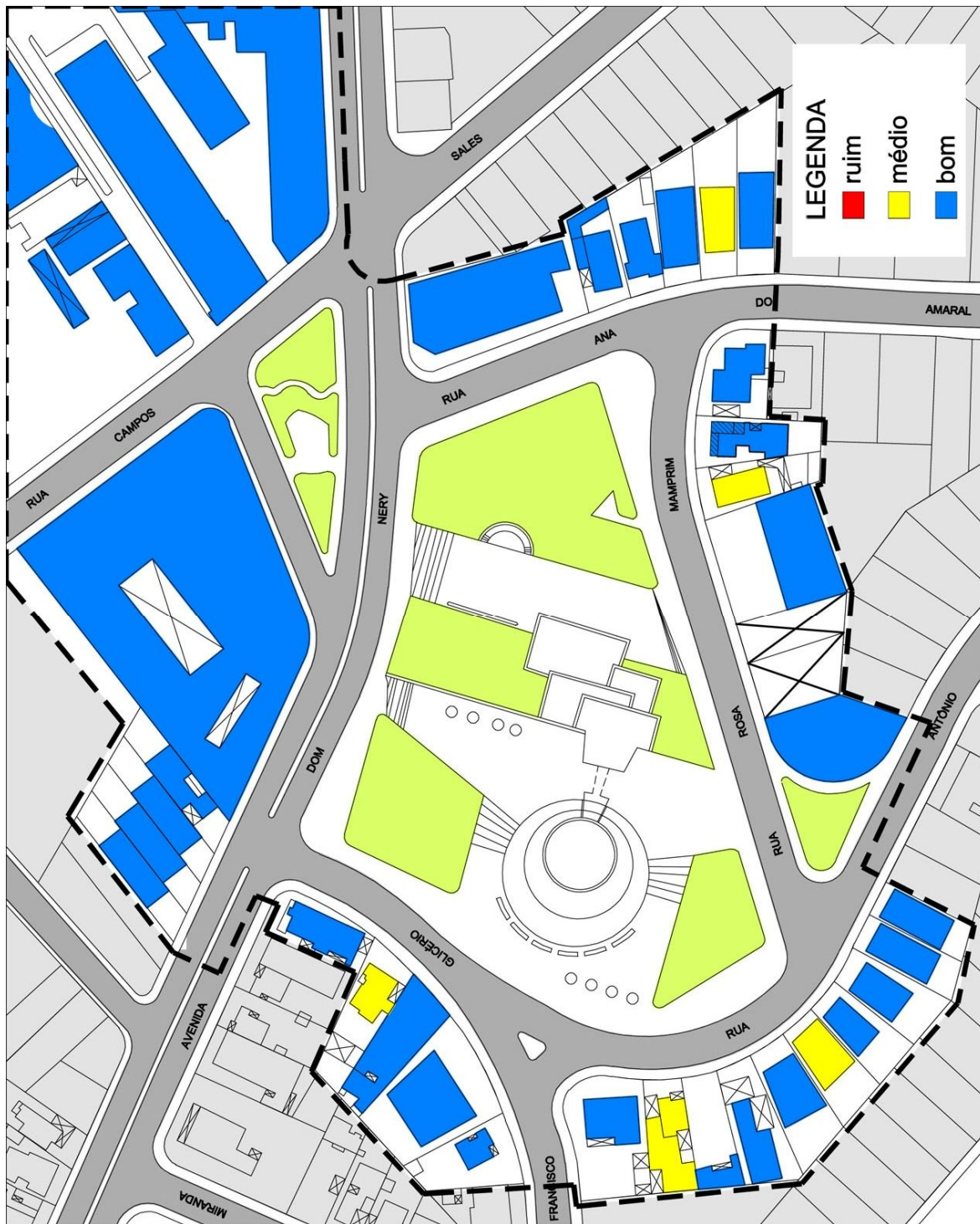
Praça Washington Luiz - Levantamento de Uso e Ocupação do Solo - 2010



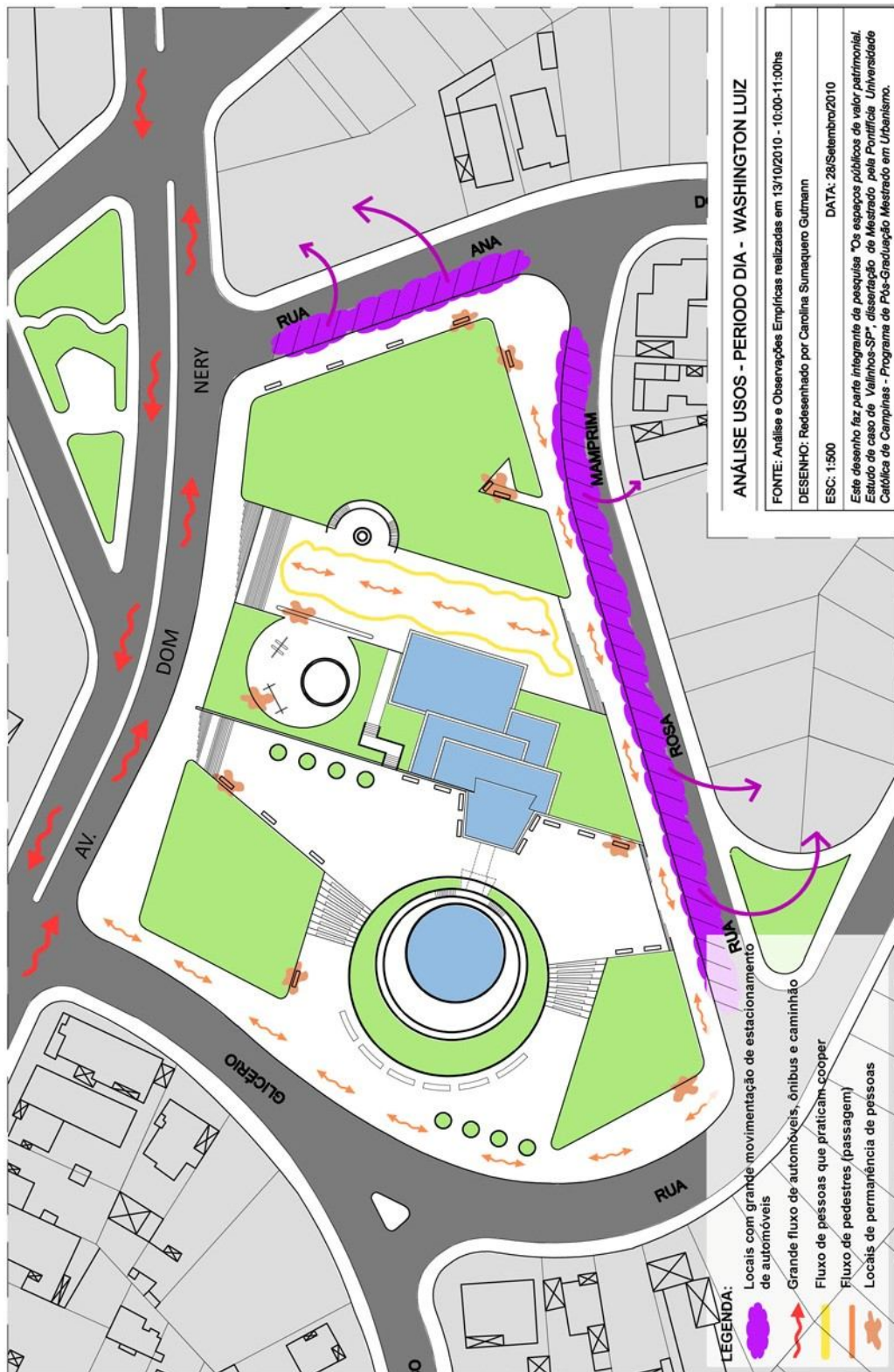
Praça Washington Luiz - Levantamento de Gabarito – 2010



Praça Washington Luiz - Levantamento de Estado de Conservação - 2010



Praça Washington Luiz - Análise de Usos e Fluxos Dia Comercial (Período Dia)



Praça Washington Luiz - Análise de Usos e Fluxos Fim-de-Semana (Período Dia)



